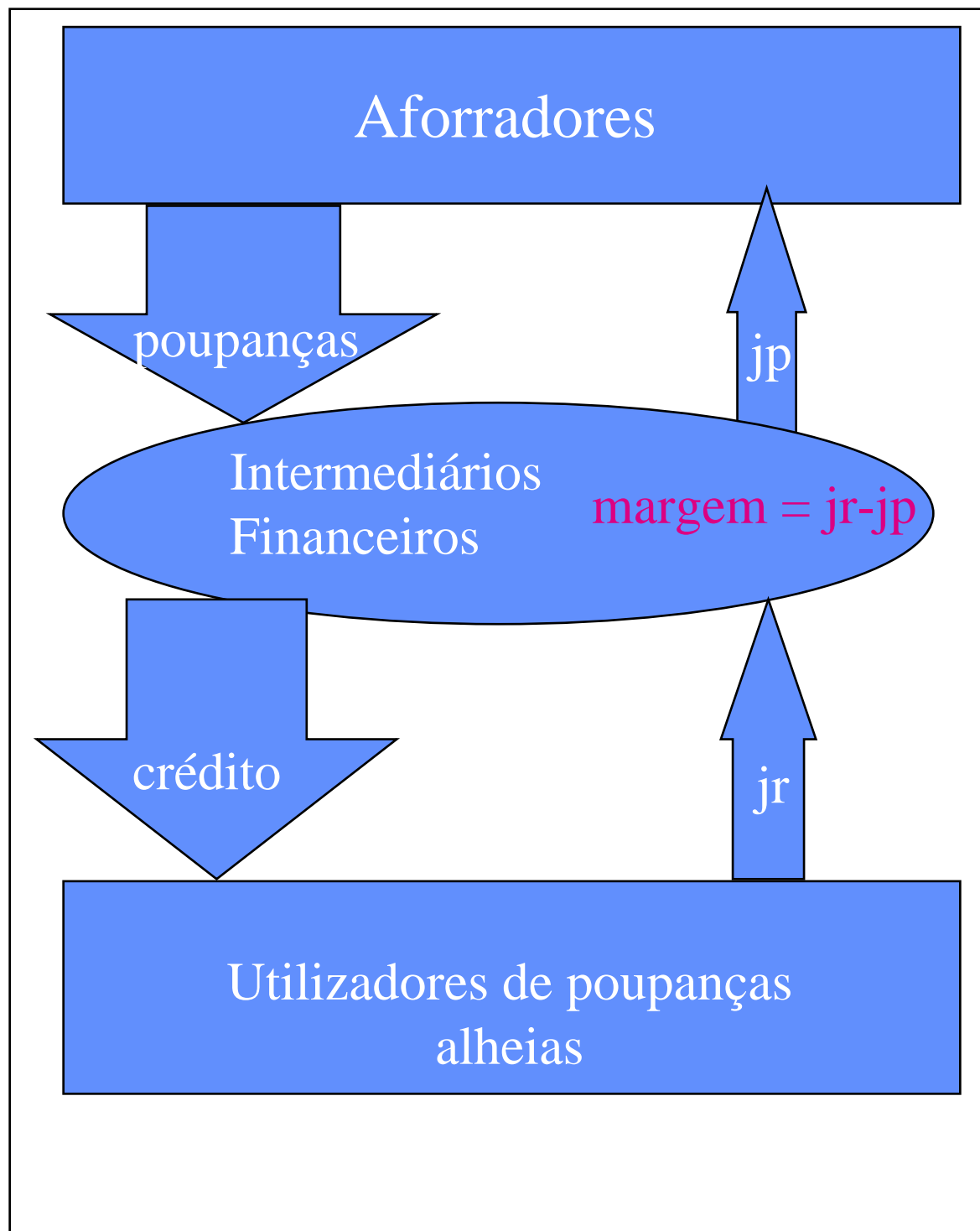


MARGEM FINANCEIRA SUSTENTÁVEL EM PORTUGAL

José Manuel Piriquito Costa



MARGEM FINANCEIRA SUSTENTÁVEL EM PORTUGAL

O presente trabalho constituiu a dissertação do autor no âmbito das suas provas públicas para a obtenção do grau académico de Mestre em Gestão com especialização em Finanças, tendo sido orientador o Professor Doutor João Carlos Carvalho das Neves.

A respectiva discussão pública teve lugar, em 9 de Junho de 1998, no Instituto Superior de Economia e Gestão, tendo o **Júri** sido constituído pelos seguintes professores universitários:

Presidente: Doutor João da Silva Ferreira, professor catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Vogais: Doutor João Carlos Carvalho das Neves, professor auxiliar, com agregação, do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor Ilísio Fernando Moreira Brandão, professor auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

GLOSSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS

ACT	activo líquido total
AF	activos financeiros
amort.	amortizações
ANOVA	análise de variância
b. estrang.	bancos estrangeiros
b. nac.	bancos nacionais
b. nac. de peq. redes	bancos nacionais de pequenas redes de retalho
besc	segmento de bancos de escritório
beta	relação entre as variações de cotação de uma dada acção e as do mercado
BVL	Bolsa de Valores de Lisboa
CO	custos operacionais
CP	capitais próprios
CPD	capitais próprios disponíveis (capitais próprios - imobilizações líquidas + provisões sem afectação específica)
CRE	carteira média de crédito a clientes
D	variável qualitativa (dummy)
DO	depósitos à ordem de clientes
Dummy	variável qualitativa no modelo de regressão linear
est.	estrangeiros
estatística t	estatística t de student
fornec. e serv. de terc.	fornecimentos e serviços de terceiros
grandes redes nac.	grandes redes nacionais de retalho
IMO	imobilizações, incluindo financeiras
IMP	impostos sobre os lucros
INC	créditos incobráveis
médias globais pond.	médias globais ponderadas
MF	margem financeira
nac.	Nacionais
OPFL	outros proveitos financeiros líquidos
peq	segmento de pequenas redes de retalho
peq.'s redes nac.	pequenas redes nacionais de retalho
QBn	quantidade de balcões abertos no ano n
QBn<n-2	quantidade de balcões abertos antes do ano n-2
QBn-1	quantidade de balcões abertos no ano n-1
QBn-2	quantidade de balcões abertos no ano n-2

rcest	segmento de redes de capital estrangeiro
RCP	rendibilidade dos capitais próprios
REXT	resultados extraordinários
Rf	taxa de juros sem risco
Ri	taxa de rendibilidade exigida pelos accionistas de um dado emitente ou sector
Rm	taxa de rendibilidade exigida pelo mercado de acções
RNO	recursos de clientes não à ordem
t	taxa de imposto sobre os lucros
tea	taxa de rendibilidade exigida pelos accionistas
tier 1	fundos próprios de base
tier 2	fundos próprios de base e passivos subordinados
tx int. real	taxa de intermediação financeira real

RESUMO

A margem financeira é a principal origem de proveitos das instituições de crédito e constitui a forma mais directa de remuneração dos serviços de intermediação financeira.

O valor médio dessa margem tem variado bastante em Portugal desde meados da última década. Ao mesmo tempo têm ocorrido alterações na regulamentação e no ambiente competitivo com a entrada de novos concorrentes, aumentando a heterogeneidade dos bancos que actuam no mercado, quer em dimensão, quer quanto às estruturas usadas, uns dispostos de redes de retalho e outros exercendo os seus negócios exclusivamente a partir de estabelecimentos centrais.

Este trabalho analisa a evolução da margem financeira e dos custos da actividade por segmentos de bancos. O agrupamento dos bancos em segmentos é feito em função de terem ou não redes de retalho e, em caso afirmativo, da dimensão das redes, distinguindo também entre bancos nacionais e de capital estrangeiro.

O trabalho testa a significância estatística das diferenças entre segmentos, desenvolve um modelo de regressão linear múltipla explicativo da margem financeira com base na quantidade e antiguidade dos balcões dos bancos e em indicadores da natureza dos activos e das origens dos recursos financeiros, concluindo que, de entre essas hipóteses, as variáveis relativas às origens dos recursos são as que melhor explicam as variações da margem financeira.

É também desenvolvido um modelo de sustentabilidade da margem financeira baseado no princípio da suficiência da sua contribuição para a remuneração adequada dos factores produtivos.

Os dados usados são relativos ao período de 1985 a 1996 e foram retirados de uma amostra de bancos portugueses, variável de ano para ano entre 86% e 100% do universo.

Palavras chave: margem financeira, margem financeira sustentável, modelo explicativo da margem financeira, determinantes da margem financeira, análise da margem financeira, margem de intermediação financeira.

SUMMARY

The net interest margin is the main source of gain for banks and is the most direct form of remuneration from financial intermediate services.

The average value of this margin has fluctuated considerably in Portugal since the mid eighties. At the same time regulations have been altered and competition has changed as new competitors have appeared on the scene. A wide variety of banks differing in scale and structure now operate on the market, some operating through retail networks and others carrying out their business solely through central agencies.

This study analyses net interest margins and operating costs according to segments of banks. Banks are grouped into segments according to whether they have retail networks or not, and if they do, depending on the size of the networks. A distinction is also made between national banks and those with foreign capital.

The study tests the statistical significance of the differences between segments, develops a model for a multiple linear regression to explain the interest margin based on the number and age of bank outlets and on indicators showing the type of assets and the source of financial resources. The conclusion is that of these possibilities variables referring to the origins of resources are the ones that best explain variations in the net interest margin.

A model for sustaining the net interest margin is also developed based on the principle of the sufficiency of its contribution to the adequate remuneration of productive factors.

The data used in the analysis and for the models refers to the period from 1985 to 1996 and was taken from a cross-section of Portuguese banks, representation of which varies from year to year between 86% and 100% from the number of banks.

key words: net interest margin, sustainable net interest margin, model explaining the net interest margin, analysis of net interest margin, net interest spread.

ÍNDICE

	Págs.
DISCUSSÃO TEÓRICA DO TEMA	12
INTRODUÇÃO	16
1. METODOLOGIA	21
2. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA MARGEM FINANCEIRA	24
2.1. Os Juros dos Recursos Alheios dos Bancos	24
2.2. Os Juros das Aplicações Financeiras dos Bancos	29
2.3. As Margens Financeiras	35
3- UM MODELO DE REGRESSÃO LINEAR EXPLICATIVO DA MARGEM FINANCEIRA 42	
3.1. Os Potenciais Regressores	43
3.2. Critérios de Selecção dos Regressores	44
3.3. A Selecção dos Regressores	45
3.4. Testes de Colinearidade e de Multicolinearidade	49
3.5. Variáveis Qualitativas	50
3.6. O Modelo Seleccionado	51
3.6.1 Os Melhores Modelos para cada um dos Anos	51
3.6.2 O Melhor Modelo com Características de Permanência	53
3.7. Conclusões	54
4. FACTORES DETERMINANTES DA SUSTENTABILIDADE DA MARGEM FINANCEIRA E SUAS PERSPECTIVAS	57
4.1. Outros Proveitos Financeiros Líquidos	59
4.2. O Produto Bancário	64
4.3. Os Custos Operacionais	68
4.4. As Provisões para Créditos Incobráveis	79
4.5. Resultados Extraordinários	83
4.6. Remuneração dos Capitais Próprios	85
4.6.1 A Adequabilidade dos Capitais Próprios	85
4.6.2 A Fiscalidade Sobre os Rendimentos do Capital	90
4.6.3 Rendibilidade Histórica dos Capitais Próprios	91
4.6.4 A Rendibilidade Exigida pelos Accionistas	94
5. CONCLUSÕES	98
Referências bibliográficas	107
Anexos	110

LISTA DE QUADROS

		págs.
Quadro 0.1	Produto Bancário por Origens (em %)	13
Quadro 1.1	Caracterização da Amostra	22
Quadro 2.1	Rendimento Médio Real para os Detentores de Poupanças Depositadas	24
Quadro 2.2	Taxas Anuais Médias de Custo dos Recursos Financeiros Alheios e sua dispersão	25
Quadro 2.3	Taxas Anuais Médias das Aplicações Financeiras dos Bancos e sua Dispersão	31
Quadro 2.4	Desvio Padrão das Taxas Médias das Aplicações Financeiras e dos Recursos Financeiros dos Bancos	32
Quadro 2.5	Grau de Transformação dos Depósitos em Crédito	33
Quadro 2.6	Margem de Intermediação Financeira	36
Quadro 2.7	Margem Financeira dos Diferentes Segmentos de Bancos	38
Quadro 2.8	Relação entre as Aplicações Financeiras e os Recursos Financeiros Alheios	39
Quadro 2.9	Significância Estatística das Diferenças entre os Segmentos de Bancos - juros recebidos, juros pagos e margens	40
Quadro 3.1	Parâmetros dos Potenciais Regressores Relativos à Quantidade de Balcões	45
Quadro 3.2	Parâmetros dos Potenciais Regressores Relativos aos Activos por Natureza	46
Quadro 3.3	Parâmetros dos Regressores Potenciais Relativos aos Recursos	47
Quadro 3.4	Parâmetros das Variáveis Independentes Pré-Selecionadas	48
Quadro 3.5	Coefficientes de Correlação entre os Possíveis Pares de Variáveis Pré-Selecionadas	49
Quadro 3.6	Coefficientes Globais de Determinação das Regressões Auxiliares	50
Quadro 3.7	Coefficientes das Variáveis e Outros Parâmetros do Melhor Modelo para cada Ano	52
Quadro 3.8	Coefficientes das Variáveis e Outros Parâmetros do Modelo Seleccionado	54
Quadro 4.1	Dispersão da Margem Financeira Inter-Bancos	57
Quadro 4.2	Outros Proveitos Financeiros Líquidos em % dos activos financeiros	59
Quadro 4.3	Outros Proveitos Financeiros Líquidos em % do Activo - por países	62
Quadro 4.4	Produto Bancário	64

págs.

Quadro 4.5	Repartição do Produto Bancário (global) em %	65
Quadro 4.6	Outros Proveitos Financeiros Líquidos em % do Produto Bancário	66
Quadro 4.7	Custos Operacionais do Sistema Bancário - por natureza (em % dos activos financeiros)	69
Quadro 4.8	Evolução do Número de Balcões	69
Quadro 4.9	Custos Operacionais em % dos Activos Totais - comparações internacionais	70
Quadro 4.10	Custos Operacionais do Sistema Bancário - por natureza (em % do total)	70
Quadro 4.11	Custos com Pessoal em percentagem dos Custos Operacionais Totais - comparações internacionais	71
Quadro 4.12	Custos Operacionais do Sistema Bancário - por segmentos de bancos	73
Quadro 4.13	Custos com Pessoal - por segmentos de bancos	75
Quadro 4.14	Estatísticas F dos Testes de Análise de Variância aos Custos Operacionais dos Quatro Segmentos	77
Quadro 4.15	Dotações para Provisões Líquidas de Anulações - por segmentos de bancos	80
Quadro 4.16	Provisões Médias Constituídas pelos Bancos Comerciais no Período 1986-1991, em % dos Totais dos Balanços	81
Quadro 4.17	Provisões Constituídas pelos Cinco Principais Grupos Bancários de Oito Países Desenvolvidos	82
Quadro 4.18	Resultados Extraordinários - por segmentos de bancos	83
Quadro 4.19	Rácios dos Capitais Próprios pelos Activos Totais (%)	87
Quadro 4.20	Capitais Próprios (tier 1) em percentagem dos Activos Totais	88
Quadro 4.21	A Distribuição dos Cinquenta melhores Rácios de Solvabilidade entre os Maiores Mil Bancos Segundo os Capitais Próprios	88
Quadro 4.22	Síntese Estatística dos Capitais Próprios em % dos Activos Totais	89
Quadro 4.23	Taxas de Rendibilidade dos Capitais Próprios (em%)	91
Quadro 4.24	Taxas de Rendibilidade dos Activos Totais (em %)	92
Quadro 4.25	Taxas de Rendibilidade dos Capitais Próprios - comparações internacionais (em %)	93
Quadro 4.26	Indicadores dos Resultados Líquidos em % dos Capitais Próprios Médios (1996)	95
		págs.
Quadro 4.27	Parâmetros da Regressão de Cálculo do Beta	96

Quadro 4.28	Taxas de Rendibilidade do Accionista do Sector de Intermediação Financeira para Diferentes Prémios de Risco	96
Quadro 5.1	Proporções das Variações da Margem Financeira Explicadas pelo Modelo	99
Quadro 5.2	Número de Bancos por Escalões de Posicionamento dos Desvios Relativamente às Margens Financeiras Sustentáveis	102
Quadro 5.3	Número de Bancos Situados Acima ou Sobre a Linha de Sustentabilidade para Diferentes Taxas de Rendibilidade e de Tributação	104

LISTA DE FIGURAS

		págs.
Figura 2.1	Taxas Médias dos Recursos Financeiros Alheios dos Bancos e a Taxa de Inflação	27
Figura 2.1A	Diferencial Entre o Custo Médio dos Recursos Financeiros Alheios dos Bancos e a Taxa de Inflação	27
Figura 2.2	Taxas Médias das Aplicações Financeiras dos Bancos	29
Figura 2.3	Diferencial Entre as Taxas Médias das Aplicações Financeiras dos Bancos e a Taxa de Inflação	30
Figura 2.4	Comportamento das Taxas Médias das Aplicações, dos Recursos, da Inflação e de Intermediação Financeira	35
Figura 2.5	Taxas de Intermediação Financeira de cada um dos Segmentos de Bancos	36
Figura 2.6	Margens Financeiras	38
Figura 4.1	Outros proveitos Financeiros Líquidos em função das Aplicações Financeiras	60
Figura 4.2	Produto bancário em função das Aplicações Financeiras	64
Figura 4.3	Custos Operacionais em % dos Activos Financeiros	73
Figura 4.4	Amortizações do Exercício em % dos Activos Financeiros	74
Figura 4.5	Fornecimentos e Serviços de Terceiros em % dos Activos Financeiros	75
Figura 4.6	Custos com o Pessoal em % dos Activos Financeiros	76
Figura 4.7	Provisões Constituídas em Percentagem dos Activos Financeiros	81
Figura 4.8	Rendibilidade dos Capitais Próprios	92
Figura 5.1	Margens Financeiras Históricas e Margens Financeiras Sustentáveis	103
Figura 5.2	Simulações entre as Margens Financeiras Históricas e as Sustentáveis em 1996	105

AGRADECIMENTOS

À família e aos amigos pelas ausências no convívio que a elaboração deste trabalho implicou e pelas palavras de encorajamento deles recebidas, se deseja também manifestar a merecida gratidão.

Todos os erros e lacunas ainda existentes neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor.

Lisboa, Outubro de 1997

DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE O TEMA

Com o presente trabalho analisa-se a margem financeira em Portugal e a sua evolução nos últimos anos e perspectiva-se a sua tendência, aspectos de utilidade para a comunidade em geral e, em particular, para os utilizadores dos serviços de intermediação financeira e para quem desempenhe actividades académicas ou bancárias na área da gestão de instituições de crédito.

A intermediação financeira, tradicional forma dos agentes económicos carentes de liquidez acederem, por via indirecta, às poupanças alheias, tem vindo, nos últimos anos, a ser parcial e crescentemente substituída pela via directa através de valores mobiliários emitidos por esses agentes e adquiridos pelos próprios aforradores individualmente ou “agrupados” em organizações colectivas criadas para o efeito, os fundos de investimento.

Esta evolução tem sido facilitada pela inovação tecnológica que possibilita o processamento automatizado da informação e a disponibilização de transacções financeiras em mais localizações, incluindo em casa dos utilizadores, no âmbito da aplicação das novas tecnologias à inovação financeira (Thygeson, 1995: 243).

Não obstante tal tendência, a intermediação financeira persiste e, como conclui Heffernan (1996: 18) há razões para continuar a existir, em consequência:

- . do custo da informação;
- . das diferentes preferências de liquidez dos mutuários e mutuantes;
- . dos benefícios da gestão profissional do risco de crédito inerente às operações,
- . da maior garantia de reembolso oferecida pelos bancos aos depositantes resultante da sujeição a regras prudenciais emitidas e supervisionadas pelas autoridades monetárias.

Pinho (1994) dá grande relevância a essa função, ao afirmar que “A intermediação financeira continua a ser a actividade com contributo mais importante para os resultados dos bancos portugueses.”, o que é evidente pela mera observação das contas de demonstração de resultados divulgadas pelos bancos e pelos valores médios do sector em Portugal (ver quadro 0.1).

Quadro 0.1

Produto Bancário por Origens (em %)

componentes	anos				
	1986	1989	1992	1994	1996
margem financeira	81,70	83,89	78,87	78,24	68,97
outros proveitos	18,30	16,11	21,13	21,76	31,03

Mercer (1992), citado por Wong (1997), conclui que tipicamente a margem financeira representa 80% ou mais dos lucros dos bancos.

Goudreau (1992), ao analisar a rentabilidade dos bancos dos Estados Unidos da América, usa três medidas para o fornecimento de informação sobre o desempenho dos bancos, entre as quais inclui a margem financeira¹.

A análise da margem financeira é de grande importância, não só como forma de aprofundar o conhecimento das origens da rentabilidade bancária, o que é útil para quem exerce funções de gestão no âmbito da intermediação financeira, mas também pelo fornecimento de informação relativa aos custos indirectamente suportados pelos agentes económicos que recorrem a esses serviços de intermediação.

Thygeson (1995) considera que vários factores influenciam a margem financeira, especificando o relativo à quantidade de activos e passivos de cada instituição para justificar não ser muito útil a comparação das margens financeiras de instituições com diferentes dimensões.

Barry (1988) também conclui por diferentes margens financeiras em função da dimensão dos bancos, sendo numa primeira fase crescentes com a dimensão e depois decrescentes.

Ho e Saunders (1981), num modelo que elaboram sobre a margem financeira e que aplicam empiricamente aos bancos dos Estados Unidos da América, consideram quatro factores determinantes da margem financeira: o grau de aversão à gestão do risco, a dimensão média das operações, a competitividade no mercado bancário e a variabilidade das taxas de juros.

¹ As outras são o ROA (abreviatura de Return On Assets - Rentabilidade do Activo) e o ROE (abreviatura de Return On Equity - Rentabilidade dos Capitais Próprios).

Allen (1988) demonstrou que poderia ser acrescentada outra variável, a elasticidade cruzada da procura entre produtos bancários.

O modelo de Ho e Saunders (1981) necessita de informação relativa à dimensão média das operações que não sendo tornada pública em Portugal impossibilita a aplicação desse modelo nesta dissertação.

Wong (1997), através de uma adaptação ao modelo de Ho e Saunders (1981), conclui que a margem financeira óptima é determinada conjuntamente pela competitividade, pelos custos operacionais, pelo grau de risco de crédito e pelo grau de risco de taxa de juro.

Hempel (1994) clarifica os termos e respectivos conceitos relativos à margem financeira, distinguindo entre margem de intermediação financeira, margem financeira em valor e margem financeira líquida em percentagem dos activos financeiros antes e após provisões, e sugere as situações em que há maior utilidade em utilizar cada um desses indicadores. Na secção 2.3 deste trabalho retomar-se-á essa discussão de Hempel.

Sinkey (1992) analisa a margem financeira dos bancos americanos nos anos de 1980 a 1989, agrupando-os em três classes de dimensão e concluindo que os de média dimensão obtêm margens mais elevadas, depois os mais pequenos e, com margens mais baixas, os maiores bancos. Conclui também que em todos os agrupamentos as margens seguiram uma tendência de baixa, mas menos acentuada nos bancos de maior dimensão.

Sobre o desempenho dos bancos portugueses, no que se refere à margem financeira, não se conhece qualquer literatura publicada.

O trabalho de Manuel Pinho (1994) não faz qualquer avaliação de desempenho, destinando-se a apresentar um modelo de medida da margem financeira dirigido à utilização interna de cada banco, no âmbito do respectivo planeamento e controlo de gestão. Porém, a sua aplicação exige um conjunto de informação não divulgada habitualmente ao público.

José Martins Barata (1981) publicou a *Analyse de la Rentabilité Bancaire au Portugal* sobre a rentabilidade dos bancos portugueses, tendo utilizado dados de três sub-períodos compreendidos entre 1961 e 1979, num contexto institucional, regulamentar e tecnológico totalmente diferente do actual.

Alpalhão e Pinho (1990) fizeram um trabalho sobre as particularidades da análise financeira das instituições de crédito, apresentando uma metodologia baseada na informação de publicação obrigatória e orientada em torno do binómio rentabilidade - risco que aplicam a um conjunto de bancos portugueses, cobrindo o período 1980-1989.

Dada a importância que internacionalmente tem sido dada ao tema e a ausência de trabalhos recentes sobre a matéria relativamente a Portugal, considera-se de interesse uma reflexão sobre a intermediação financeira, os custos suportados pelos bancos para a prestação desse serviço, os quais são repercutidos sobre os utilizadores e constituem a margem financeira, bem como a evolução desses agregados, por classes de bancos em função da sua actividade predominante e dimensão.

O espaço temporal sensivelmente correspondente à última década, desde meados dos anos oitenta, quando se iniciou a liberalização do sistema, até à actualidade, considera-se o período mais relevante para a análise de dados, pensando-se ser igualmente de grande importância que o trabalho possa dar indicações sobre a evolução da margem financeira, os seus principais determinantes, a sua diferenciação ou não entre segmentos de bancos e a sua sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A margem financeira em Portugal tem vindo a decrescer nos últimos anos, pondo-se a questão de saber se manterá ou não essa tendência e, em caso afirmativo, até que ordem de grandeza. A resposta a essa questão constitui o tema desta dissertação, ou seja, o nível de margem financeira sustentável em Portugal.

Assim, é analisada essa margem do sistema bancário português e de cada um dos segmentos em que, para o efeito, se agruparam os bancos conforme infra referido.

A hipótese da margem financeira ser ou não explicada por um modelo de regressão linear múltipla é testada, tendo como variáveis independentes indicadores das estruturas dos activos e dos recursos financeiros e dimensão das redes de balcões.

O nível de sustentabilidade da margem financeira é analisado no pressuposto da suficiência da sua contribuição para a adequada remuneração dos factores produtivos, sendo também analisado o posicionamento individual de cada um dos bancos relativamente aos respectivos níveis de sustentabilidade da margem determinados.

A segmentação

A actividade dos bancos pode ser diferenciada conforme os negócios a que mais se dediquem. Copland (1996) identifica três principais actividades básicas: 1- bancos de retalho captadores de depósitos (aplicam em crédito só 20% dos seus depósitos e cedem o restante através do mercado monetário); 2- bancos de escritório que só captam depósitos correspondentes a 20% do crédito que concedem (recorrem ao mercado monetário pela diferença); 3- bancos de tesouraria que fazem essencialmente aplicações em títulos com recursos do mercado monetário.

Em Portugal os bancos não se distinguem exactamente daquela forma, mas existem os que exercem a actividade apenas a partir de escritórios centrais e os que utilizam redes de retalho e, de entre estes, com diferentes dimensões e estruturas financeiras.

Neste estudo, os bancos são agrupados em segmentos, admitindo a hipótese de se diferenciarem por terem ou não redes de retalho e, em caso afirmativo, pela dimensão dessas redes a nível nacional ou regional e por serem bancos nacionais ou subsidiários de bancos

estrangeiros. A segmentação efectuada com base nesse tipo de critérios agrupa os bancos nos seguintes quatro segmentos:

- . nacionais com grandes redes de retalho
- . nacionais com pequenas redes de retalho
- . estrangeiros com redes de retalho
- . banca de escritório

São considerados bancos nacionais com redes de retalho os que no início de cada sub-período tenham mais de 2% do total de balcões ou grande implantação regional, e bancos com pequenas redes de retalho todos os outros bancos nacionais com balcões.

Por bancos estrangeiros com redes de retalho são consideradas as Sucursais e Filiais de bancos com sede no exterior e com redes de balcões em Portugal.

O segmento de bancos de escritório é constituído por todos os que, no início de cada um dos sub-períodos, não dispunham de balcões em território português.

É testada a hipótese de efectiva diferenciação ou não entre os segmentos, relativamente às margens financeiras, aos juros de operações activas e aos juros de operações passivas, bem como quanto aos custos operacionais e suas principais componentes.

Âmbito temporal e principais origens da informação

Procurou-se estudar um período com dimensão suficiente para analisar as tendências das mais importantes origens de proveitos e de custos, não se tendo, porém, conseguido obter dados suficientes relativamente aos anos anteriores a 1985.

A informação analisada foi fundamentalmente retirada dos balanços e demonstrações de resultados dos bancos divulgados nos Boletins Informativos da Associação Portuguesa de Bancos, por vezes complementada com as notas às contas publicadas pelos próprios bancos nos seus relatórios anuais. Toda a informação obtida de outras origens tem a indicação da respectiva fonte.

O grande crescimento verificado no sector e nalguns dos bancos causa distorções nas relações entre as rubricas de custos e proveitos e as dos balanços se considerados os de final do ano. Essas distorções seriam eliminadas com o uso dos balanços médios diários em vez

dos de final de ano (Hempel, 1994). Não se dispendo desta informação e para atenuar aqueles efeitos, foram calculados e utilizados os balanços médios anuais (semi-soma do balanço do final de ano com o do final do ano anterior).

Uma quebra de série no ano de 1990, por alteração do plano de contas para o sistema bancário, impossibilitou o cálculo do balanço médio para esse ano por falta de informação homóloga do ano anterior. São, assim, estudados os anos de 1986 a 1996, excepto 1990.

Para os dados referentes a bancos e segmentos de diferentes dimensões serem mais comparáveis, optou-se por trabalhar com valores relativos, quase sempre em percentagem dos activos financeiros, sendo considerados para o efeito os activos que geram juros.

A abertura ao exterior

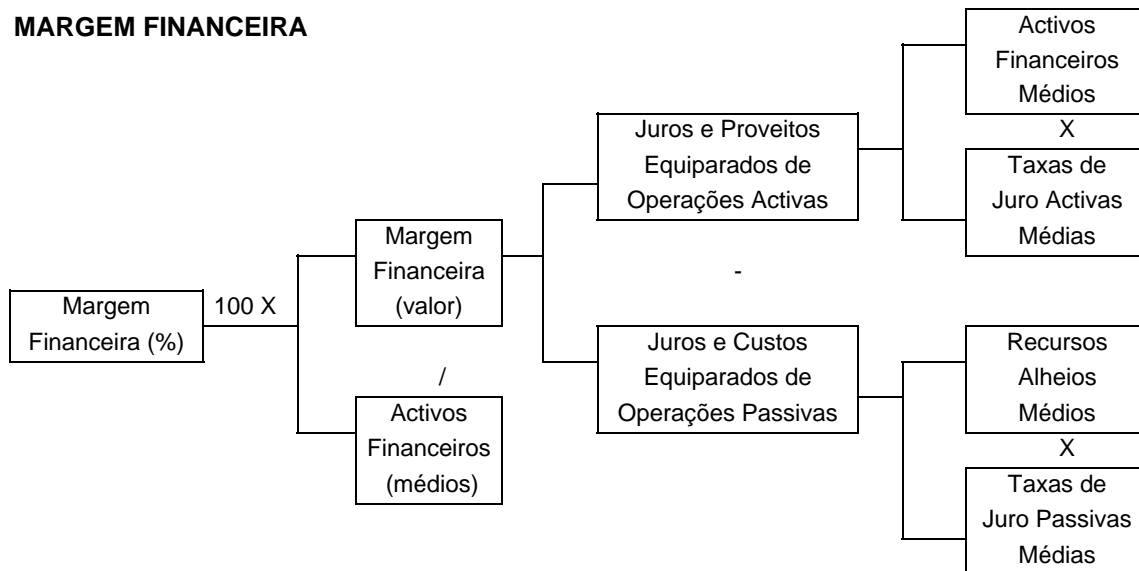
Sendo um sector aberto à concorrência do exterior, especialmente a partir de 1993 com a liberalização dos movimentos de capitais e a liberdade de estabelecimento e de prestação de serviços financeiros no âmbito comunitário, esperando-se um aumento dessa concorrência a partir da adesão de Portugal ao EURO (o que pode acontecer em 01.01.1999), fazem-se também algumas comparações com os potenciais novos competidores.

Conceitos de margens financeira e de intermediação financeira

O uso dos termos “margem financeira” e “margem de intermediação financeira”, por vezes como sinónimos, justifica a clarificação do âmbito de cada um quando mencionados nesta dissertação, conforme Thygerson (1995).

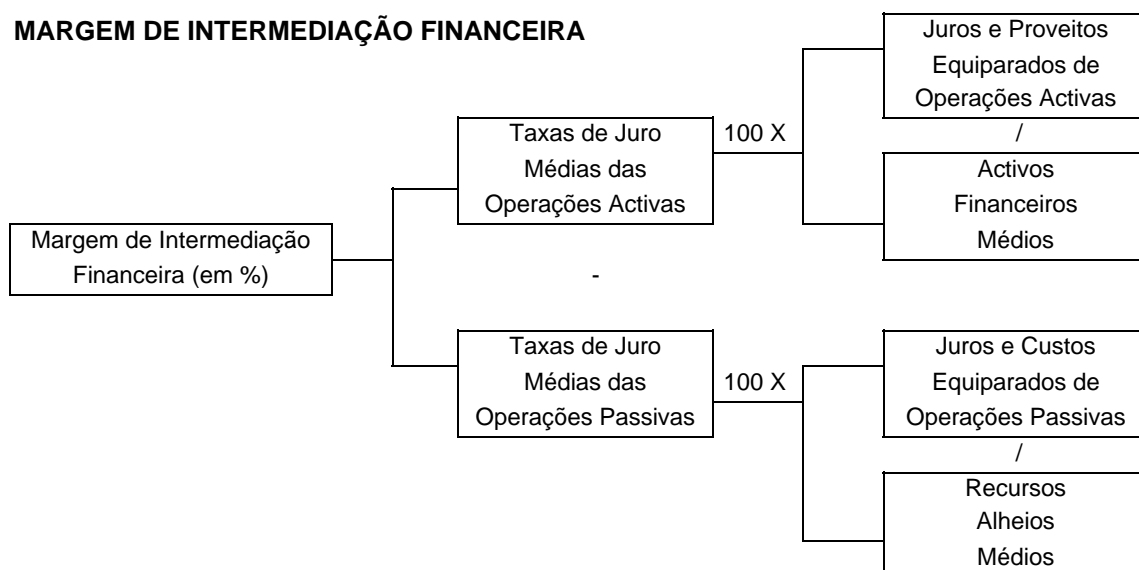
A margem financeira é igual à diferença entre os juros e proveitos equiparados relativos às operações activas e os juros e custos equiparados relativos às operações passivas, podendo ser apresentada em valores ou em percentagem dos activos totais médios, conforme Thygerson (1995) ou dos activos financeiros médios, conforme Hempel (1994)

MARGEM FINANCEIRA



A margem de intermediação financeira é a diferença entre as taxas médias das operações activas e as das passivas.

MARGEM DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA



A organização da dissertação

Após descrição da metodologia, no capítulo 1, a dissertação analisa, no seguinte, a evolução dos juros dos recursos e dos proveitos, seguindo-se a análise das margens e testes à significância estatística das diferenças encontradas.

O capítulo 3 é dedicado à elaboração do modelo de regressão linear múltipla explicativo da margem financeira e, no 4, à análise dos factores determinantes da sustentabilidade da margem financeira, considerando-se como tal as outras fontes de proveitos (para além da margem) e a remuneração dos factores produtivos.

Cada uma das secções dos capítulos 2 e 4 e cada uma das subsecções do 4, termina com uma conclusão sobre o assunto nela tratado, bem como o capítulo 3, sendo as conclusões gerais apresentadas no capítulo 5.

CAPITULO 1

METODOLOGIA

O pressuposto de partida é de que a margem financeira sustentável será a que, acrescida dos outros proveitos financeiros líquidos e resultados extraordinários, remunerare adequadamente os factores produtivos, incluindo a remuneração dos capitais próprios ao nível exigido pelos investidores.

Correcções Prévias

Os balanços foram corrigidos da dupla afectação dos valores a cobrar (cheques depositados no próprio dia) e, nos anos de 1987 a 1989, do efeito provocado pela “fuga” aos limites de crédito com contas correntes que eram saldadas no último dia do mês por contrapartida de cheques depositados nesse dia¹.

Estas correcções foram efectuadas com base no montante dos valores a cobrar constantes do balanço de cada banco e nas respectivas notas às contas e relativamente à “fuga” aos limites de crédito, com base nos coeficientes de proporcionalidade determinados por Marques, (1991).

Caracterização da amostra

A amostra é composta por bancos que exercem actividade e têm estabelecimento estável em Portugal², tendo sido todos incluídos desde 1986 até 1991 e, nos restantes anos, percentagens que variam entre 61% e 97%, conforme os anos e os quatro indicadores utilizados: número de bancos, activos globais, capitais próprios e margem financeira (ver quadro 1.1 e anexos A1 e A2).

¹ A partir do segundo semestre de 1990, os valores a cobrar passaram a ser incluídos pelo Banco de Portugal para efeito de preenchimento dos limites de crédito estabelecidos.

² Não considerando o sistema de crédito agrícola.

Quadro 1.1

Caracterização da Amostra

(valores em milhões de contos)

	1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Nº DE BANCOS										
amostra	23	26	26	27	32	32	28	33	31	28
universo a)	23	26	26	27	32	33	30	34	36	30
% da amostra	100%	100%	100%	100%	100%	97%	93%	97%	86%	93%
ACTIVOS GLOBAIS										
amostra	5.702	6.661	7.847	9.368	14.077	17.552	17.051	23.462	17.258	28.059
universo	5.702	6.661	7.847	9.368	14.077	17.939	21.143	24.883	28.470	32.013
% da amostra	100%	100%	100%	100%	100%	98%	81%	94%	61%	88%
CAPITAIS PRÓPRIOS										
amostra	156	234	293	391	656	666	618	758	498	732
universo	156	234	293	391	656	689	830	786	776	782
% da amostra	100%	100%	100%	100%	100%	97%	74%	96%	64%	94%
MARGEM FINANCEIRA										
amostra	236	329	491	720	1.228	1.265	1.224	1.528	1.055	1.336
universo	236	329	491	720	1.228	1.359	1.480	1.634	1.642	1.452
% da amostra	100%	100%	100%	100%	100%	93%	83%	94%	64%	92%
a) após deduzidos os que consolidam contas noutros										

O Modelo Explicativo da Margem Financeira

Depois de estudados os dados históricos relativos aos custos e proveitos financeiros dos bancos e respectivas margens, incluindo a análise de variância para testar a significância estatística das diferenças encontradas entre segmentos, foi construído um modelo de regressão linear múltipla explicativo da margem financeira a partir de determinantes relativos às estruturas das principais fontes de recursos financeiros e de aplicações financeiras, bem como redes de balcões.

A Sustentabilidade da Margem Financeira

Com base no supra referido pressuposto de partida para a margem financeira ser considerada suficiente, é construído um modelo com os factores determinantes da sustentabilidade e feita uma análise histórica a cada um deles e das suas perspectivas, aplicando-se sequentemente o modelo aos vários bancos.

Comparações Internacionais

Para uma melhor apreciação dos valores dos indicadores dos bancos portugueses, do ponto de vista relativo, foram feitas algumas comparações com dados referentes a outros sistemas financeiros, principalmente os da União Europeia.

Limitações

Os balanços médios estimados constituem uma limitação, já que poderão não corresponder aos reais por a variação não ser necessariamente homogénea ao longo do ano. Porém, com a informação disponível, não se encontrou melhor alternativa.

No ano de 1990 verificou-se uma quebra de série por alteração do plano de contas dos bancos, o que impossibilitou a determinação dos balanços médios relativos a esse ano, pelo que se fizeram dois sub-períodos com limitação de compatibilidade, um de 1986 a 1989 e outro de 1991 a 1996.

Acresce que os dados do segundo sub-período são consolidados e os do primeiro não.

As constantes tomadas de participação de uns bancos noutros que se sucederam no segundo sub-período conduziram a falhas de informação impeditivas do cálculo do balanço médio consolidado no primeiro ano de consolidação por não se dispor de balanço homólogo relativo ao ano anterior, o que não permitiu a inclusão do primeiro ano de cada banco consolidante.

Para atenuar os efeitos dessas lacunas informativas, todas as comparações ao longo do trabalho são feitas com base em valores relativos, de um modo geral em função dos activos financeiros.

CAPÍTULO 2

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA MARGEM FINANCEIRA

Neste capítulo é feita uma análise da evolução da margem financeira de cada banco ao longo do período estudado, 1986 a 1996, começando pela determinação das taxas médias dos recursos alheios e, sequentemente, das aplicações financeiras, obtendo-se, pela sua diferença, a taxa média de intermediação.

Com base nos juros pagos e recebidos e nos capitais médios a que respeitam é determinada a margem financeira.

Com esta análise pretende-se obter informação relativa à evolução daquelas variáveis ao longo do tempo, bem como do grau de convergência ou de dispersão entre os bancos que constituem a amostra e entre os segmentos que se construíram, aspectos que influenciaram o nível de sustentabilidade das variáveis e, em consequência, da margem financeira.

SECÇÃO 2.1

OS JUROS DOS RECURSOS ALHEIOS DOS BANCOS

Os recursos alheios obtidos pelos bancos no âmbito da sua actividade de intermediação financeira, ao longo do período estudado, de 1986 a 1996, implicaram o pagamento de juros, cujas taxas médias anuais se situaram em cerca de 15% em 1986, decrescendo gradualmente, embora sem regularidade, até cerca de 6,5% em 1996, (ver quadro 2.1).

Quadro 2.1

Rendimento médio real para os detentores de poupanças depositadas

taxas	anos									
	1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996
número de bancos	23	26	26	27	32	32	28	33	31	28
médias dos recursos alheios dos bancos (%)	14,95	10,99	10,05	10,34	11,13	10,91	9,47	8,06	7,60	6,50
inflação a) (%)	11,70	9,40	9,60	12,60	11,40	8,90	6,50	5,20	4,10	3,10
rendimento líquido real (%)	0,90	-0,05	-0,97	-3,39	-1,74	0,35	1,45	1,57	2,26	2,35

- Nota: considerou-se a taxa de 15% de retenção de imposto em 1986 e 1987 e de 20% nos outros anos que é a fiscalidade em vigor para os juros bancários recebidos pelos particulares
- a) Fonte: Relatórios do Banco de Portugal

Porém, a taxa real média de rendimento líquido para o aforrador, mesmo assumindo que as taxas de remuneração dos recursos captados directamente do público sejam iguais àquela

Quadro 2.2

Taxas anuais médias de custo dos recursos financeiros alheios e sua dispersão

rubricas	anos									
	1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996
o sistema total										
médias ponderadas (%)	14,95	10,99	10,05	10,34	11,13	10,91	9,47	8,06	7,60	6,50
desvios padrão (%)	0,93	0,92	0,95	1,12	1,64	1,81	1,23	1,53	1,20	1,18
número de bancos	23	26	26	27	32	32	28	33	31	28
estatística F	0,56	2,24	5,37 a)	7,34 a)	7,54 a)	16,3 a)	3,53 a)	4,01 a)	4,52 a)	0,78
bancos de grandes redes nacionais										
médias ponderadas (%)	14,94	10,95	9,95	10,15	10,84	10,48	9,18	7,80	7,20	6,32
desvios padrão (%)	0,86	0,73	0,66	0,77	0,76	1,05	0,55	0,93	0,55	0,48
número de bancos	13	13	13	13	14	13	11	11	8	9
bancos nacionais com pequenas redes										
médias ponderadas (%)		9,55	9,91	10,93	14,08	12,47	10,22	8,21	8,31	6,20
desvios padrão (%)		1,51	0,76	0,86	2,10	1,17	0,18	0,17	0,71	0,76
número de bancos		3	3	4	3	4	3	4	4	2
bancos de capital estrangeiro c/redes										
médias ponderadas (%)	14,28	13,35	13,42	14,15	12,56	12,47	10,31	8,43	9,06	6,99
desvios padrão (%)	1,49	0,92	2,52	1,95	4,08	0,97	1,02	1,53	1,93	1,42
número de bancos	4	4	4	4	6	6	6	6	6	6
banca de escritório										
médias ponderadas (%)	16,14	12,39	11,41	12,29	15,82	17,34	12,33	11,37	9,97	9,49
desvios padrão (%)	2,84	2,94	1,54	2,19	3,02	2,06	2,74	3,28	1,04	3,77
número de bancos	6	6	6	6	9	9	8	12	13	11
a) rejeição da hipótese das médias serem iguais, com um nível de confiança superior a 95%										

média¹, foi negativa ao longo de grande parte do período, de 1987 a 1991, como se pode constatar também no quadro 2.1, o que indicia insustentabilidade, situação que se tem vindo a alterar nos últimos anos, atingindo 2,35% positivos em 1996.

¹ Entre os recursos alheios de cada banco estão também os do mercado monetário interbancário cujas taxas médias tendem a ser superiores às dos captados directamente do público.

Por outro lado, aquele preço médio pago directamente pelos recursos financeiros alheios é muito diferente de uns para outros bancos, o que, entre segmentos diferentes, se deve à existência ou não de redes de retalho ou à dimensão destas, mas, quando se trata de instituições pertencentes ao mesmo segmento, parece só se poder explicar por ineficiências do mercado.

Os bancos de escritório são os que suportam encargos financeiros mais elevados, com diferenças que, nos últimos anos, se têm situado em cerca de 3 pontos percentuais acima da média do sistema (ver quadro 2.2).

Também é quase sempre nesse segmento e no dos bancos estrangeiros com redes de retalho que há maior dispersão das taxas médias, como se pode observar pelo respectivo desvio padrão, chegando a situar-se acima dos 4 pontos percentuais, em 1991, nas redes de capital estrangeiro e em cerca de 3,8 pontos, em 1996, na banca de escritório.

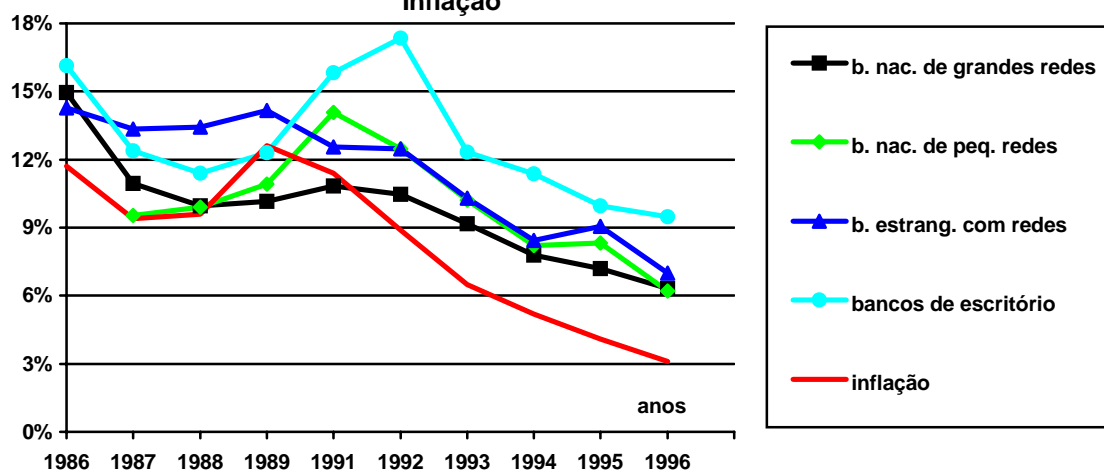
Para indagar se as diferenças entre os custos médios dos recursos dos bancos pertencentes aos vários segmentos têm ou não significância estatística, foram feitos testes de análise de variância, tendo os seus resultados indicado que, em 8 dos 10 anos estudados, as médias desses custos em cada segmento são estatisticamente diferentes com um nível de confiança superior a 95% (ver quadro 2.2).

Os bancos com grandes redes de retalho, para além do mais baixo custo financeiro dos seus recursos, são também aqueles em que a dispersão das taxas médias é quase sempre menor.

Os bancos nacionais com pequenas redes de retalho situam-se numa posição intermédia, com o custo financeiro dos recursos, de um modo geral, um pouco mais elevado que o segmento das grandes redes e mais baixo que o dos outros segmentos, apresentando, porém, uma dispersão muito irregular de ano para ano.

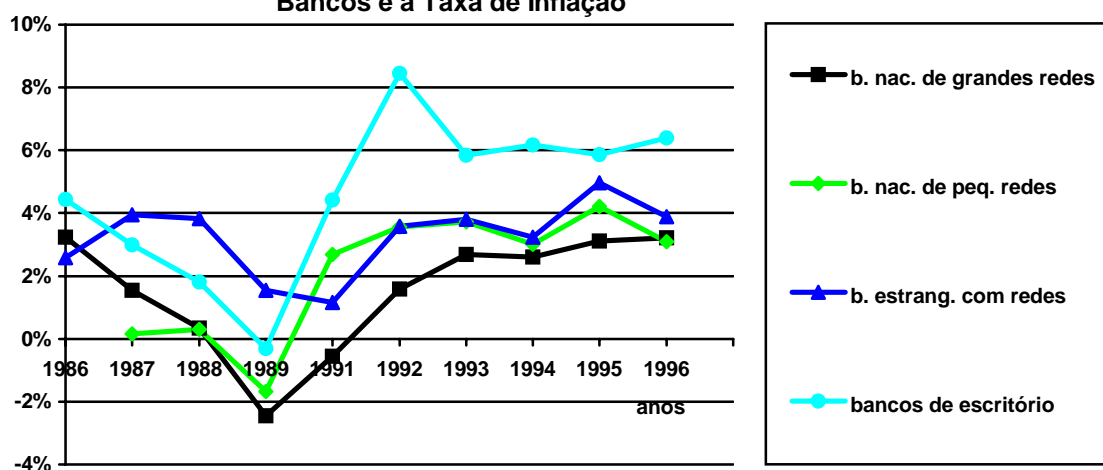
É de salientar, também, as diferentes velocidades de cada segmento no movimento de ajustamento das taxas médias à evolução da inflação (ver gráfico da figura 2.1), em que também se nota uma tendência para convergirem, especialmente os segmentos com redes.

Figura 2.1
Taxas Médias dos Recursos Financeiros Alheios dos Bancos e Taxa de Inflação



Depois de 1991, verifica-se uma evolução positiva dos diferenciais desses custos médios para a taxa de inflação (ver gráfico da figura 2.1A)

Figura 2.1A
Diferencial entre o Custo Médio dos Recursos Financeiros Alheios dos Bancos e a Taxa de Inflação



A amplitude das diferenças das taxas médias dos recursos dos bancos só parcialmente se justifica pelas diferentes vias de captação (grandes e pequenas redes e banca de escritório), sendo também factor importante a existência, por um lado, de bancos excedentários de liquidez (na secção seguinte aborda-se este aspecto), logo menos preocupados com a sua competitividade na remuneração dos depósitos, e, por outro lado, bancos muito empenhados

no aumento da sua quota de mercado e particularmente na captação de recursos directamente do público.

São, assim, factores conjunturais, que, pelo menos em parte, explicam essa dispersão e não têm características de sustentabilidade, sendo previsível que os mecanismos inerentes à concorrência acelerem a supra mencionada tendência de convergência para taxas de remuneração de recursos financeiros mais próximas entre os bancos de retalho.

Conclusões

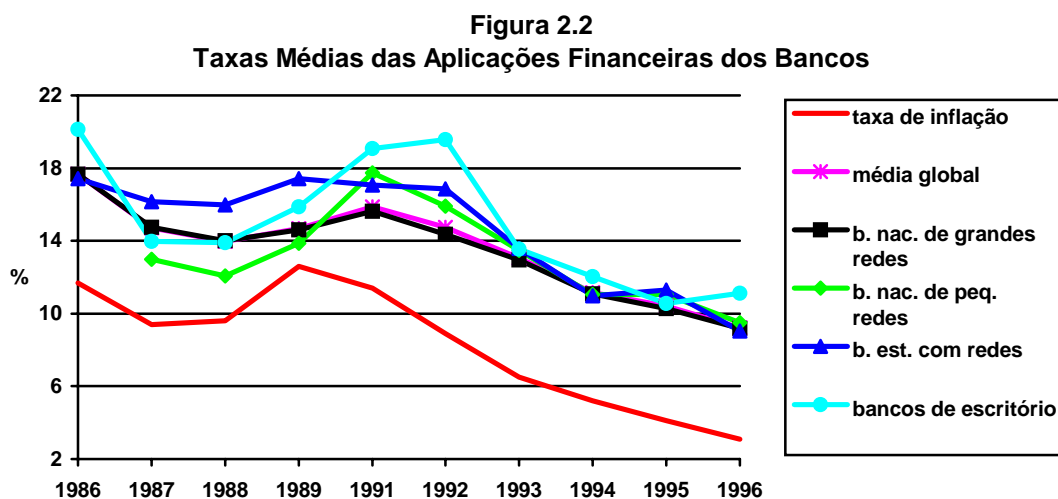
Os diferentes preços médios que os bancos pagam pelos seus recursos contribui para a existência de diferentes margens financeiras, no pressuposto das aplicações terem iguais preços nos diversos bancos, embora esse eventual privilégio seja transitório, já que a tendência de convergência eliminará, a prazo, a dispersão que lhe dá origem, pelo menos entre os bancos que captam os recursos directamente do retalho.

Esse indício de diferentes margens poderá, contudo, não se confirmar por existirem eventuais compensações nos preços das aplicações financeiras, aspectos a estudar nas secções e capítulos seguintes.

SECÇÃO 2.2

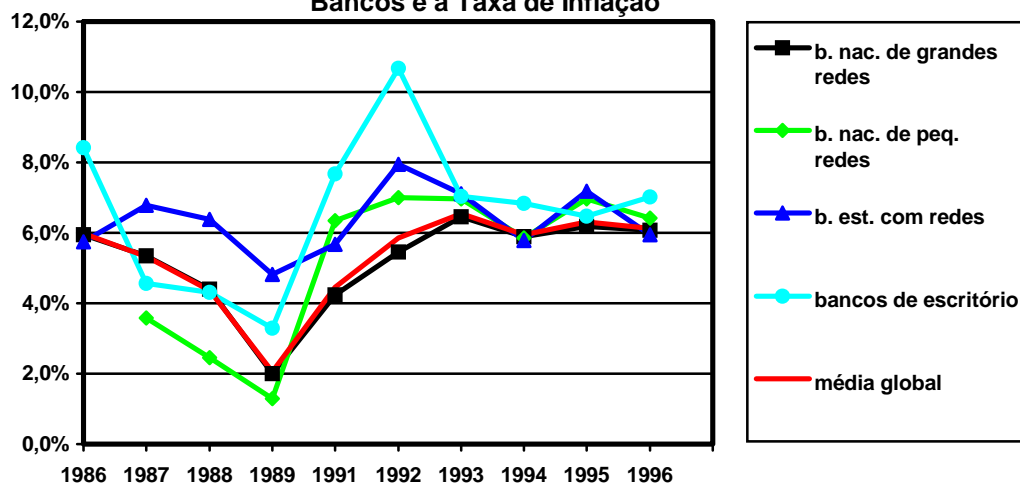
OS JUROS DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS DOS BANCOS

As taxas médias das aplicações financeiras dos bancos, durante o período estudado, tiveram um comportamento caracterizado por uma grande descida, excepto nos anos de 1989 e 1991, acompanhando a evolução da taxa de inflação, (ver gráfico da figura 2.2), embora com um



certo retardamento da actuação dos bancos, especialmente quando se verificaram inversões da tendência da taxa de inflação, notando-se também um efeito de amortecimento, bem visível no período de 1989 a 1991, em que o diferencial entre a taxa média global das aplicações financeiras dos bancos e a inflação se reduz bastante devido à actuação mais lenta dos bancos de grandes redes de retalho, já que os outros segmentos repercutiram, muito rapidamente, a subida da inflação nas taxas das suas aplicações, tendo, isso sim, apresentado certa lentidão, depois, no ajustamento para baixo quando, em 1991, a taxa de inflação inverteu, de novo, a tendência (ver gráfico da figura 2.3).

Figura 2.3
Diferenciais Entre as Taxas Médias das Aplicações Financeiras dos
Bancos e a Taxa de Inflação



O nível das taxas de juros médias praticadas por cada um dos segmentos tem vindo a convergir nos últimos anos, depois de ter passado por dois períodos distintos, um até 1991, em que os bancos nacionais com pequenas redes praticavam taxas médias mais baixas, e outro, a partir de 1991, em que são os bancos com grandes redes de retalho que forçam a descida das taxas das aplicações, o que será resultante do aumento da sua capacidade creditícia originado pelo fim da limitação quantitativa do crédito por via administrativa, aspecto a ser tratado ainda nesta secção.

Os segmentos de bancos analisados não só praticavam diferentes taxas de juros médias nas suas aplicações financeiras (ver quadro 2.3), como também os respectivos desvios padrão indicam uma grande dispersão dessas taxas entre as Instituições incluídas em cada um dos segmentos.

Quadro 2.3

Taxas anuais médias das aplicações financeiras dos bancos e sua dispersão

rubricas	anos									
	1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996
o sistema total										
médias ponderadas (%)	17,66	14,72	13,97	14,66	15,86	14,75	13,04	11,14	10,41	9,22
desvios padrão (%)	1,00	1,09	1,13	1,16	1,47	1,76	0,96	1,28	0,90	1,00
estatística F	1,34	1,58	1,92	4,06 a)	4,35 a)	6,61 a)	0,62	0,037	1,01	0,05
número de bancos	23	26	26	27	32	32	28	33	31	28
bancos de grandes redes nacionais										
médias ponderadas (%)	17,65	14,74	13,99	14,59	15,63	14,35	12,95	11,09	10,28	9,18
desvios padrão (%)	0,93	0,95	0,89	0,86	0,63	1,25	0,71	0,78	0,61	0,44
número de bancos	13	13	13	13	14	13	11	11	8	9
bancos nacionais com pequenas redes										
médias ponderadas (%)		12,97	12,06	13,88	17,75	15,90	13,47	11,05	11,06	9,51
desvios padrão (%)		1,60	0,97	1,27	3,39	1,59	0,93	1,19	0,38	0,69
número de bancos		3	3	4	3	4	3	4	4	2
bancos de capital estrangeiro c/redes										
médias ponderadas (%)	17,44	16,17	15,98	17,42	17,07	16,85	13,60	10,99	11,29	9,04
desvios padrão (%)	2,70	0,97	3,08	2,33	4,17	0,88	1,42	1,55	1,71	1,17
número de bancos	4	4	4	4	6	6	6	6	6	6
banca de escritório										
médias ponderadas (%)	20,12	13,97	13,90	15,89	19,07	19,58	13,54	12,04	10,57	10,12
desvios padrão (%)	2,11	2,70	1,35	2,24	3,06	2,18	2,20	3,76	1,41	3,80
número de bancos	6	6	6	6	9	9	8	12	13	11
a) Diferença das médias estatisticamente significativa com um nível de confiança superior a 95%										

Verifica-se uma tendência de redução da dispersão entre os bancos de grandes redes ao longo de todo o período, excepto em 1992, ano em que teve lugar uma grande perturbação nos mercados financeiros.

Nos outros segmentos registaram-se altos níveis de dispersão, em particular no dos bancos de capitais estrangeiros que chegaram a atingir um desvio padrão de 4,17 pontos percentuais em relação à sua média, no ano de 1991, segmentos esses que registaram igualmente uma grande irregularidade do nível de dispersão ao longo dos anos.

Porém, testes de análise da variância efectuadas às médias dos segmentos indicam que apenas em 3 anos (1989, 1991 e 1992) as diferenças entre os segmentos são estatisticamente significativas com um nível de confiança superior a 95% (ver quadro 2.3).

Na comparação da dispersão das taxas médias das aplicações com a das taxas médias dos recursos (ver quadro 2.4) verifica-se uma maior dispersão nas das aplicações até 1989, para, a partir de então, passar a ser menor, o que será resultante do aumento da concorrência nas operações de crédito na sequência de ter deixado de haver limitação quantitativa do crédito fixada por via administrativa, fazendo com que o principal alvo da competitividade entre o universo das Instituições se tenha deslocado da área da captação para a das aplicações de recursos financeiros.

Quadro 2.4
Desvios padrão das taxas médias das aplicações financeiras
e dos recursos financeiros dos bancos

(em %)

desvios padrão	anos									
	1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1) das aplicações	1,00	1,09	1,13	1,16	1,47	1,76	0,96	1,28	0,90	1,00
2) dos recursos	0,93	0,92	0,95	1,12	1,64	1,81	1,23	1,53	1,20	1,18
diferença (1)-(2)	0,07	0,17	0,18	0,04	-0,17	-0,05	-0,27	-0,25	-0,30	-0,18

A alteração de comportamento dever-se-á ao supra referido termo da limitação administrativa do volume de crédito e ao facto do grau de transformação de depósitos em crédito ser ainda muito baixo nos bancos que dispõem de grandes redes de retalho, o segmento mais representativo (ver quadro 2.5).

Quadro 2.5

Grau de transformação dos depósitos em crédito

Segmentos de Instituições	anos									
	1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996
grandes redes nac.	0,67	0,65	0,61	0,57	0,62	0,62	0,64	0,62	0,60	0,67
pequenas redes nac.		1,06	1,11	0,91	1,71	1,62	1,84	1,20	0,95	1,17
redes de capital est.	0,74	0,99	1,14	1,14	1,11	0,92	0,87	0,89	0,84	0,90
banca de escritório	1,72	2,38	4,10	3,40	5,11	2,35	1,40	1,60	1,51	1,22
médias globais	0,68	0,67	0,64	0,61	0,67	0,67	0,68	0,66	0,64	0,69

De facto, enquanto os bancos de grandes redes aplicam apenas cerca de 67% dos seus depósitos em crédito, os outros segmentos aplicam praticamente a totalidade e, muitos deles até um montante muito superior ao dos depósitos, utilizando recursos do mercado monetário oferecidos por aquele segmento excedentário.

O grau de transformação dos depósitos em crédito, em termos globais, sofreu uma forte redução até 1989 (passando de 0,68 em 1986 para 0,61 em 1989), para beneficiar de uma melhoria a partir daí até atingir 0,69 em 1996, valor semelhante ao de partida.

Os bancos de grandes redes de retalho foram os que mais de perto acompanharam aquela evolução da média global.

Como seria de esperar, os bancos de escritório dependem mais das fontes interbancárias, chegando mesmo a ter saldos de crédito que excedem, em mais de 5 vezes, os seus depósitos de clientes, como aconteceu em 1991.

Nota-se, contudo, uma tendência para a redução dessa forma dos bancos se financiarem, constatando-se que, no ano de 1996, já se verifica uma grande aproximação dos respectivos volumes de recursos aos do crédito concedido a clientes, mesmo os próprios bancos de escritório apresentam saldos do crédito superiores aos dos depósitos em apenas 0,22 vezes contra os 4,11 de 1991.

Conclusões

Pode, assim, concluir-se pela existência de segmentos de bancos com estratégias diferentes em termos de alvos preferenciais, uns essencialmente apostados em aumentar a sua quota de crédito, os bancos de grandes redes de retalho, como forma de aumentarem o grau de transformação dos seus depósitos em crédito; e os outros segmentos com redes de retalho pequenas que, dada a sua situação de equilíbrio ou até de carência de recursos captados directamente do público, são forçados a prestar igualmente atenção à sua competitividade na área dos depósitos.

Os bancos de escritório têm a sua capacidade de concessão de crédito essencialmente dependente dos recursos que consigam obter nos mercados interbancários.

SECÇÃO 2.3

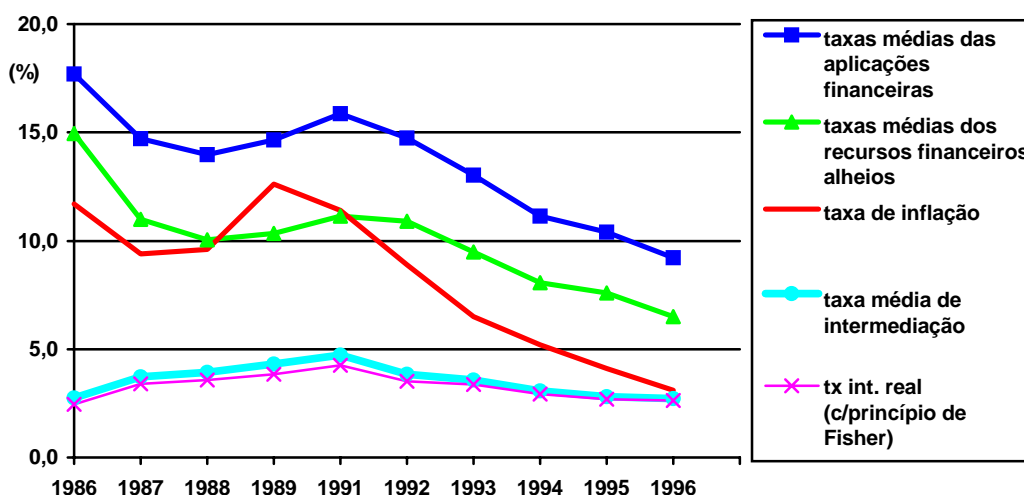
AS MARGENS FINANCEIRAS

A Margem em Função das Diferenças das Taxas Médias

Pela diferença entre as taxas médias das aplicações financeiras e as dos recursos financeiros dos bancos, encontrou-se a taxa de intermediação, a qual apresenta uma tendência de subida durante a primeira parte do período estudado, de 1986 (2,74%) a 1991 (4,73%) para inverter a tendência a partir desse ano, vindo a atingir 2,72% em 1996, (ver gráfico da figura 2.4 e quadro 2.6) o que será resultante das alterações da envolvente concorrencial devida principalmente aos seguintes factores:

- o fim da limitação quantitativa do crédito;
- a total liberalização dos movimentos de capitais com o exterior;
- a redução do coeficiente das reservas obrigatórias de caixa.

Figura 2.4
Comportamento das Taxas Médias das Aplicações, dos Recursos, da Inflação e de Intermediação Financeira



Relativamente a cada um dos segmentos, verifica-se que os bancos com grandes redes de retalho beneficiam quase sempre das mais elevadas taxas médias de intermediação (ver gráfico da figura 2.5), com excepção para o ano de 1992 em que os bancos estrangeiros terão aproveitado melhor os efeitos da perturbação do mercado ocorrida no verão desse ano e para o de 1996 em que os pequenos bancos nacionais de redes de retalho se posicionam melhor

em resultado da maior redução registada nas taxas médias dos recursos (2,11 pontos percentuais) comparativamente à das aplicações (1,55).

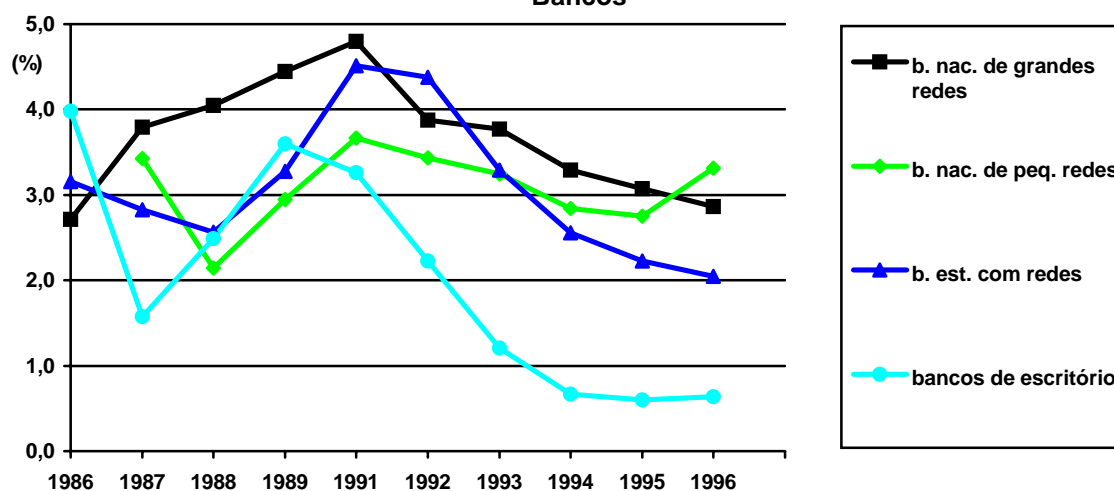
O aumento da concorrência registado a partir de 1991, para além da redução das taxas médias de intermediação em todos os segmentos de bancos (ver quadro 2.6), provocou uma maior convergência entre os segmentos que dispõem de redes de retalho, situando-se, em 1996, numa diferença máxima de 1,26 pontos percentuais, (entre 2,05% e 3,31%), quando, em 1988, tinham diferenças máximas de quase 2 pontos percentuais (de 2,15% para 4,05%).

Quadro 2.6
Margem de intermediação financeira

(diferença entre as taxas médias das aplicações e as dos recursos em pontos percentuais)

segmentos de Instituições	anos									
	1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996
grandes redes nacionais	2,71	3,79	4,05	4,44	4,80	3,88	3,77	3,29	3,08	2,85
peq.'s redes nacionais		3,42	2,15	2,95	3,67	3,44	3,25	2,84	2,75	3,31
redes de capital est.	3,16	2,82	2,56	3,28	4,51	4,38	3,29	2,55	2,23	2,05
banca de escritório	3,98	1,58	2,49	3,60	3,26	2,22	1,21	0,67	0,60	0,64
médias globais	2,74	3,73	3,92	4,32	4,73	3,83	3,57	3,08	2,81	2,72

Figura 2.5
Taxas de Intermediação Financeira de cada um dos Segmentos de Bancos



Nota-se, especialmente a partir de 1989, um nítido afastamento da margem média dos bancos de escritório que nesse ano tinham chegado a 3,60% para, em 1996, se situarem em 0,64%, o

que é consequência da maior redução verificada nas margens das operações por grosso, para as quais está mais vocacionado este segmento.

Esta análise, pelas diferenças entre as taxas médias das aplicações financeiras e as dos recursos alheios, sofre de algumas limitações por esses recursos e essas aplicações raramente serem iguais (Thygerson, 1995), e apenas nessa hipótese a margem de intermediação, só por si, dar informação relevante quanto à contribuição da intermediação financeira para o produto bancário. Com os montantes de recursos e de aplicações diferentes, é preciso obtenção de informação adicional relativamente aos juros do diferencial entre essas rubricas para se conhecer aquela contribuição.

Margem em Função das Aplicações Financeiras

Uma forma de abordagem, sem as limitações da anterior, é através da determinação da margem financeira, (diferença entre os proveitos financeiros e os custos financeiros) que dá mais informação quanto à efectiva contribuição para o produto bancário, por a sua capacidade informativa ser indiferente às diferenças de montante entre as aplicações financeiras e os recursos financeiros alheios.

Por este motivo prefere-se utilizar a margem financeira nos capítulos seguintes em detrimento da margem de intermediação financeira.

Para melhores comparações entre bancos e segmentos de diferentes dimensões, é preferível usar a margem financeira a dividir por um parâmetro comum, sendo habitual o uso do activo total (Thygerson, 1995) ou as aplicações financeiras.

Optou-se por este segundo por os activos financeiros estarem mais ligados à margem financeira (Hempel, 1994) e também por ser o agregado que se tem vindo a usar ao longo da dissertação.

Os valores obtidos por esta abordagem comparados com os encontrados pela anterior forma sugerem os seguintes comentários (ver quadros 2.6 e 2.7 e gráficos das figuras 2.5 e 2.6):

- em ambas as formas de abordagem é clara a tendência crescente até 1991 e decrescente a partir daí;
- na segunda forma, os bancos com grandes redes de retalho apresentam, até 1991, margens menores que as dos outros segmentos, contrariamente ao verificado na outra abordagem,

facto que se deve a terem um muito menor valor da relação entre as aplicações financeiras e os recursos financeiros alheios, relação essa que registou, entretanto, ligeiros aumentos, enquanto que as dos outros segmentos se reduziram bastante (ver quadro 2.8).

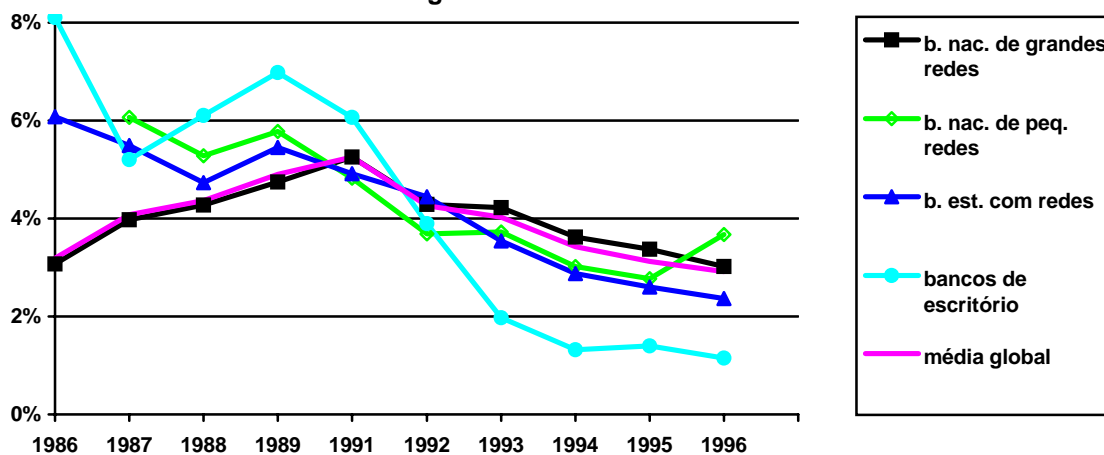
- no final do período estudado, em ambas as abordagens se regista uma drástica redução das margens dos bancos de escritório.

Quadro 2.7

Margem Financeira dos Diferentes Segmentos de Bancos (em % dos activos financeiros)

segmentos de Instituições	anos									
	1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996
grandes redes nac.	3,07	3,98	4,27	4,74	5,25	4,29	4,22	3,62	3,37	3,02
peq.'s redes nac.		6,06	5,28	5,78	4,82	3,69	3,72	3,02	2,77	3,67
redes de capital est.	6,08	5,49	4,73	5,45	4,92	4,44	3,54	2,87	2,60	2,36
banca de escritório	8,11	5,20	6,11	6,98	6,07	3,89	1,98	1,32	1,40	1,15
médias globais pond.	3,19	4,08	4,37	4,90	5,26	4,26	4,02	3,43	3,13	2,91
médias globais simples	5,15	4,80	4,58	5,79	5,76	4,73	3,85	3,29	2,98	2,55

Figura 2.6
Margens Financeiras



Quadro 2.8**Relação entre as Aplicações Financeiras e os Recursos Financeiros Alheios**

segmentos de Instituições	anos									
	1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996
grandes redes nac.	1,02	1,02	1,02	1,03	1,04	1,04	1,05	1,04	1,04	1,03
peq.'s redes nac.		1,38	1,46	1,35	1,09	1,02	1,05	1,02	1,00	1,06
redes de capital est.	1,26	1,25	1,19	1,18	1,03	1,01	1,02	1,04	1,04	1,05
banca de escritório	1,34	1,41	1,46	1,38	1,22	1,11	1,07	1,02	1,09	1,06
médias globais	1,03	1,03	1,05	1,06	1,05	1,04	1,05	1,04	1,04	1,03

De salientar que em qualquer das abordagens se nota uma vantagem competitiva dos bancos com grandes redes de retalho.

Todavia, a capacidade competitiva dos bancos não depende só da margem financeira mas também, entre outros aspectos, do que consigam fazer no âmbito dos outros proveitos financeiros líquidos, dos custos de estrutura e dos incobráveis, aspectos que se analisam no capítulo quatro.

Numa análise de variância efectuada aos quatro segmentos em que se dividiram os bancos estudados, relativamente às seguintes rubricas a dividir pelos activos financeiros:

- . custos financeiros
- . proveitos financeiros e
- . margens financeiras,

confirmou-se que os segmentos são diferentes, em pelo menos um desses três indicadores, com um nível de confiança superior a 95% (ver quadro 2.9). Os custos financeiros são estatisticamente diferentes com essa significância entre os anos de 1988 e 1995, os proveitos financeiros de 1989 a 1992 e as margens financeiras de 1986 a 1989 e em 1996.

Quadro 2.9
Significância Estatística das Médias dos Segmentos de Bancos

(valores da estatística F dos testes ANOVA)

anos	custos financeiros	proveitos financeiros	margens financeiras
1986	0,56	1,34	40,78 a)
1987	2,24	1,58	5,54 a)
1988	5,37 a)	1,92	6,70 a)
1989	7,34 a)	4,06 a)	7,20 a)
1991	7,54 a)	4,35 a)	2,08
1992	16,33 a)	6,61 a)	0,12
1993	3,52 a)	0,62	1,79
1994	4,01 a)	0,04	0,68
1995	4,52 a)	1,01	0,69
1996	0,78	0,05	4,20 a)

a) diferenças estatisticamente significativas com um nível de confiança superior a 95%.

Desses resultados pode inferir-se o seguinte:

- . Em 1986, 1987 e 1996, anos em que só relativamente às margens financeiras os segmentos são diferentes com aquele nível de significância, outros efeitos que não os dos custos dos recursos alheios e os dos proveitos das aplicações estão na origem dessa diferenciação;
- . Em 1988, à grande diferenciação dos custos dos recursos é adicionável uma razoável diferenciação dos proveitos, implicando que a margem seja também diferente com relevância estatística;
- . Em 1989, os segmentos são diferentes relativamente aos três indicadores;
- . Em 1991 e 1992, os segmentos são diferentes quanto aos custos e aos proveitos, mas como os bancos que praticam mais elevados juros nos custos também o fazem nos proveitos, não há diferenciação com significância estatística nas margens financeiras.
- . De 1993 a 1995, mantêm-se as diferenciações no mesmo sentido que em 1991 e 1992, embora com menor amplitude nos proveitos, mas ainda suficiente para as margens financeiras não terem diferenças com significância estatística relevante.

Conclusões

É clara a tendência de descida da margem financeira nos últimos anos.

- . Os bancos de escritório são os que registaram maiores variações neste movimento de descida.
- . Os bancos nacionais com redes de retalho são os segmentos que beneficiam de maiores margens financeiras.
- . As diferenças das margens financeiras entre os segmentos são estatisticamente significativas em vários anos, embora raramente esses anos coincidam com aqueles em que há também diferenças com relevância estatística relativamente aos custos financeiros e aos proveitos financeiros, o que é consequência dos bancos que praticam mais altas taxas de juros nos custos financeiros conseguirem repercuti-las nas aplicações, não se diferenciando, portanto, as margens na mesma dimensão.

CAPÍTULO 3

UM MODELO DE REGRESSÃO LINEAR EXPLICATIVO DA MARGEM FINANCEIRA

O modelo adoptado é constituído por regressões lineares múltiplas determinadas pelo método dos erros quadrados mínimos, através das quais se pretende concluir se a margem financeira em Portugal, no período de 1986 a 1996, excepto 1990, é ou não explicada por variáveis independentes relativas à dimensão dos bancos e à composição dos seus activos e recursos financeiros mais relevantes.

Da análise efectuada no capítulo anterior, concluiu-se pela existência de diferentes margens financeiras em função dos segmentos de bancos, com destaque, depois de 1992, para os de grandes redes (margem superior à média global) e os de escritório (margem muito inferior a essa média).

Essa constatação indicia, dados os critérios de segmentação utilizados, que a quantidade de balcões de cada banco possa ser um estimador da margem financeira. Admite-se também que a margem de contribuição dos balcões seja influenciada pela sua antiguidade em consequência do efeito de fidelização dos clientes.

Também se constatou na análise desenvolvida naquele capítulo que as margens financeiras mais elevadas se verificam nos bancos em que há maior transformação de depósitos em crédito, o que legitima a hipótese da natureza dos activos dos bancos poder, do mesmo modo, ser um dos estimadores da margem financeira ao gerarem ou não juros e, em caso afirmativo, a diferentes taxas.

Concluiu-se igualmente que o custo médio dos recursos é bastante diferente em função dos segmentos de bancos, mesmo entre bancos dos mesmos segmentos, pelo que a natureza dos recursos é igualmente admitida como potenciadora de variáveis explicativas da margem financeira.

SECÇÃO 3.1

OS POTENCIAIS REGRESSORES

No âmbito daquelas três áreas em que se admitiu a eventual existência de variáveis explicativas da margem financeira, foram considerados os seguintes regressores potenciais:

a) **relativos às redes de balcões** (por dificuldade de obtenção de informação relativa ao primeiro sub-período, a análise destas variáveis é feita só relativamente aos anos de 1991 a 1996):

- . Quantidade de balcões abertos no ano n (QB_n)
- . Quantidade de balcões abertos no ano $n-1$ (QB_{n-1})
- . Quantidade de balcões abertos no ano $n-2$ (QB_{n-2})
- . Quantidade de balcões abertos antes de $n-2$ ($QB_{n < n-2}$)

b) **Relativos à natureza dos activos** (usados os quocientes entre os valores das rubricas e os activos financeiros dos bancos):

- . Crédito (carteira de crédito a clientes) (CRE)
- . Imobilizações (IMO)
- . Activo total (ACT)

c) **Relativos às origens dos recursos** (usados os quocientes entre os valores das rubricas e activos financeiros dos bancos):

- . Capitais próprios disponíveis (capitais próprios + provisões diversas¹ - imobilizações), (CPD)
- . Depósitos à ordem de clientes (DO)
- . Recursos de clientes não à ordem (RNO)

A estas variáveis estão subjacentes as seguintes expectativas:

- . Que as variações da quantidade de balcões influenciem positivamente a margem financeira, por efeito de uma maior proporção do negócio de retalho no volume global de activos dos bancos;

¹ inclui as provisões não afectas especificamente a rubricas do activo, uma vez que em termos de custo financeiro se assemelham aos capitais próprios.

- . Que as variações da antiguidade dos balcões tenham também efeito positivo na margem financeira por a base de clientes e de volume de negócios crescer com a antiguidade;
- . Que as variações do CRE influenciem positivamente a margem financeira por esse activo ter, em média, maior remuneração que os restantes;
- . Que as variações das IMO produzam um efeito negativo na margem financeira por serem activos que não geram juros;
- . Que as variações dos ACT tenham também um efeito negativo por as suas variações positivas serem resultantes de uma menor proporção de activos financeiros (os que geram juros) no total do balanço;
- . Que as variações das variáveis relativas à natureza dos recursos tenham efeitos positivos na margem financeira por se pressupor que os recursos alheios sejam remunerados a taxas inferiores às das aplicações financeiras e por os capitais próprios disponíveis gerarem juros ao serem aplicados em activos financeiros e não terem custos ao nível da margem financeira.
- . Que a dimensão de cada um dos efeitos das variáveis relativas à natureza dos recursos seja decrescente com o aumento dos juros pagos por cada um desse género de recursos, ou seja: CPD com o maior coeficiente, DO a seguir e DNO o de menor coeficiente.

SECÇÃO 3.2

CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DOS REGRESSORES

A selecção dos regressores a incluir no modelo foi feita em duas fases, a primeira destinada a escolher os melhores regressores de cada uma das três áreas, na qual foi utilizado o método regressivo, passo a passo, conforme Guimarães (1997), e a segunda para, de entre os regressores escolhidos na primeira, constituir o melhor conjunto, tendo sido utilizado o método progressivo, conforme os mesmos autor e obra.

Foram dessa forma pré-seleccionados os regressores que proporcionassem mais elevados coeficientes de determinação (R^2), e cujas estatísticas t de student indicassem significação estatística a um nível de confiança não inferior a 95%.

Foi sequentemente testada a colinearidade e a multicolinearidade entre os regressores pré-seleccionados pela utilização dos métodos da correlação entre pares de variáveis e das regressões lineares auxiliares entre cada uma das variáveis e as restantes, conforme Griffiths (1993: 435).

SECÇÃO 3.3

A SELECÇÃO DOS REGRESSORES

O Quadro 3.1 mostra os principais parâmetros das regressões construídas e, contrariamente ao inicialmente admitido, os potenciais regressores relativos à quantidade de balcões de cada banco, por escalões de antiguidade, apresentam resultados muito fracos e, por isso, negligenciáveis.

De facto, pode verificar-se que apenas no ano de 1996 o coeficiente de determinação tem alguma razoabilidade, assumindo o valor de 0,24, e uma das variáveis independentes, a QBn-1 tem uma estatística t de student significativa. Porém, é absurdo que os balcões mais antigos apresentem coeficientes negativos, como acontece nesse ano. Também a significância da estatística F indica sempre fraqueza do modelo.

Com estes resultados, optou-se pelo abandono das variáveis relativas à quantidade e antiguidade de balcões.

Quadro 3.1

Parâmetros dos Potenciais Regressores Relativos à Quantidade de Balcões

anos	estatísticas t de student				estatística F		R ²
	QB n	QB n-1	QB n-2	QB n<n-2	valor	significância	
1996	1,62	2,22 a)	-0,92	-0,65	1,73	0,18	0,24
1995	-0,34	0,38	-0,15	0,94	0,38	0,82	0,06
1994	-0,14	0,02	0,19	0,37	0,12	0,97	0,017
1993	-0,31	0,27	0,77	0,23	0,40	0,81	0,07
1992	-0,21	-0,11	0,033	-0,40	0,16	0,96	0,023
1991	-0,07	1,41	-1,80 b)	-1,10	0,95	0,45	0,13

a) estatisticamente significativa a um nível de confiança não inferior a 95%

b) estatisticamente significativa a um nível de confiança não inferior a 90%

No que se refere aos regressores relativos à natureza dos activos dos bancos foram obtidos resultados um pouco melhores, conforme quadro 3.2, mas apenas em alguns dos anos.

Quadro 3.2

Parâmetros dos Potenciais Regressores Relativos aos Activos por Natureza

anos	estatísticas t de student			estatística F		R ²
	CRE	IMO	ACT	valor	significância	
1996	3,53 a)	1,45	1,05	6,79	0,0018	0,46
	3,38 a)	2,05 b)	-	9,59	0,0008	0,43
	3,65 a)	-	-	13,32	0,0012	0,34
1995	2,41 a)	1,74 b)	0,28	7,70	0,0007	0,46
	2,49 a)	2,68 a)	-	11,90	0,0002	0,46
1994	1,24	4,69 a)	-2,84 a)	15,23	4,55E-06	0,62
	-	6,49 a)	-3,72 a)	21,69	1,74E-06	0,60
1993	0,64	4,39 a)	-3,03 a)	9,17	0,0004	0,54
	-	5,25 a)	-3,57 a)	13,89	9,84E-05	0,54
1992	1,96 b)	2,56 a)	-1,89 b)	3,37	0,032	0,27
	1,70	1,83 b)	-	3,00	0,065	0,17
	-	1,72 b)	-	2,94	0,097	0,09
1991	2,14 a)	-0,99	0,97	2,71	0,064	0,23
	2,54 a)	-0,44	-	3,61	0,040	0,20
1989	2,68 a)	0,88	-1,47	3,49	0,032	0,31
	2,80 a)	-	-1,18	4,88	0,017	0,29
1988	3,40 a)	3,41 a)	-3,89 a)	7,51	0,001	0,51
1987	-0,78	3,64 a)	-4,85 a)	9,32	0,0004	0,56
	-	3,85 a)	-5,04 a)	13,91	0,0001	0,55
1986	-1,43	3,62 a)	-3,00 a)	8,79	0,0007	0,58
	-	4,38 a)	-3,88 a)	11,56	0,0005	0,54

NOTAS: a) estatisticamente significativa a um nível de confiança não inferior a 95%
b) estatisticamente significativa a um nível de confiança não inferior a 90%

Os regressores relativos à origem dos recursos são os que, no seu conjunto, apresentam melhores parâmetros, como se pode verificar pelo quadro 3.3, em particular a partir de 1992.

Nos anos anteriores a 1992, estes regressores revelam-se mais irregulares no seu contributo para a explicação da margem financeira.

Também em termos globais a qualidade do modelo com estas variáveis é superior, conforme revelam os valores da estatística F.

Quadro 3.3

Parâmetros dos Regressores Potenciais Relativos aos Recursos

ANOS	estatísticas t de student			estatística F		R ²
	CPD	DO	RNO	valor	significância	
1996	7,93 a)	4,14 a)	7,29 a)	50,55	1,59E-10	0,86
1995	12,78 a)	6,82 a)	4,14 a)	62,66	2,75E-12	0,87
1994	7,11 a)	1,94 b)	3,38 a)	17,73	1,2E-06	0,66
1994 c)	8,37 a)	2,61 a)	2,79 a)	22,88	2,42E-08	0,77
1993	6,7 a)	4,86 a)	4,23 a)	19,92	1,37E-06	0,72
1992	8,42 a)	4,95 a)	2,19 a)	29,58	7,96E-09	0,76
1991	5,09 a)	2,63 a)	0,73	13,25	1,44E-05	0,59
	6,27 a)	3,34 a)		19,93	3,59E-06	0,58
1989	5,9 a)	0,92	-1,04	31,99	2,22E-08	0,81
	9,65 a)			93,03	6,61E-10	0,79
1988	4,7 a)	1,3	-0,08	18,02	3,93E-06	0,71
	7,19 a)			51,70	1,98E-07	0,68
1987	0,14	-0,77	-2,54 a)	7,48	0,001	0,50
			-4,72 a)	22,30	8,42E-05	0,48
1986	3,68 a)	1,013	-1,444	33,72	8,22E-08	0,84
	9,80 a)			96,05	2,75E-09	0,82

a) significativamente diferente de zero, a um nível de confiança superior a 95%

b) significativamente diferente de zero, a um nível de confiança de 93,8%

c) Dummy no CITIBANK, que, neste ano, teve uma margem altamente negativa. A respectiva estatística t de student é de -3,72

Face aos resultados obtidos relativamente a cada um dos conjuntos de variáveis, optou-se pelas relativas à origem dos recursos para constituição do conjunto base provisório, a partir do qual se seleccionam definitivamente as variáveis a incluir no modelo.

De facto, apenas em 1987, o R² dos regressores relativos aos recursos é excedido pelo referente aos activos (0,48 contra 0,55).

Neste grupo de variáveis relativas aos activos, há a salientar o facto da CRE apresentar quase sempre bons R² e estatísticas t, o mesmo acontecendo com a IMO, a partir de 1993, enquanto que a ACT só em 1986 e 1987 apresenta indicadores razoáveis (ver quadro 3.2).

Dadas essas características, procurou-se introduzir, quer em conjunto quer individualmente, essas variáveis (relativamente aos melhores anos) no modelo base provisório com vista a melhorá-lo.

Porém os parâmetros dessas novas variáveis introduzidas no modelo (estatísticas t e acréscimos aos R²) raramente assumem valores aceitáveis.

A variável CRE apresenta sempre más estatísticas t quando incluída no modelo base provisório, a IMO só em 1993 apresenta um t aceitável (2,75) e melhoria no R² de 0,72 para 0,79 e a ACT apresenta bons indicadores em 1987 e razoáveis em 1986, respectivamente t's de -2,46 e -2,00 e aumentos de 0,48 para 0,59 e de 0,82 para 0,85 nos R².

No quadro 3.4, apresentam-se os parâmetros de todas as variáveis e dos modelos assim pré-seleccionadas para cada um dos anos.

Quadro 3.4

PARÂMETROS DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES PRÉ-SELECCIONADAS

ANOS	estatísticas de t de student					estatística F		R ²
	CPD	DO	RNO	IMO	ACT	valor	significância.	
1996	7,93 a)	4,14 a)	7,29 a)			50,55	1,59E-10	0,86
1995	12,78 a)	6,82 a)	4,14 a)			62,66	2,75E-12	0,87
1994	7,11 a)	1,94 b)	3,38 a)			17,73	12E-06	0,66
1994 c)	8,37 a)	2,61 a)	2,79 a)			22,88	2,42E-08	0,77
1993	6,9 a)	4,1 a)	4,3 a)	2,75 a)		21,09	2,89E-07	0,79
1992	8,42 a)	4,95 a)	2,19 a)			29,58	7,96E-09	0,76
1991	6,27 a)	3,34 a)				19,93	3,59E-06	0,58
1989	9,65 a)					93,03	6,61E-10	0,79
1988	7,19 a)					51,70	1,98E-07	0,68
1987			-4,32 a)		-2,46a)	16,51	3,57E-05	0,59
1986	10,08 a)				-2,00d)	56,92	5,55E-09	0,85

- a) significativamente diferente de zero, com um nível de confiança superior a 95%
b) significativamente diferente de zero, com um nível de confiança de 93,8%
c) Dummy no CITIBANK, que, neste ano, teve uma margem altamente negativa. A respectiva estatística t de student é de -3,72
d) significativamente diferente de zero, com um nível de confiança de 94,1%

SECÇÃO 3.4

TESTES DE COLINEARIDADE E DE MULTICOLINEARIDADE

Foi testada a eventual existência de colinearidade entre as variáveis pré-seleccionadas para o modelo. Para o efeito foram determinados os coeficientes de correlação entre os pares de variáveis, verificando-se não existirem valores que indiquem eventual colinearidade nociva ao modelo, dado nenhum deles ser superior a 80% (ver quadro 3.5), limite a partir do qual Griffiths (1993: 435), admite essa possibilidade.

Quadro 3.5

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE OS POSSÍVEIS PARES DE VARIÁVEIS PRÉ-SELECCIONADAS

Variáveis	1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996
CPD/DO					-0,63	-0,57	-0,45	-0,41	-0,35	-0,45
CPD/RNO						-0,76	-0,71	-0,53	-0,52	-0,54
CPD/ACT	-0,14									
CPD/IMO							-0,27			
DO/RNO						0,60	0,44	0,57	0,45	0,66
DO/IMO							0,47			
RNO/IMO							0,49			
RNO/ACT		0,27								

Para testar a eventual existência de multicolinearidade entre as variáveis independentes (quando em número superior a duas) foram feitas regressões lineares entre elas (método das regressões auxiliares, conforme Griffiths (1993)) cujos coeficientes globais de determinação são todos inferiores a 0,80 (ver quadro 3.6), pelo que a multicolinearidade entre as variáveis dependentes incluídas nas regressões principais não é excessiva.

Quadro 3.6

Coefficientes Globais de Determinação (R^2) Regressões Auxiliares

variáveis dependentes	variáveis independentes	1992	1993	1994	1995	1996
DO	CPD e RNO	0,39	0,23	0,34	0,22	0,40
RNO	CPD e DO	0,60	0,48	0,44	0,35	0,50
CPD	RNO e DO	0,57	0,53	0,30	0,28	0,30
IMO	DO, RNO e CPD		0,35			
IMO	DO e RNO		0,32			
IMO	DO e CPD		0,23			
IMO	RNO e CPD		0,25			
DO	IMO, RNO e CPD		0,33			
DO	IMO e RNO		0,28			
DO	IMO e CPD		0,33			
RNO	IMO, CPD e DO		0,59			
RNO	IMO e CPD		0,60			
RNO	IMO e DO		0,30			
CPD	IMO, DO e RNO		0,55			
CPD	IMO e DO		0,21			
CPD	IMO e RNO		0,51			

SECÇÃO 3.5

VARIÁVEIS QUALITATIVAS

Explorou-se ainda a hipótese de melhoria do modelo pela introdução de variáveis qualitativas (dummies) relativas a três dos quatro segmentos de bancos.

Na generalidade não foram obtidos resultados que aconselhassem a utilização dessas variáveis. Apenas nos anos de 1986 e 1991 algumas mostram bons indicadores.

Em 1986 as “dummies” relativas às redes de capital estrangeiro e à banca de escritório, com estatísticas t de 1,94 e 2,78 (estatisticamente significativas com níveis de confiança de 93,6% e superior a 95%), permitem uma melhoria do R^2 de 0,85 para 0,90. Porém, influenciam negativamente a estatística t relativa à variável ACT que passa de -2,00 para -1,63.

Em 1991 a “dummy” relativa ao segmento das pequenas redes de retalho apresenta uma estatística t de -1,98 (estatisticamente significativa com um nível de confiança de 91,3%) e permite uma melhoria do R^2 de 0,58 para 0,63, sem efeitos desfavoráveis nas outras variáveis.

SECÇÃO 3.6

O MODELO SELECCIONADO

3.6.1 Os melhores modelos para cada um dos anos

Como os testes de colinearidade e de multicolinearidade não indicaram a exclusão de qualquer das variáveis pré-seleccionadas e os resultados obtidos relativamente às variáveis qualitativas não sugerem a sistemática inclusão desse tipo de variáveis, os modelos que optimizam os parâmetros das regressões de cada um dos anos são predominantemente constituídos pelas variáveis relativas à natureza dos recursos. Porém, nos anos anteriores a 1992, algumas das variáveis supra referidas não têm boas estatísticas t de student. Por outro lado, em 1986 e 1987, a variável ACT apresenta bons níveis de significância, o mesmo acontecendo com a variável IMO, em 1993, conforme já referido.

As variáveis qualitativas produzem acrescidas melhorias aos modelos em três situações, a saber:

- . Em 1994, explicada pela situação anómala de uma margem financeira altamente negativa no Citibank, uma variável qualitativa nesse banco implica uma melhoria do R^2 de 0,11 (passando de 0,66 para 0,77);
- . Em 1986 e em 1991, aplicadas aos segmentos de bancos estrangeiros e aos de escritório permitem também melhorar o modelo nos termos anteriormente mencionados.

No quadro 3.7 apresentam-se os coeficientes das variáveis independentes que entram no melhor modelo para cada um dos anos que, genericamente, se poderia descrever como segue:

$$MF = a + b.CPD + c.DO + d.RNO + e. IMO + f.ACT + D. citi (1994) + D. peq (1991) + D. rcest (1986) + D. besc (1986)$$

em que:

MF = Margem Financeira a dividir pelos Activos Financeiros

CPD = Capitais Próprios Disponíveis (isto é: capitais próprios mais provisões diversas menos Imobilizações) a dividir pelos Activos Financeiros

DO = Depósitos à Ordem de Clientes a dividir pelos Activos Financeiros

RNO = Recursos de Clientes não à Ordem a dividir pelos Activos Financeiros

IMO = Imobilizações, incluindo participações financeiras, a dividir pelos Activos Financeiros

ACT = Activo líquido total a dividir pelos Activos Financeiros

D = Variável qualitativa (dummy)

peq = Segmento de pequenas redes de retalho nacionais

rcest = Segmento de redes de capital estrangeiro

besc = Segmento de bancos de escritório

a, b, c, d, e, f = constantes

Quadro 3.7

COEFICIENTES DAS VARIÁVEIS E OUTROS PARÂMETROS DO MELHOR MODELO PARA CADA ANO

ANOS	intercepção		Coeficientes					"Dummies"				R ²
	a	b	c	d	e	f	citi	peq	rcest	besc		
1996	-0,0107	0,1205 7,93	0,0618 4,14	0,0471 7,29								0,86
1995	-0,0112	0,1566 12,78	0,1124 6,82	0,0296 4,14								0,87
1994	-0,0099	0,1617 8,37	0,0828 2,61	0,0435 2,79			0,0472 -3,72					0,77
1993	-0,0212	0,1886 6,9	0,0934 4,11	0,0455 3,29	0,1863 2,75							0,79
1992	-0,0073	0,2121 8,42	0,1342 4,95	0,0312 2,19								0,76
1991	0,0198	0,1829 6,66	0,1133 3,25					-0,016 -1,98				0,63
1989	0,0423	0,1773 9,65										0,79
1988	0,0364	0,1300 7,19										0,68
1987	0,1531			-0,0634 -4,32		-0,063 -2,46						0,59
1986	0,0283	0,1477 3,52							0,019 2,48	0,031 2,95		0,88

Nota: os valores das respectivas estatísticas t de student são indicados sob cada um dos coeficientes

Os coeficientes das variáveis apresentam quase todos a natureza esperada em termos de influenciarem directa ou inversamente a margem financeira.

Constituem excepção ao esperado, os coeficientes negativos da variável RNO no período de 1986 a 1989 e o da DO no ano de 1987 (no quadro 3.3, pelas respectivas estatísticas t de student, afectadas do mesmo sinal, pode-se confirmar a natureza negativa desses coeficientes).

Estas constatações de coeficientes anómalos serão consequência da situação do sector, em que a liberalização, ao tempo, estava ainda a iniciar-se. De facto, em 1986, os bancos portugueses exerciam a sua actividade sob uma forte regulamentação, designadamente ao nível da fixação administrativa das taxas de juros, dependendo a margem financeira mais das decisões das autoridades monetárias do que propriamente das medidas de gestão adoptadas pelos bancos.

Embora o início da liberalização tenha sensivelmente sido coincidente com o do período estudado, a sua evolução foi gradual, sendo de registar como momentos mais importantes o início da década de 90, com a quase total liberalização das taxas de juros e 1993 com a liberdade de estabelecimento e o novo diploma legal de regulamentação, permitindo que todos os bancos pratiquem a generalidade das operações.

3.6.2 O Melhor Modelo com Características de Permanência

Dado o carácter esporádico das situações em que variáveis diferentes das relativas à natureza dos recursos contribuem para melhorar o modelo, entende-se que estas, de entre o conjunto das potenciais variáveis testadas, são as que melhor explicam a margem financeira e com bons indícios de permanência.

Assim **o modelo por que se optou é o seguinte:**

$$\mathbf{MF = a + b.CPD + c.DO + d.RNO}$$

com os significados definidos anteriormente.

Os coeficientes das variáveis bem como outros parâmetros do modelo constam do quadro 3.8

Quadro 3.8

Coefficientes das Variáveis e Outros Parâmetros do Modelo Seleccionado

ANOS	intercepção	coeficientes			R ²	erro padrão
	a	b	c	d		
1996	-0,0107	0,1205 7,93 a)	0,0618 4,14 a)	0,0471 7,29 a)	0,86	0,0046
1995	-0,0112	0,1566 12,78 a)	0,1124 6,82 a)	0,0296 4,14 a)	0,87	0,0068
1994	-0,0179	0,1657 7,11 a)	0,0744 1,94 b)	0,0609 3,38 a)	0,66	0,0143
1994 c)	-0,0099	0,1617 8,37 a)	0,0828 2,61 a)	0,0435 2,79 a)	0,77	0,0118
1993	-0,0243	0,2043 6,7 a)	0,1164 4,86 a)	0,0607 4,23 a)	0,72	0,0090
1992	-0,0073	0,2121 8,42 a)	0,1342 4,95 a)	0,0312 2,19 a)	0,76	0,0091
1991	0,0176	0,1806 6,27 a)	0,1214 3,34 a)		0,58	0,0135
1989	0,0423	0,1773 9,65 a)			0,79	0,0091
1988	0,0364	0,1300 7,19 a)			0,68	0,0086
1987	0,0883			-0,0619 -4,72 a)	0,48	0,0106
1986	0,0311	0,2550 9,80 a)			0,82	0,0131

a) significativamente diferente de zero, a um nível de confiança superior a 95%
 b) significativamente diferente de zero, a um nível de confiança de 93,8%
 c) Dummy no CITIBANK, que, neste ano, teve uma margem altamente negativa. A respectiva estatística t de student é de -3,72

SECÇÃO 3.7

CONCLUSÕES

- O modelo encontrado explica razoavelmente a margem financeira, especialmente nos últimos anos, em função das três mais importantes fontes de recursos dos bancos, os CPD os DO e os RNO, consideradas em termos relativos em que o denominador comum é o total das aplicações financeiras do respectivo banco.
- Os resultados obtidos permitem distinguir dois períodos, um de 1986 até ao final da década de oitenta e outro de 1991 a 1996.
- No primeiro período a margem financeira é explicada apenas por uma ou duas daquelas variáveis, nem sempre sendo as mesmas e, em dois anos, 1986 e 1987, também pela variável ACT.

- No segundo período, especialmente a partir de 1992, é perceptível uma tendência de melhoria da adaptabilidade do modelo em consequência de uma crescente afirmação das variáveis que reflectem a estrutura de recursos dos bancos.
- A margem financeira é crescente com as variáveis relativas à natureza dos recursos, em proporções diferentes que reflectem os também diferentes custos desses recursos. Os CPD são gratuitos (em termos de custos financeiros) e os DO custam menos juros que os RNO. Estes resultados confirmam as expectativas.
- A variável IMO, contrariamente às expectativas, apresenta coeficientes positivos.
- A variável ACT apresenta coeficientes negativos, como era esperado, uma vez que representa o inverso da proporção dos activos que produzem proveitos para a margem financeira.
- Nos anos anteriores a 1991 a natureza dos coeficientes das variáveis relativas à estrutura de recursos alheios não tem a mesma coerência, variando a margem financeira inversamente com os RNO e, num dos anos, também com os DO, o que é entendido ser resultante da regulamentação em vigor que se sobrepunha ao funcionamento das regras do mercado.
- Não ficou confirmado que o número de balcões dos bancos seja um factor influente na margem financeira, enquanto que a natureza dos activos tem alguma capacidade explicativa.
- Há coerência entre o comportamento das variáveis qualitativas e os resultados dos testes de análise de variância efectuados no capítulo 2 relativamente à significância estatística das diferenças entre as médias dos segmentos de bancos. De facto, sendo os custos dos recursos a rubrica em que essa significância estatística é mais relevante, e estando a estrutura desses recursos incluída no modelo, as variáveis qualitativas já nada adicionam relativamente aos efeitos das diferenças entre segmentos.

Limitações

As conclusões deste modelo deverão ser sempre interpretadas na presença das limitações relativas à sua elaboração, como sejam:

- Os dados trabalhados não representam sempre a totalidade do universo dos bancos que actuam em Portugal e, pelas razões já referidas, não foi possível usar os dados do mesmo conjunto de bancos relativamente a todos os anos.
- As regressões lineares não foram construídas a partir de variáveis aleatórias com distribuição normal.
- A margem financeira média estimada pelo modelo é uma média simples, a qual, dadas as grandes diferenças de dimensão entre os bancos, se poderá afastar da média ponderada.

CAPÍTULO 4

FACTORES DETERMINANTES DA SUSTENTABILIDADE DA MARGEM FINANCEIRA E SUAS PERSPECTIVAS

No capítulo 2 concluiu-se pela tendência decrescente da margem financeira, tendo a sua média baixado de 5,26%% em 1991 para 2,91%% em 1996, e existindo ainda uma certa dispersão entre a margem financeira média de cada um dos segmentos (ver quadro 2.7), o mesmo se passando na comparação inter-bancos, (ver quadro 4.1), o que é uma fonte de instabilidade no nível médio da margem financeira por acção das forças do mercado, sendo de esperar que os efeitos da concorrência reduzam essas dispersões, excepto as que consubstanciam diferentes níveis de risco médio das carteiras de activos.

Quadro 4.1

Dispersão da Margem Financeira Inter-Bancos (%)

Indicadores	1991	1994	1996
Desvio padrão	0,83	1,82	0,64
Margem máxima ^{a)}	8,60	5,69	4,47
Margem mínima ^{a)}	3,01	1,50	1,22
a) Só bancos de retalho			

Neste contexto, está ainda em aberto a questão de saber se o ambiente competitivo e a heterogeneidade dos bancos que actuam no mercado conduzem ou não à continuidade da descida da margem financeira e, em caso afirmativo, até que ponto.

A margem financeira, para que seja sustentável, tem que ser suficiente para, adicionada dos outros proveitos financeiros líquidos e dos resultados extraordinários, remunerar adequadamente os factores produtivos, ou seja:

$$MF + OPFL + REXT = CO + INC + RCP + IMP$$

em que:

MF = Margem Financeira

OPFL = Outros Proveitos Financeiros Líquidos

REXT = Resultados Extraordinários.

CO = Custos Operacionais

INC = Créditos Incobráveis

RCP = Rendibilidade dos Capitais Próprios

IMP = Impostos sobre os Lucros

Daí resulta que a margem financeira sustentável se poderá definir pela seguinte equação:

$$MF = CO + INC + - OPFL - REXT + RCP + IMP$$

$$\text{dado que } RCP + IMP = (tea/(1-t)) * CP$$

em que:

tea = taxa de remuneração exigida pelos accionistas

t = taxa de imposto sobre os lucros,

vem:

$$MF = CO + INC - OPFL - REXT + (tea/(1-t)) * CP$$

e dividindo tudo pelos Activos Financeiros (AF),

vem:

$$MF/AF = CO/AF + INC/AF - OPFL/AF - REXT/AF + (tea/(1-t)) * CP/AF$$

Neste capítulo é feita uma análise detalhada da evolução destes agregados, por cada banco e por segmentos, com vista a verificar se existem ou não vantagens competitivas ao nível das

principais fontes de proveitos e de custos dos vários bancos, as quais, a existirem, são factores de mudança no nível de sustentabilidade da margem financeira.

A sequência do estudo dos agregados no capítulo é a normalmente usada na análise das demonstrações de resultados das Instituições de Crédito, seguindo-se à margem financeira (já estudada) os OPFL, o produto bancário (MF+OPFL), os CO, os INC, os REXT, e a RCP e IMP.

SECÇÃO 4.1

OUTROS PROVEITOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

Os serviços prestados e outras actividades não remuneradas sob a forma de juros, são também, tal como a intermediação financeira, uma importante fonte de proveitos para os bancos.

Os proveitos originados por essas actividades são contabilizados em “outros proveitos financeiros”, existindo outro agregado, análogo, designado por “outros custos financeiros”, e pela diferença dos seus saldos, são apurados os habitualmente designados “Outros Proveitos Financeiros Líquidos” que medem o contributo das actividades sem juros para os resultados dos bancos.

No período estudado, os Outros Proveitos Financeiros Líquidos tiveram um certo relevo, apresentando valores médios em redor de 1% das aplicações financeiras médias, e uma tendência de crescimento, embora com certa irregularidade, ao longo dos anos (ver quadro 4.2), partindo de um valor médio global de 0,71%, em 1986, para atingir um máximo relativo, em 1993, de 1,26% e um máximo absoluto de 1,31% em 1996. Porém, esta média de

Quadro 4.2

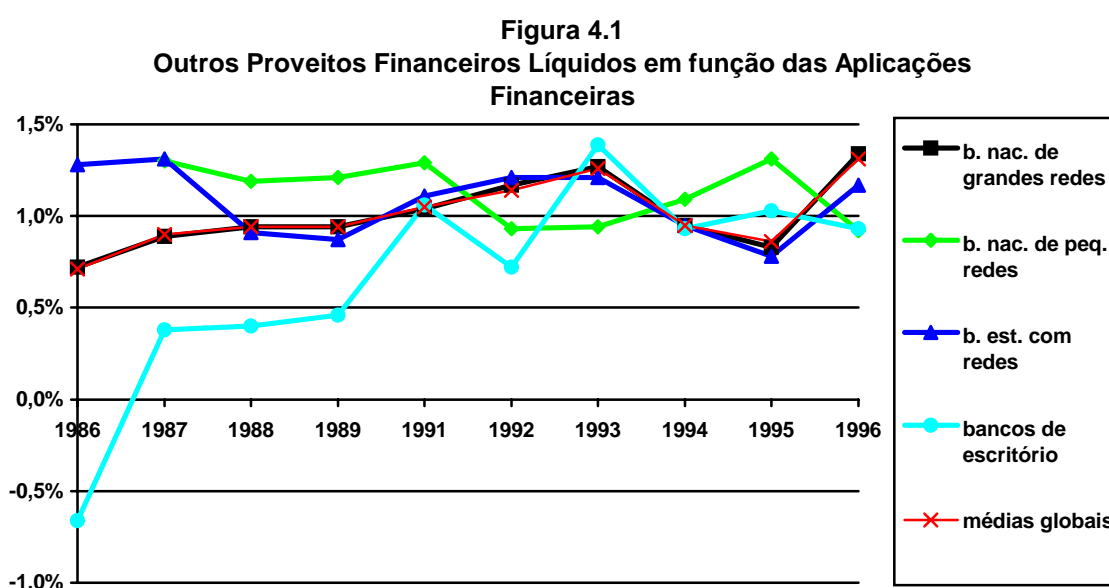
Outros Proveitos Financeiros Líquidos (em % das aplicações financeiras)

segmentos de Instituições	anos									
	1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996
grandes redes nac.	0,72	0,89	0,94	0,94	1,04	1,17	1,27	0,95	0,83	1,34
peq.'s redes nac.		1,30	1,19	1,21	1,29	0,93	0,94	1,09	1,31	0,92
redes de capital est.	1,28	1,31	0,91	0,87	1,11	1,21	1,21	0,95	0,78	1,17
banca de escritório	-0,66	0,38	0,40	0,46	1,06	0,72	1,39	0,93	1,03	0,93
médias globais	0,71	0,90	0,94	0,94	1,05	1,14	1,26	0,95	0,86	1,31

1,31% dos activos financeiros é devida a um grande aumento dos ganhos em títulos que subiram, nesse ano, de 0,27% para 0,57% dos activos financeiros.

Tais ganhos são, para efeitos deste estudo, considerados não recorrentes, admitindo-se que tenham resultado da conjuntura excepcionalmente favorável do mercado de capitais.

Os valores mais relevantes, em termos de segmentos, foram os apresentados pelos pequenos bancos nacionais, até 1991, para, a partir de então, não haver um segmento que se destaque com continuidade (ver gráfico da figura 4.1).



Tratando-se de uma actividade multiproducto, existem várias situações em que há dificuldade em distinguir os proveitos da intermediação financeira dos da prestação de serviços, pelo que, nessas condições, há sempre importantes limitações quanto à correcta separação dessas fontes de proveitos. É frequente os bancos prestarem serviços “gratuitos” aos seus clientes que sejam titulares de contas de depósito à ordem, não remuneradas e com saldos elevados. Na realidade, esses serviços geram indirectamente proveitos aos bancos pelos efeitos positivos na margem financeira proporcionados pelos recursos financeiros sem juros, mas tais proveitos não são relevados em “outros proveitos financeiros” como seriam se, os serviços em causa, fossem remunerados directamente.

Existem, inclusivamente, práticas bancárias que tendem para as referidas limitações, como sejam as que consistem em obter a remuneração de puros financiamentos sob a forma de juros e de comissões, sendo estas, por força da aplicação das regras contabilísticas em vigor, registadas em “outros proveitos financeiros” como se de remuneração de serviços prestados se tratasse.

As diferenças de tratamento fiscal dos juros e de certas comissões também podem ser um incentivo para a prática desse tipo de desvios, cobrando comissões no lugar de juros, uma vez que estas, por via fiscal, podem reduzir o custo global do financiamento suportado pelos clientes porque, enquanto aos juros acresce o imposto do selo, as comissões são tributadas em sede de IVA e este imposto é dedutível, contrariamente àquele.

Também o facto dos juros serem obrigatoriamente mensuralizados na contabilidade dos bancos e as comissões serem relevadas pela totalidade no momento da cobrança, pode levar a que os bancos tenham vantagens em optar por uma ou a outra forma de remuneração, conforme pretendam antecipar ou protelar resultados.

As limitações referidas aconselham a alguma prudência quanto à exactidão do valor dos proveitos originados fora do âmbito da margem financeira, mas tal não invalida a utilidade desse indicador.

A tendência de crescimento registada pode considerar-se como uma forma dos bancos tentarem compensar, pelo menos em parte, a perda de margem financeira que se tem vindo a verificar, como se concluiu no capítulo dois.

O desenvolvimento dos mercados financeiros, a crescente desintermediação financeira, o aproveitamento das redes dos bancos para comercialização de produtos não bancários e o também cada vez maior envolvimento dos bancos nos sistemas de pagamentos, são factores tendentes ao aumento deste tipo de proveitos.

Porém, outros factos proporcionam efeitos contrários, como sejam a introdução do EURO, ao provocar uma forte redução da prestação de serviços em operações cambiais e, por outro lado, a tendência para a redução dos ganhos em mais valias de títulos, comparativamente aos últimos anos excepcionalmente beneficiados pelo efeito da redução das taxas de juros nos preços das obrigações de longo prazo com taxas fixas, por antecipação do ajustamento aos

denominados noutras moedas da futura área EURO, ajustamento esse que se encontra quase totalmente esgotado, por exemplo as taxas de rendimento das obrigações do Estado Português a 10 anos que eram superiores em 3,6 pontos percentuais às do Estado Alemão em 1995, já reduziram essa diferença para 0,4 pontos percentuais.

Em termos de comparações internacionais, (ver quadro 4.3), Portugal apresenta valores semelhantes aos dos sistemas financeiros mais desenvolvidos.

Quadro 4.3

Outros Proveitos Financeiros Líquidos em % do Activo - por países

Países	Anos		Média
	1994	1995	
Alemanha	0,81	0,83	0,82
Espanha	0,47	0,88	0,67
França	0,85	0,87	0,86
Itália	0,72	0,97	0,85
Reino Unido	1,52	1,62	1,57
Média	0,94	1,03	0,99
EUA	2,08	2,25	2,17
Japão	0,15	0,55	0,35
Suíça	1,46	1,75	1,60
Médias globais	0,87	1,09	0,98
Portugal	0,89	0,79	0,84

Fonte: Commission Bancaires, Analyses Comparatives (1995) e Associação Portuguesa de Bancos, com cálculos do autor

A média desses países ¹, quer os da União Europeia quer com a inclusão dos EUA, Japão e Suíça, é de cerca de 1% do activo total, muito próxima da verificada em Portugal nos anos de 1994 e 1995, (média de 0,84%).

¹ Note-se contudo que os dados relativos a esses países referem-se exclusivamente aos respectivos cinco principais grupos financeiros.

Conclusões

Tem-se vindo a registar um aumento dos outros proveitos financeiros líquidos ao longo dos anos, embora com uma quebra nos de 1994 e 1995, mas com acentuada recuperação em 1996.

Em síntese, pode concluir-se que, na actual conjuntura de redução do nível geral de taxas de juros, este género de proveitos tem tendência para crescer como forma de compensação da redução da margem financeira obtida a partir dos saldos dos depósitos não remunerados, admitindo-se, portanto, o aumento da remuneração directa dos serviços prestados pelos bancos.

Pelos aspectos referidos, e porque se prevê que os bancos aproveitem as transformações internas relativas à introdução do EURO para introduzirem outros melhoramentos nos seus sistemas informáticos conducentes a aumentar a oferta de novos produtos, é de admitir um crescimento gradual dos proveitos relativos às actividades de prestação de serviços por forma a aproximar aquele rácio de 1,1% do activo total, à semelhança da média de 1995 verificada a nível internacional.

SECÇÃO 4.2

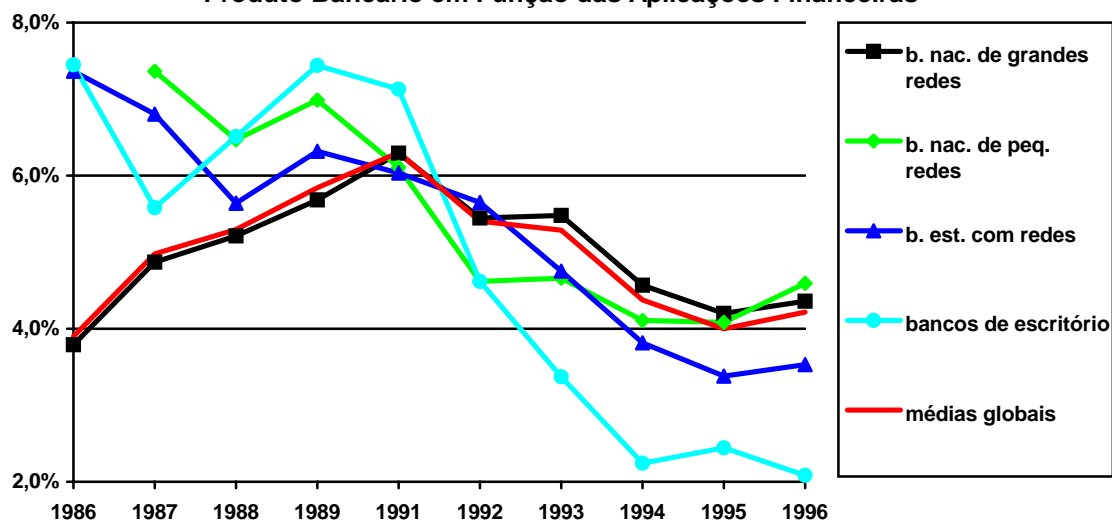
O PRODUTO BANCÁRIO

O produto bancário médio global do sistema, em função das aplicações financeiras, registou um crescimento apreciável entre 1986 e 1991, tendo passado de cerca de 3,9% para 6,3%, para, no período que se seguiu, de 1991 a 1995, ter entrado numa fase de decréscimo e voltar a crescer em 1996, atingindo 4,22% (ver quadro 4.4 e gráfico da figura 4.2).

Quadro 4.4
Produto Bancário
(em % das aplicações financeiras)

segmentos de Instituições	anos									
	1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996
grandes redes nac.	3,79	4,87	5,21	5,68	6,29	5,45	5,48	4,57	4,20	4,36
peq.'s redes nac.		7,36	6,47	6,99	6,11	4,62	4,66	4,11	4,08	4,59
redes de capital est.	7,36	6,80	5,64	6,32	6,03	5,65	4,75	3,82	3,38	3,53
banca de escritório	7,45	5,58	6,51	7,44	7,13	4,62	3,37	2,24	2,44	2,08
médias globais	3,90	4,98	5,30	5,84	6,30	5,41	5,29	4,38	4,00	4,22

Figura 4.2
Produto Bancário em Função das Aplicações Financeiras



As posições relativas dos diversos segmentos alteraram-se radicalmente, passando os bancos de grandes redes de retalho de, o segmento com a mais baixa posição (produto bancário igual a 3,79% das aplicações financeiras), para, nos últimos anos, atingir uma das mais elevadas posições, registando-se um comportamento inverso por parte dos bancos de escritório que

eram dos que apresentavam os maiores valores desse indicador, chegando a 7,44% em 1989, para, sequentemente, entrarem numa fase de grande decréscimo, vindo a situar-se nos 2,08% em 1996 e sendo, nos últimos anos, o segmento com menor valor da relação do produto bancário pelas aplicações financeiras.

Os segmentos dos bancos nacionais com redes de retalho têm vindo a registar, especialmente nos últimos anos, evoluções semelhantes, verificando-se uma grande convergência entre eles. No que se refere às contribuições relativas de cada um dos componentes do produto bancário, margem financeira e outros proveitos financeiros líquidos, verifica-se uma evolução crescente destes últimos (ver quadro 4.5).

Quadro 4.5
Repartição do Produto Bancário (global) em %

componentes do produto bancário	anos									
	1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996
margem financeira	81,70	82,00	82,31	83,89	83,36	78,87	76,07	78,24	78,41	68,97
outros proveitos financeiros líquidos	18,30	18,00	17,69	16,11	16,64	21,13	23,93	21,76	21,59	31,03

Até 1991, os outros proveitos financeiros líquidos situavam-se abaixo dos 20%, oscilando entre os 16% e os 18%, para, a partir de então, se situarem em redor dos 22%, vindo a atingir 31,03% em 1996.

Analisando as contribuições em cada um dos segmentos de bancos, verifica-se que o de grandes redes de retalho teve uma evolução semelhante ao referido no parágrafo anterior a propósito da média global do sistema, (ver quadro 4.6), enquanto que os outros bancos com redes de retalho, quer os nacionais quer os de capital estrangeiro, tiveram, até 1995, um maior crescimento, atingindo os bancos nacionais 32,12% e os estrangeiros 23,11% dos respectivos produtos bancários. Contudo, em 1996, o segmento de pequenas redes nacionais reduziu o ritmo de crescimento, ficando em 20,10%.

Quadro 4.6
Outros Proveitos Financeiros Líquidos
(em % do produto bancário)

segmentos de bancos	anos									
	1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996
grandes redes nac.	19,02	18,27	18,13	16,50	16,53	21,37	23,12	20,84	19,78	30,71
peq.'s redes nac.		17,63	18,32	17,28	21,18	20,06	20,17	26,41	32,12	20,10
redes de capital est.	17,35	19,31	16,13	13,83	18,48	21,38	25,53	24,80	23,11	33,22
banca de escritório	-8,82	6,77	6,14	6,17	14,85	15,64	41,24	41,30	42,43	44,69

Os bancos de escritório foram os que maior crescimento obtiveram quanto à contribuição relativa dos outros proveitos financeiros líquidos para o produto bancário, partindo de uma posição negativa de 8,82% em 1986 para atingirem, em 1996, 44,69%, o que se deve, em parte, à maior redução da margem financeira nesse segmento.

De um modo geral, o maior contributo relativo dos outros proveitos financeiros líquidos para o produto bancário poderia não significar, necessariamente, um aumento desse tipo de proveitos, mas apenas que, em termos relativos, tivessem registado uma evolução mais favorável do que a margem financeira, a outra componente do produto bancário.

Mas, tendo presente a evolução dos outros proveitos financeiros líquidos em função dos activos financeiros, (ver quadro 4.2), a conclusão a que se pode chegar é a de que esse tipo de proveitos, em termos globais, tem crescido mais do que as aplicações financeiras.

Efectivamente, verifica-se que a percentagem desse tipo de proveitos se tem alterado significativamente, embora mantendo oscilações.

Conclusões

De um modo global pode concluir-se que:

- . O produto bancário teve uma evolução semelhante à da margem financeira, o que é natural por esta ser a sua principal componente;
- . Os efeitos de descida da margem a partir de 1991 foram amortecidos pela evolução favorável dos outros proveitos financeiros líquidos e, em 1996, permitiram mesmo um crescimento do produto não obstante a redução da margem financeira;

- . Os outros proveitos financeiros líquidos tendem a situar-se em redor dos 25% do produto bancário, considerando-se excepcional e não recorrente o valor de 31,03% de 1996, pelas razões expostas na secção 4.1;
- . Do mesmo modo, considera-se não sustentável o crescimento do produto bancário verificado em 1996 (de 4,00% para 4,22%).

SECÇÃO 4.3

CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais absorvem a maior parte do produto bancário, sendo, por isso, bastante condicionantes da capacidade competitiva dos bancos, constituindo um dos factores mais importantes na determinação do nível de sustentabilidade da margem financeira, dada a sua grande representatividade no total dos custos não financeiros dos bancos.

A semelhante conclusão chegaram Ford e Olson (1978) no seu estudo sobre o alto desempenho bancário, citado por Sinkey (1992: 303), ao seleccionarem três áreas críticas de controlo de despesas:

“ (1) mais baixos investimentos em activos fixos, os quais resultam em mais baixos custos de ocupação (2) controlo das despesas gerais e outros custos discricionários, resultam em *outras despesas* mais baixas (3) controlo das despesas com o pessoal (salários, ordenados e outros benefícios aos empregados) mas através da utilização eficiente de um menor número de empregados e não pelo pagamento de mais baixas remunerações.”.

Para efeitos de estudo, agruparam-se os custos operacionais em agregados análogos aos supra citados, ou seja:

- . Com o pessoal;
- . Com o investimento (aqui quantificados pelas amortizações de cada exercício);
- . Fornecimentos e serviços de terceiros.

Nesta secção, para além de se analisar a evolução desses custos ao longo do tempo, quer na sua globalidade quer por cada um daqueles tipos de custos, faz-se também uma reflexão sobre o comportamento de cada um dos segmentos de bancos conforme tem sido feito na análise dos outros aspectos já tratados e algumas comparações internacionais.

A Evolução dos Custos Operacionais Globais

Os custos operacionais do sistema bancário português, comparados com o indicador do volume de negócios que se tem vindo a usar ao longo deste estudo, os activos financeiros, têm-se mantido entre cerca de 2,5% e 3% (ver quadro 4.7).

Quadro 4.7

Custos Operacionais do Sistema Bancário - por natureza (em % dos activos financeiros)

rubricas	anos									
	1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996
custos com o pessoal	1,85	1,85	1,80	1,77	1,67	1,65	1,72	1,52	1,43	1,54
forneç. e serv. de terc.	0,59	0,60	0,61	0,66	0,76	0,80	0,83	0,82	0,77	0,90
amort. do exercício	0,18	0,21	0,24	0,30	0,37	0,44	0,44	0,38	0,32	0,38
totais	2,61	2,66	2,65	2,73	2,80	2,88	2,99	2,72	2,51	2,82

Após um período de crescimento, entre 1986 e 1993, ano em que atingiu 2,99%, a proporção dos custos operacionais relativamente aos activos financeiros, baixou em 1994 e 1995, chegando a 2,51% e aumentou novamente em 1996 para 2,82%, admitindo-se que este aumento se deva às reestruturações ocorridas nos grandes grupos financeiros no ano de 1996, designadamente pelos custos com indemnizações por rescisões de contratos de trabalho.

A liberalização do sistema e consequente alargamento das redes de retalho, com crescimento médio de 16% ao ano de 1991 a 1995 (ver quadro 4.8), tem permitido que os custos operacionais globais não tenham apresentado subidas significativas quando comparados com os activos financeiros.

Quadro 4.8

Evolução do Número de Balcões

anos	1989	1993	1995	1996
número de balcões	1.741	3.144	4.221	4.311
taxa anual de crescimento		16%	16%	2,1%

Fonte: Relatórios da Associação Portuguesa de Bancos de Junho de 1990, 1994, 1996 e 1997

Quando comparados com os de outros países europeus, os custos operacionais dos bancos portugueses mostram-se um pouco superiores à média a partir de 1991 (anteriormente eram inferiores), embora sejam menores do que os do Reino Unido e, por vezes, os de Espanha (ver quadro 4.9).

Quadro 4.9
Custos Operacionais em % dos Activos Totais - comparações internacionais

Países	anos										
	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Alemanha	1,81	1,84	1,87	1,83	1,79	1,75	1,74	1,75	1,75	1,74	1,64
Espanha	3,09	3,00	3,24	3,14	3,34	3,01	2,95	2,84	2,75	2,65	2,29
França	nd	nd	nd	nd	1,63	1,54	1,52	1,45	1,48	1,47	1,46
Itália	nd	nd	nd	nd	nd	2,60	2,65	2,69	2,47	2,41	2,24
Reino Unido a)	nd	3,10	3,24	3,29	3,33	3,28	3,18	3,28	3,01	2,79	2,64
Portugal	2,14	2,17	2,24	2,26	2,27	2,30	nd	2,75	2,78	2,51	2,22
média simples	2,35	2,53	2,65	2,63	2,47	2,41	2,41	2,46	2,37	2,26	2,08

a) só os bancos comerciais
Fonte: OCDE (1996)

Contudo, há que salientar o maior ritmo de descida desses custos na banca portuguesa comparativamente à média daqueles países.

De entre os custos operacionais, os relativos ao pessoal são os mais representativos, (ver quadro 4.10), os quais, embora proporcionalmente mais elevados do que os restantes, evidenciam uma clara tendência de redução da sua representatividade (passando de 71% do total dos custos operacionais em 1986, para 55% em 1996), o que é consequência do sistema vir gradualmente a aumentar a sua modernização, do que resultam custos mais elevados nos

Quadro 4.10
Custos Operacionais do Sistema Bancário - por natureza
(em % do total)

rubricas	anos									
	1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996
custos com o pessoal	71	70	68	65	60	57	57	56	57	55
forneç. e serv. de terc.	22	23	23	24	27	28	28	30	31	32
amort. do exercício	7	8	9	11	13	15	15	14	13	13

fornecimentos e serviços de terceiros, por maior recurso a tarefas realizadas no exterior e aumento da utilização dos meios de comunicação, e pelas mais elevadas amortizações dos investimentos em novas tecnologias, os quais são cada vez maiores e com vida útil bastante mais reduzida em função da rápida desactualização de que sofrem.

A proporção dos custos com pessoal relativamente ao total dos custos operacionais é menor nos bancos portugueses do que, em média, nos países europeus considerados nas comparações internacionais efectuadas, embora assumindo valores muito próximos dessa média (ver quadro 4.11).

Quadro 4.11
**Custos com o Pessoal Proporcionalmente aos Custos Operacionais Totais-
 comparações internacionais**

Países	anos										
	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Alemanha	0,65	0,64	0,64	0,64	0,64	0,63	0,64	0,63	0,63	0,61	0,61
Espanha	0,66	0,66	0,69	0,67	0,69	0,65	0,62	0,61	0,61	0,62	0,61
França	nd	nd	nd	nd	0,59	0,58	0,58	0,57	0,57	0,55	0,54
Itália	nd	nd	nd	nd	nd	0,67	0,66	0,66	0,66	0,63	0,68
Reino Unido a)	nd	0,60	0,60	0,58	0,59	0,58	0,57	0,55	0,55	0,55	0,56
Portugal	0,71	0,71	0,70	0,69	0,67	0,65	nd	0,59	0,57	0,56	0,56
média simples	0,68	0,65	0,66	0,65	0,63	0,63	0,61	0,60	0,60	0,59	0,59

a) só os bancos comerciais
 nd = não disponível
 Fonte: OCDE (1996), com adaptação do autor

Os Custos com os Investimentos em Activos Fixos

Os custos com os activos fixos constituem uma área em que, na actividade bancária portuguesa, se observam umas forças no sentido do aumento e outras no da redução.

As necessidades de constantes aquisições de meios informáticos e outros equipamentos destinados ao acompanhamento e aproveitamento da evolução tecnológica constituem um importante factor influenciador do aumento dos custos com o investimento em activo fixo.

As recentes concentrações no âmbito dos maiores bancos possibilita a junção de serviços, o que permite uma maior diluição de grande parte dos custos com os investimentos.

Por outro lado, não é previsível um grande aumento do número de balcões bancários, dada a cobertura já existente.

Em Dezembro de 1996, os bancos portugueses dispunham de 4.311¹ balcões, o que, para um total de activos de 34.074 milhões de contos, corresponde a cerca de 7,9 milhões de contos

¹ Fonte: Associação Portuguesa de Bancos (1996-Dez)

por balcão, valor semelhante à média de alguns países da União Europeia, como a Bélgica¹ (35,34 milhões de ECU em 1993) e a França (28,22 milhões de ECU também em 1993).

Custos com os Fornecimentos e Serviços de Terceiros

É de prever que os fornecimentos e serviços de terceiros continuem a crescer pela convergência de vários factores no mesmo sentido, como sejam:

- A introdução do EURO que obriga os bancos a suportarem elevados custos de adaptação dos seus meios operacionais até 1.1.1999 e de funcionamento durante a fase de transição, de 1.1.1999 a 1.6.2002, provocados pela existência de 2 moedas domésticas (embora, em rigor jurídico, uma seja mera expressão da outra).
- O crescimento dos custos de manutenção resultantes da constante modernização tecnológica das instituições.
- O aumento do fluxo de comunicações à distância provocado pelo alargamento do espaço territorial de actuação.
- A crescente tendência para adjudicação de serviços no exterior dos bancos, nomeadamente relativos a informática, segurança, limpeza, etc.

Por outro lado, também nesta matéria se verifica um efeito atenuador originado pela concentração de serviços resultante das já citadas aquisições de alguns bancos por outros.

Os Custos Operacionais por Segmentos de Bancos

Analisando os custos operacionais por segmentos de bancos, importa, em primeiro lugar, destacar o facto do segmento dos de escritório ser o que apresenta menores custos operacionais, quer na globalidade, quer em cada uma das componentes desses custos, o que resulta, naturalmente, de não suportarem o custo de redes de balcões e do negócio de retalho.

Os custos operacionais desse segmento de bancos representava 2,32% dos seus activos financeiros em 1986, valor relativamente próximo da média do sistema (2,61%) e, em 1996,

¹ Fonte: Molineux (1996)

já representavam menos de metade, 1,11%, enquanto a média do sistema tinha subido para 2,82% (ver quadro 4.12).

Dada a diferente realidade desse segmento no que respeita a custos operacionais, nos parágrafos seguintes apenas se fazem comparações entre os outros três segmentos.

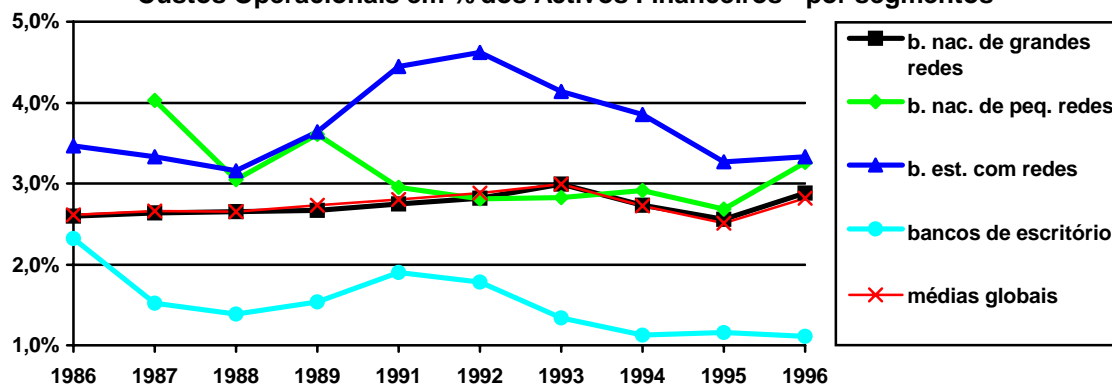
Quadro 4.12
Custos Operacionais do Sistema Bancário - por segmentos de bancos
(em % dos activos financeiros)

segmentos de Instituições	anos									
	1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996
grandes redes nac.	2,60	2,64	2,65	2,67	2,75	2,82	2,99	2,73	2,56	2,88
peq.'s redes nacionais		4,03	3,05	3,61	2,95	2,81	2,83	2,91	2,68	3,26
redes de capital est.	3,47	3,33	3,16	3,64	4,45	4,62	4,14	3,85	3,27	3,33
banca de escritório	2,32	1,52	1,39	1,54	1,90	1,78	1,34	1,13	1,16	1,11
médias globais	2,61	2,66	2,65	2,73	2,80	2,88	2,99	2,72	2,51	2,82

Os segmentos de pequenas redes de retalho apresentam custos operacionais globais acima da média do sistema, mas verifica-se uma tendência de aproximação, (ver gráfico da figura 4.3).

O segmento das grandes redes de retalho, que ao longo de quase todo o período se situou abaixo da média, embora muito próximo dela, dispõe claramente de uma vantagem competitiva comparativamente aos outros bancos com redes de retalho, vantagem essa que lhes advem, provavelmente, da existência de economias de escala que a maior dimensão lhes permitirá aproveitar melhor.

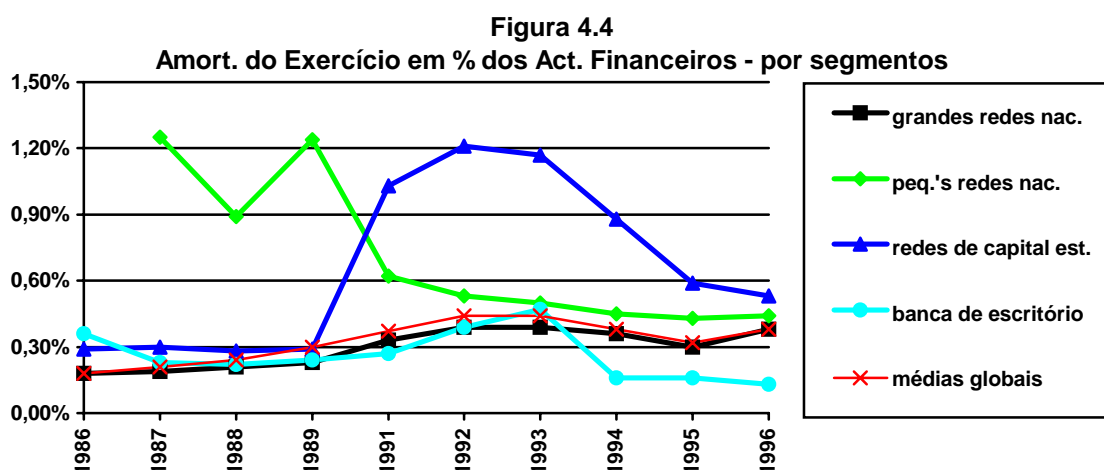
Figura 4.3
Custos Operacionais em % dos Activos Financeiros - por segmentos



As economias de escala, uma vez que a dinâmica do sistema e as diferentes estruturas de custos das Instituições podem conduzir mais facilmente umas do que outras para a dimensão que melhor racionalidade proporcione, constituem um importante tema cujo desenvolvimento merecerá o interesse de outros estudiosos destes assuntos.

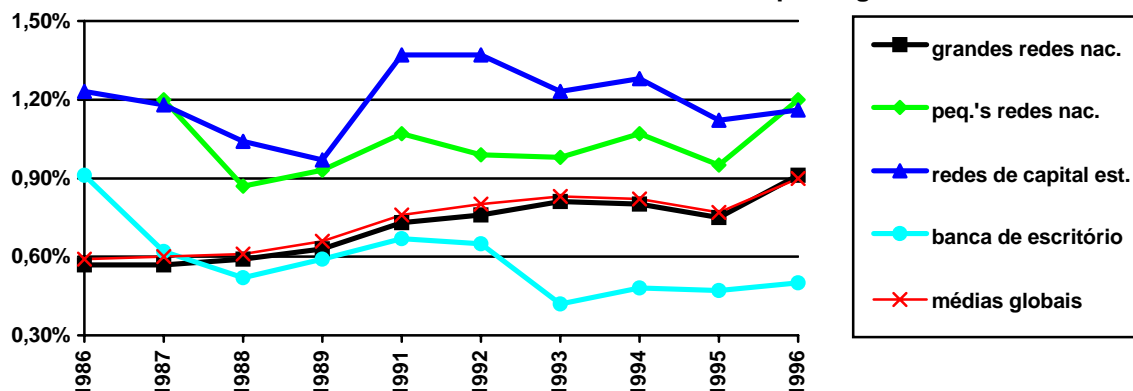
Neste trabalho pretende-se verificar quais as componentes de custos em que as grandes redes de retalho dispõem da vantagem competitiva supra referida e qual a tendência de cada um dos segmentos.

No que se refere às amortizações do exercício, (ver gráfico da figura 4.4), há uma vantagem dos bancos com grandes redes, embora se note uma tendência para a convergência entre os segmentos que trabalham o retalho.



Nos fornecimentos e serviços de terceiros, verifica-se igualmente uma vantagem dos bancos com grandes redes mas não é clara qualquer tendência para convergirem (ver gráfico da figura 4.5).

Figura 4.5
Fornec. e Ser. de Terceiros em % dos Act. Financeiros - por segmentos



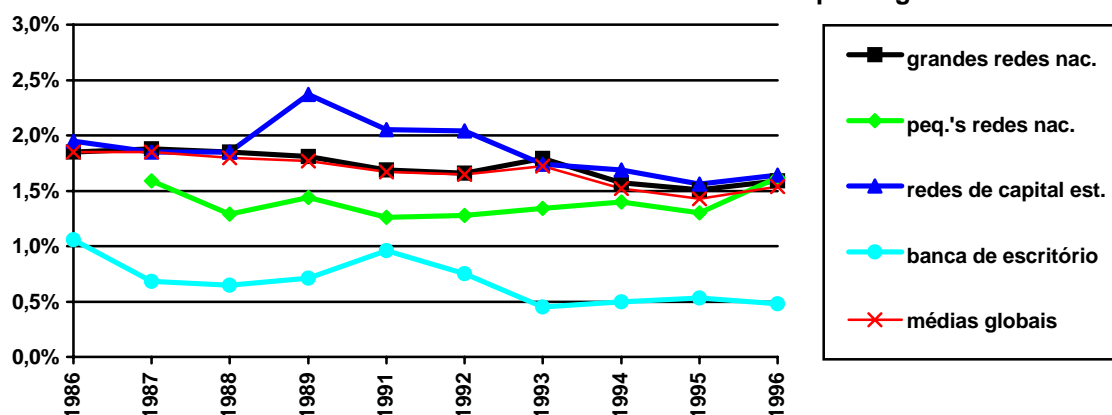
Nos custos com o pessoal, a maior das componentes dos custos operacionais, não são evidentes vantagens competitivas das grandes redes de retalho. (ver quadro 4.13 e gráfico da figura 4.6).

Quadro 4.13
Custos com o Pessoal - por segmentos de bancos
 (em % dos activos financeiros)

segmentos de Instituições	anos									
	1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996
grandes redes nac.	1,85	1,88	1,85	1,81	1,69	1,66	1,79	1,57	1,51	1,59
peq.'s redes nacionais		1,59	1,29	1,44	1,26	1,28	1,34	1,40	1,30	1,62
redes de capital est.	1,95	1,85	1,85	2,37	2,05	2,04	1,74	1,69	1,56	1,64
banca de escritório	1,06	0,68	0,65	0,71	0,96	0,75	0,45	0,50	0,53	0,48
médias globais	1,85	1,85	1,80	1,77	1,67	1,65	1,72	1,52	1,43	1,54

Os bancos nacionais de pequenas redes de retalho registaram, até 1995, menores custos com o pessoal (na proporção dos activos financeiros) do que os bancos com grandes redes de retalho, o que se devia, por um lado, a um apetrechamento com tecnologias mais modernas permitindo-lhes ter menos pessoal e, por outro, ao facto de, sendo Instituições novas, não terem significativos custos com pensões de reforma como acontece com quase todos os

Figura 4.6
Custos com o Pessoal em % dos Activos Financeiros - por segmentos



bancos de grandes redes que são Instituições antigas e têm que suportar o custo das reformas dos seus ex-empregados, aspectos que suplantavam eventuais economias de escala neste segmento de bancos. Porém, em 1996, essa situação inverteu-se, embora a vantagem do segmento de grandes redes seja de apenas 1,59% contra 1,62% (ver quadro 4.13).

A Significância das Diferenças dos Custos Operacionais entre Segmentos

Importante será saber se as diferenças encontradas entre os quatro segmentos de bancos no que respeita aos custos operacionais têm ou não significância estatística.

Para esse efeito elaboraram-se testes de análise de variância aos valores desses custos suportados pelos bancos de cada segmento, quer quanto aos globais, quer quanto aos de cada uma das suas três componentes (com o pessoal, com os investimentos e com os fornecimentos e serviços de terceiros)

Os resultados desses testes mostram a existência de diferenças estatisticamente significativas nos custos operacionais globais apenas nos anos de 1991 a 1993 (ver quadro 4.14), passando-se algo de semelhante com os custos de fornecimentos e serviços de terceiros, acrescendo apenas o ano de 1986 àqueles três de 1991 a 1993.

De salientar o facto dos custos com o pessoal e com investimentos (amortizações) serem estatisticamente diferentes desde 1986 até 1993 (excepto os custos com o pessoal em 1986) sem que durante uma grande parte desse período tais diferenças se fizessem sentir nos custos

operacionais globais, o que se deve à compensação resultante dos segmentos de mais elevados custos com o pessoal terem mais baixos custos com os investimentos.

Quadro 4.14
Estatísticas F dos Testes de Análise de Variância aos Custos Operacionais dos Quatro Segmentos

anos	custos op. globais	forn. e s. de terc.	com o pessoal	com investimentos
1986	0,40	3,29 b)	0,72	5,33 a)
1987	0,80	1,36	2,49 b)	20,89 a)
1988	1,25	0,79	3,38 a)	20,43 a)
1989	1,59	0,44	2,34 b)	4,55 a)
1991	4,80 a)	2,53 b)	5,95 a)	5,66 a)
1992	4,83 a)	3,74 a)	5,00 a)	3,57 a)
1993	8,19 a)	3,46 a)	15,84 a)	3,14 a)
1994	0,62	0,44	1,09	1,64
1995	0,13	0,08	1,19	0,15
1996	1,22	0,80	3,57 a)	0,13

a) diferenças estatisticamente significativas com um nível de confiança superior a 95%
b) diferenças estatisticamente significativas com um nível de confiança superior a 90%

Conclusões

Do exposto sobre os custos operacionais na banca portuguesa, pode concluir-se que:

- . Tendem para um valor entre os 2,5% e os 3% dos activos financeiros o que corresponde a cerca de 2,3 e 2,75% dos activos totais;
- . Os bancos de escritório estão a funcionar com custos operacionais muito inferiores àquela média, ou seja, com cerca de 1,1%;
- . Os custos com o pessoal, que ainda são os mais elevados custos operacionais, têm vindo a reduzir a sua participação relativa situando-se actualmente em cerca de 55%, e registaram uma redução de 16 pontos percentuais ao longo dos 10 anos do período estudado;

- . Em resultado da conjugação de vários factores no mesmo sentido, é de esperar uma redução dos custos com o pessoal para um nível próximo do que se verifica nos países com sistemas financeiros mais desenvolvidos, parecendo possível que estabilizem, até ao ano 2000, em cerca de 1,2% dos activos financeiros, o que corresponde a cerca de 1,1% dos activos totais e tem implícita uma redução de 0,34% relativamente ao verificado em 1996.
- . Em contrapartida, os custos com amortizações dos investimentos e com os fornecimentos e serviços de terceiros têm vindo a aumentar, os primeiros quase duplicando em termos relativos, passando de 7% para 13% dos custos operacionais globais, e os segundos aumentando de 22% para 32%;
- . Os bancos com grandes redes de retalho beneficiam de vantagens competitivas, suportando menores custos operacionais proporcionalmente aos activos financeiros, vantagens essas que, porém, ainda não são claras quanto à componente dos custos com o pessoal;
- . Os custos com o activo fixo, em termos globais, deverão manter-se a um nível próximo do registado nos últimos anos, ou seja, cerca de 0,38% dos activos financeiros, o que corresponde a cerca de 0,35% dos activos totais.
- . É de aceitar que os custos com fornecimentos e serviços de terceiros que registaram um crescimento em 1996 (de 0,77% para 0,90% dos activos financeiros) se mantenham num valor próximo do desse ano, o que corresponde a cerca de 0,83% dos activos totais.
- . As diferenças verificadas entre os segmentos raramente foram estatisticamente significativas em termos globais e quando o foram (anos de 1991 a 1993) coincidiram com os anos em que todos os componentes, incluindo os custos de fornecimentos e serviços de terceiros também o foram. Durante o período de 1987 a 1989 os custos com o pessoal e os relativos aos investimentos tiveram diferenças estatisticamente significativas mas insuficientes para gerar semelhantes diferenças nos custos operacionais globais, o que se deve a compensações provocadas pela existência de segmentos de bancos com posicionamentos inversos nessas duas rubricas.
- . As racionalizações previsíveis nos grandes grupos de bancos na sequência das aquisições recentemente efectuadas, provocarão um aumento na já grande diferença existente entre os bancos com grandes redes de retalho e os de pequenas redes.

SECÇÃO 4.4

AS PROVISÕES PARA CRÉDITOS INCOBRÁVEIS

Os créditos incobráveis constituem, a par dos custos operacionais, um importante custo suportado pelos bancos, sendo mais ou menos volumosos em função de vários factores, como sejam, a conjuntura económica, o nível geral das taxas de juros, os sectores de actividade, etc. Só algum tempo depois de concedido é que o crédito poderá eventualmente tornar-se incobrável, pelo que há sempre um desfasamento temporal entre a concessão e a assumpção das perdas relativas a incobráveis.

Uma adequada gestão procede à constituição de provisões para que os incobráveis, quando se verificarem, já não influenciem negativamente os resultados dos bancos.

O nível mínimo de provisionamento em Portugal está regulamentado pelas Autoridades Monetárias e, por sua vez, a Administração Fiscal só considera custos fiscais, no que se refere à constituição de provisões, as que não excedam aqueles limites.

A conjugação destas duas posições implica que o provisionamento efectivo tenda para aquele limite mínimo, o qual é actualmente de 1% da carteira global de crédito não vencido (era 2% até 1994), a título de provisões genéricas, a que acrescem as específicas para o crédito vencido, devendo ser constituídas gradualmente conforme a antiguidade do vencimento do crédito até à sua total cobertura (Aviso do Banco de Portugal nº 3/95 de 30 de Junho de 1995).

A informação sobre o volume de créditos incobráveis é muito rara. Apenas nos últimos anos foi mais alguma tornada de publicação obrigatória.

Dada essa ausência de informação, mas conhecendo-se as provisões constituídas durante o período, assume-se que o volume de crédito incobrável seja semelhante ao do provisionamento, o que pressupõe que este tenha sido correctamente constituído.

As provisões constituídas pelos bancos que incluem a amostra, em termos de média global, variaram ao longo do período estudado, começando com 1,03% do total dos activos financeiros, em 1986, crescendo anualmente até 2,02%, em 1989, para entrarem,

sequeentemente, numa fase de redução, até 1995, ano em que atingiram 0,69%¹, e subindo em 1996 para 0,90% (ver quadro 4.15).

Quadro 4.15
Dotações para Provisões Líquidas de Anulações - por segmento de bancos
(em % dos activos financeiros)

segmentos de Instituições	anos									
	1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996
grandes redes nac.	1,03	1,68	1,96	2,24	2,06	1,43	1,62	0,99	0,76	0,98
peq.'s redes nac.		0,73	0,50	0,44	1,54	1,03	1,35	0,89	1,07	0,86
redes de capital est.	1,41	1,77	0,63	0,90	0,84	0,64	0,71	1,43	0,26	-0,04
banca de escritório	0,50	0,29	0,29	0,28	0,59	0,93	1,22	0,84	0,18	0,25
médias globais	1,03	1,63	1,82	2,02	1,94	1,36	1,53	1,00	0,69	0,90

O elevado volume de provisões constituídas, em particular nos últimos anos da década de oitenta e nos primeiros da de noventa, deve-se à difícil situação económica ocorrida nos anos anteriores, a qual originou um excepcionalmente grande montante de crédito vencido, sem que os bancos tivessem constituído, ao tempo, as adequadas provisões por insuficiência do produto bancário e porque também ainda não existia regulamentação que obrigasse à sua constituição.

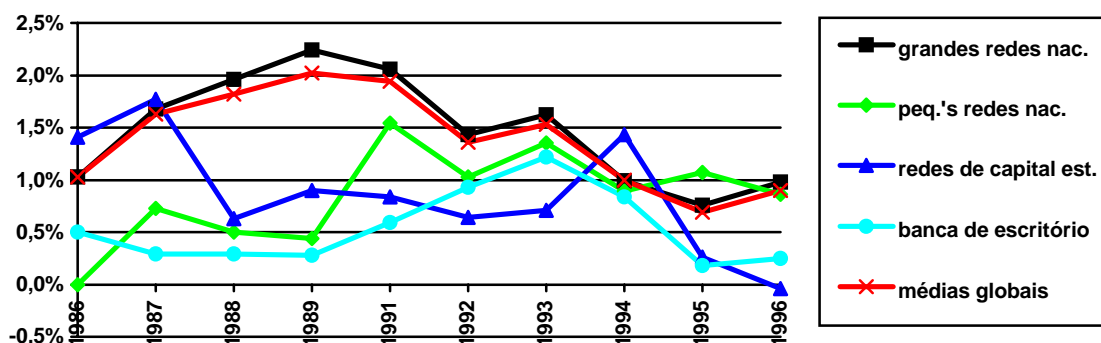
A constituição de provisões no período foi mais expressiva no segmento dos bancos nacionais com grandes redes de retalho, o que confirma o supra referido, dado que grande parte dos restantes não actuava em Portugal antes de 1986, período em que se verificou a mencionada difícil situação económica no país.

Ao longo dos anos, veio a notar-se uma certa convergência no provisionamento relativo efectuado pelos bancos de cada um dos segmentos de retalho nacionais, (ver gráfico da figura 4.7).

Perante a informação histórica obtida, é clara a tendência para um nível de provisionamento muito inferior ao que vinha tendo lugar, e que era bastante superior aos dos países com sistemas financeiros desenvolvidos.

¹ Os valores relativos a 1995 são excepcionais por ser o primeiro ano em que a taxa para provisões genéricas é de 1%, beneficiando dos excedentes acumulados anteriores.

Figura 4.7
Provisões Constituídas (% dos Activos Financeiros)



De facto, enquanto as provisões constituídas pelos bancos portugueses, em termos médios, no período estudado, foi de 1,39% dos activos financeiros e 1,23% do total de activos, dados da OCDE citados por Beattie (1995) indicam que as provisões médias constituídas em oito países no período de 1986 a 1991, em percentagem dos activos totais, variaram entre 0,04% no Japão e 1,90% na Noruega, (ver quadro 4.16).

Quadro 4.16
Provisões Médias Constituídas pelos Bancos Comerciais
no Período 1986-1991, em % dos Totais dos Balanços

Canadá	0,69
França	0,53
Alemanha	0,44
Itália	0,53
Japão	0,04
Reino Unido	1,04
Estados U. América	0,92
Noruega	1,90
Fonte: adaptado da OCDE (1993) por Beattie em Banks and Bad Debts (1995)	

Porém, excluindo os dois extremos, a média simples dos restantes é de 0,7%, valor muito aquém do supramencionado relativamente a Portugal, embora em período ligeiramente diferente mas que não prejudica a comparação, pois a média ponderada de Portugal para o período coincidente, 1986-91, é de 1,69%.

Assumindo que numa situação de conjuntura económica estável e com um nível baixo de taxas de juros as provisões genéricas obrigatórias, 1% do saldo da carteira de crédito, tendencialmente se revelem ajustadas ao valor médio dos créditos incobráveis, isso implicaria,

tendo presente a estrutura actual do Balanço médio do sistema, uma taxa de 0,41% dos activos financeiros ou de 0,36% dos activos totais, o que se aproxima da actual tendência internacional, se excluído o Japão que passa por uma situação conjuntural anormal, (ver quadro 4.17), relativos aos cinco maiores grupos bancários de oito países com sistemas financeiros desenvolvidos, trabalhados a partir de dados publicados pela Commission Bancaire, em *Analyses Comparatives* (1995), citando a OCDE como fonte.

Quadro 4.17
Provisões Constituídas pelos Cinco Principais Grupos
Bancários de Oito Países Desenvolvidos

Países	em % dos activos totais	
	1994	1995
Alemanha	0,38	0,18
Espanha	0,41	0,38
Estados Unidos	0,34	0,32
França	0,36	0,26
Itália	0,38	0,52
Japão	0,95	1,40
Reino Unido	0,25	0,26
Suiça	0,23	0,25
Médias ponderadas (sem Japão)	0,33	0,28
Médias ponderadas (gerais)	0,51	0,59
Fonte: Commission Bancaire, <i>Analyses Comparatives</i> (1995, adaptado pelo autor.		

Verificam-se diferentes níveis de provisionamento entre os países incluídos nesse conjunto, mas é clara uma tendência de redução em quase todos eles e na média ponderada (sem Japão) que baixa de 0,33% para 0,28%, valores que, por outro lado, também são bastante inferiores aos constantes do quadro 4.16 relativos a 1986-91, com a então mencionada média de 0,7%, sendo que a maior parte dos países são comuns a ambos os quadros.

De salientar o facto dos países do sul da Europa, incluídos nesta amostra (Espanha e Itália), apresentarem valores muito superiores à média.

A dimensão das perdas por incobráveis é muito irregular mesmo em economias com sistemas financeiros desenvolvidos. Hempel, (1994) apresenta uma evolução desse tipo de perdas verificadas nos bancos dos E.U.A. entre 1976 e 1992, as quais variaram entre 0,3% e 1,6% do crédito concedido.

Conclusões

O nível médio de provisionamento registado em Portugal durante o período estudado deverá ser considerado anormal.

A tendência, não só nacional como também internacional, é de redução do nível de provisionamento, o que induz numa tendência de baixa do montante de créditos incobráveis.

No pressuposto de uma conjuntura económica estabilizada, é de prever que as necessidades de provisionamento em Portugal tendam a situar-se no intervalo de 0,3% a 0,4% dos activos totais do sistema (cerca de 0,33% a 0,43% dos activos financeiros), valores próximos dos que já se verificam nos países europeus com sistemas financeiros mais desenvolvidos.

SECÇÃO 4.5

RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os ganhos e as perdas extraordinárias também influem no nível de sustentabilidade da margem financeira.

Nesta secção faz-se uma análise da sua evolução, tomando o valor dos ganhos líquidos de perdas e denominando-os de resultados extraordinários.

A média anual, nos últimos 6 anos, variou entre 0,10% e 0,38% dos activos financeiros, sendo a média global (simples) de todo esse período de 0,18% (ver quadro 4.18), o que representa uma dimensão não despreciable.

Quadro 4.18

Resultados Extraordinários - por segmentos de bancos
(em % dos activos financeiros)

segmentos de Instituições	anos					
	1.991	1.992	1.993	1.994	1.995	1.996
grandes redes nacionais	0,36	0,12	0,19	0,13	0,12	0,15
pequenas redes nacionais	0,56	0,24	0,18	0,06	0,04	0,03
redes de capital estrangeiro	0,79	0,23	0,23	0,41	0,19	0,03
banca de escritório	0,20	-0,65	0,19	0,12	0,03	0,02
médias globais ponderadas	0,38	0,10	0,19	0,14	0,11	0,14

O segmento dos bancos estrangeiros com redes de retalho é o que, até 1995, teve maiores ganhos desse tipo, porém, em 1996, baixaram bastante, de 0,19% dos activos financeiros para 0,03%, enquanto o segmento das grandes redes de retalho subiu de 0,12% para 0,15%,

tornando-se no de maiores resultados extraordinários nesse ano, sendo, contudo, de salientar que só um dos bancos incluídos neste segmento, o Banco de Fomento Exterior, obteve cerca de metade do total do segmento, enquanto que a média dos restantes foi de apenas 0,08% dos activos financeiros.

Os resultados desta natureza são essencialmente originados na alienação de activos imobilizados físicos ou financeiros, parte deles obtidos por dações em cumprimento na liquidação de créditos vencidos.

No pressuposto de uma conjuntura económica estável é previsível uma tendência de redução desse tipo de resultados em consequência de um menor volume de dações em cumprimento.

Conclusão

Os resultados extraordinários que nos últimos seis anos tiveram uma média (simples) de 0,18% dos activos financeiros e de 0,13% nos últimos três anos, deverão manter a tendência de redução, sendo previsível que se aproximem do valor já verificado em três dos segmentos, estabilizando entre 0,02% a 0,05%.

SECÇÃO 4.6

REMUNERAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

A rentabilidade dos capitais próprios é uma das principais condicionantes da sustentabilidade da margem financeira, uma vez que estando o sector aberto, em termos concorrenciais, e sendo livre a iniciativa de constituição de novas instituições, o valor daquela rentabilidade será determinante na atracção de novos investimentos (se for elevado) ou no abandono (se for insuficiente para remunerar devidamente os riscos incorridos pelo investidor).

Essa rentabilidade, para além de depender do produto bancário (que inclui a margem financeira) e dos custos, operacionais e com as perdas para incobráveis, depende também da proporção dos capitais próprios relativamente aos activos globais e da fiscalidade incidente sobre os rendimentos de capitais.

Uma vez já analisadas as perspectivas daqueles primeiros três aspectos nas secções anteriores deste capítulo, coloca-se agora o enfoque na adequabilidade dos capitais próprios em termos de montantes relativos e da fiscalidade sobre os rendimentos de capitais, bem como na taxa de rentabilidade histórica e na exigida pelos investidores.

Subsecção 4.6.1

A ADEQUABILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

O nível do capital próprio interessa a vários intervenientes na actividade dos bancos:

- Os accionistas pretendem maximizar a taxa de rentabilidade (R) do capital investido (CP), $R = \text{Lucro}/\text{CP}$, a qual, dado um determinado lucro, é tanto maior quanto menor for o capital próprio;

Porém, capitais próprios muito baixos contribuem para a redução do “rating” atribuído pelas agências da especialidade e podem dificultar a actuação dos bancos nos negócios internacionais e inter-bancários, mesmo no doméstico, podendo assim conduzir a um aumento do custo dos recursos alheios e à redução do ritmo de criação de valor para o accionista.

- Os depositantes sentir-se-ão tanto mais seguros quanto mais elevados forem os capitais próprios dos bancos depositários.
- As autoridades monetárias, no seu papel de zelar pela estabilidade do sistema, pretendem que os riscos incorridos pelos bancos estejam efectivamente assegurados pelos seus capitais próprios ou provisões, como forma de não causarem danos aos depositantes.

Embora as perdas prováveis possam ser provisionadas, as improváveis não o podem e são os capitais próprios que as deverão absorver, devendo estes ter a dimensão suficiente para que o banco continue a sua normal actividade após essas perdas.

É assim de grande importância um montante de capital próprio que equilibre os interesses em presença. Hempel (1994: 265), afirma: “Há três factores primários que afectam o montante apropriado de capital para um dado banco: (1) os propósitos do capital do banco (2) as vantagens da alavancagem para os seus detentores (3) o capital adequado às medidas dos regulamentadores”.

Matten (1996: 9), ao analisar a função do capital próprio nos bancos afirma: “O papel do capital dum banco é actuar como amortecedor contra perdas futuras não identificadas e mesmo relativamente improváveis, solucionando-as e deixando o banco capaz de operar ao mesmo nível de capacidade”.

Como em todas as empresas o custo do capital próprio é mais elevado que o dos capitais alheios, assim, quanto menor for a proporção daqueles, maior poderá ser a capacidade competitiva dos bancos, aspecto que incentiva um comportamento contrário ao desejo das Autoridades.

Com a liberalização dos sistemas financeiros, foram estabelecidos, em quase todos os países, limites mínimos para os capitais próprios dos bancos com vista a proteger o interesse público e também contribuir para a igualdade concorrencial entre as Instituições.

No Acordo de Basileia, parágrafo 3, citado por Matten (1996), sobre os capitais próprios é afirmado ter dois grandes objectivos “primeiro, reforçar a saúde e capacidade do sistema bancário internacional e, segundo, diminuir uma existente fonte de desigualdade concorrencial entre os bancos internacionais”.

Portugal, à semelhança dos outros países europeus, regulamentou os capitais próprios mínimos dos bancos em função de vários parâmetros, sendo os mais importantes o rácio do imobilizado, obrigando a que os capitais próprios sejam não inferiores ao valor daqueles activos (Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro) e o rácio de solvabilidade, estabelecendo que os fundos próprios representem, pelo menos, 8% dos activos totais ponderados em função do grau de risco (Aviso 1/93, de 8 de Junho, do Banco de Portugal).

Porém, esses fundos próprios, para efeitos do rácio de solvabilidade, podem ser representados pelo capital próprio, designado “tier 1” e por passivos subordinados¹ “tier 2”, não podendo estes representar mais do que 50% daqueles, o que, no limite, obriga a que os capitais próprios dos bancos representem um valor não inferior a 5,33% (8% x 2/3) dos activos ponderados pelo grau de risco.

Nos bancos portugueses contidos na amostra considerada neste trabalho, o rácio médio dos capitais próprios, “tier 1”, pelo activo global (sem ponderação pelo grau de risco) aumentou entre 1986 e 1991, passando de 4,15% para 8,72%, para baixar a partir daí, (ver quadro 4.19), sendo de 4,76% em 1996 para a totalidade da amostra, e de 4,45% para os bancos com grandes redes de retalho.

Quadro 4.19
Rácios dos Capitais Próprios pelos Activos Totais (%)

Segmentos de Instituições	anos									
	1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996
grandes redes nac.	3,85	4,37	5,38	6,55	7,86	6,59	6,63	5,98	5,52	4,45
peq.'s redes nac.		12,72	13,77	14,71	14,86	10,88	10,90	10,14	8,37	10,37
redes de capital est.	10,52	9,62	8,93	10,54	12,46	9,64	9,61	9,17	7,81	7,12
banca de escritório	17,92	18,79	23,04	23,25	21,75	10,29	6,71	9,51	9,33	7,18
médias globais	4,15	4,95	6,25	7,69	8,72	7,09	6,91	6,42	6,11	4,76

Esta redução tem sido acompanhada de emissões de dívida subordinada como forma de manter cumpridas as obrigações regulamentares.

Os valores referidos e a sua tendência são análogos aos dos outros países da União Europeia, (ver quadro 4.20).

¹Em caso de falência ou liquidação do emitente, os titulares destes valores só são reembolsados depois de todos os outros credores.

Quadro 4.20
Capitais Próprios (tier 1) em % dos Activos Totais

anos	França	Alemanha	Itália	Espanha	R. Unido
1994	4,20	3,03	5,61	5,46	4,79
1995	4,03	2,93	5,39	5,44	4,73

Fonte: The Banker, July 1996: 134

Nota: Apenas os bancos incluídos nos maiores 1.000 mundiais em função dos capitais próprios

Esta tendência para a redução dos capitais próprios de base e substituição pelo “tier 2”, para além do supra referido interesse dos accionistas, é também “incentivada” pela fiscalidade mais favorável dos juros da dívida subordinada comparativamente à dos dividendos. Também as fusões e aquisições ocorridas têm contribuído para essa evolução, pois o acto de um banco adquirir acções de outro a um accionista não banco resulta na redução dos capitais próprios globais do sistema.

Também a nível mundial, se verifica a tendência clara para que os maiores bancos tenham menores rácios de solvabilidade.

Em Dezembro de 1995, no conjunto dos 1.000 maiores bancos mundiais, nenhum dos primeiros 50 estava entre os 50 com mais elevados rácios de solvabilidade, (ver quadro 4.21).

Quadro 4.21
A Distribuição dos 50 Melhores Rácios de Solvabilidade entre os Maiores 1.000 Bancos Segundo os Capitais Próprios

até ao 50º	do 51º ao 250º	do 251º ao 500º	do 501º ao 750º	do 751º ao 1.000º
0	6	12	18	14

Fonte: Banker, July 1996: 128, adaptação do autor

Porém, embora a média dos capitais próprios dos bancos portugueses se aproxime da europeia e dos maiores bancos mundiais, a dos maiores 1.000 era de 4,67% e 4,56%, respectivamente nos finais de 1994 e 1995¹, os valores individuais que constituem essa média têm uma grande dispersão.

Tomando o final de 1996 e considerando só os bancos com redes de retalho, para além das grandes diferenças entre as médias dos 3 segmentos, há também grandes desvios padrão, conforme se pode observar na síntese estatística efectuada (ver quadro 4.22).

¹Banker, July 1996: 133.

Quadro 4.22
Síntese Estatística dos Capitais Próprios em % dos Activos Totais (1996)

Segmentos de I. de Crédito	máximos	médias ponderadas	mínimos
grandes redes de retalho	7,45	4,45	2,41
pequenas redes nacionais	12,25	10,37	9,10
redes de capital estrangeiro	9,65	7,12	4,31
banca de escritório	39,65	7,18	0,30

Estes desvios constituem um factor de instabilidade na tendência da repartição das quotas de mercado, uma vez que existem bancos com restrições de crescimento pelo “esgotamento” dos capitais próprios, em termos do cumprimento de limites regulamentares, enquanto que outros têm, a esse respeito, grande potencial de crescimento e esforçar-se-ão por tirar benefícios dessa vantagem competitiva, aumentando o volume de negócios como forma de melhorarem o seu valor.

Conclusões

A tendência para a concentração em grupos bancários e eventualmente fusões entre os bancos portugueses e a existência de um grande volume de activos com coeficiente nulo ou reduzido para efeitos do apuramento dos rácios de solvabilidade, como é o caso da dívida pública (coeficiente zero) e do crédito à habitação¹ (coeficiente 0,5) possibilitam que a proporção dos capitais próprios médios dos bancos continue a baixar até cerca de 4,5% dos activos totais, o que corresponde a cerca de 5% dos activos financeiros.

As situações díspares verificadas entre os bancos portugueses em termos de potencial de crescimento, tendo em consideração a restrição dos capitais próprios, indicia uma tendência para importantes alterações na distribuição das quotas de mercado, o que será também um factor influenciador do nível da margem financeira.

¹Tipo de crédito que mais tem crescido nos últimos anos.

Subsecção 4.6.2

A FISCALIDADE SOBRE OS RENDIMENTOS DO CAPITAL

A fiscalidade incidente sobre o rendimento dos capitais próprios dos bancos é também um elemento condicionante da margem financeira, dado que o accionista tem essencialmente em conta o rendimento líquido efectivo.

A taxa de imposto em Portugal é de cerca de 40% sobre os lucros das empresas, a que acresce a fiscalidade incidente sobre os dividendos, podendo, contudo, esta ser atenuada com a retenção dos lucros sob a forma de reservas, o que aumenta o preço das acções, possibilitando aos accionistas a obtenção dos rendimentos do capital investido através de mais valias, sobre as quais incide uma fiscalidade mais favorável, embora haja limitações para essa política por provocar alterações nas posições relativas entre os accionistas e por poder conduzir os capitais próprios a montantes excessivos.

Porém, no período 1991 a 1996, os bancos que fazem parte da amostra deste trabalho registaram, em média, 23,37% de impostos sobre os lucros, não se dispondo de informação suficiente para determinar o custo fiscal efectivamente suportado, embora se saiba que esta menor taxa média (comparativamente aos cerca de 40% de IRC + Derramas) se deve à existência de resultados negativos anteriores, a juros de valores mobiliários isentos ou com redução de tributação (neste caso, os preços desses valores já deverão reflectir o seu regime fiscal, pelo que o custo fiscal será assim indirectamente suportado), a resultados obtidos em territórios com diferentes regimes de tributação dos lucros, etc.

Se aqueles primeiros dois factores têm tendência para se esgotarem, o mesmo já não se passa com o terceiro, dado que é uma consequência da livre circulação de capitais, aliás, num tal regime de movimentos de capitais e em que se pretende igualdade concorrencial, seria de grande importância uma harmonização fiscal, mas parece difícil a sua concretização, até ao nível da União Europeia, como refere Walter (1993: 147), dados os diferentes interesses de cada país.

Por outro lado, como já foi referido na subsecção anterior, os capitais próprios podem ser parcialmente substituídos por dívida subordinada que beneficia de uma fiscalidade mais reduzida (20%) para o titular dos rendimentos, para além do custo efectivo suportado pelo emitente, em termos de redução ao resultado líquido, ser apenas uma parte¹ dos juros.

Há assim uma vantagem fiscal no aproveitamento da possibilidade de satisfazer até 1/3 do rácio de solvabilidade com dívida subordinada.

Conclusões

Sendo a fiscalidade incidente sobre os rendimentos dos capitais próprios mais elevada que sobre os rendimentos de dívida, é também um factor incentivador para que a proporção desses capitais no total dos activos bancários tenda a baixar.

¹variação do lucro líquido = (1 - taxa de imposto sobre lucros) x taxa de juros x capital.

O aproveitamento da livre circulação de capitais para realização de negócios tributados em regiões com sistemas fiscais mais favorecidos, bem como outras operações no âmbito do planeamento fiscal, deverão implicar que a fiscalidade média sobre os lucros se mantenha entre 20% a 25%.

Subsecção 4.6.3

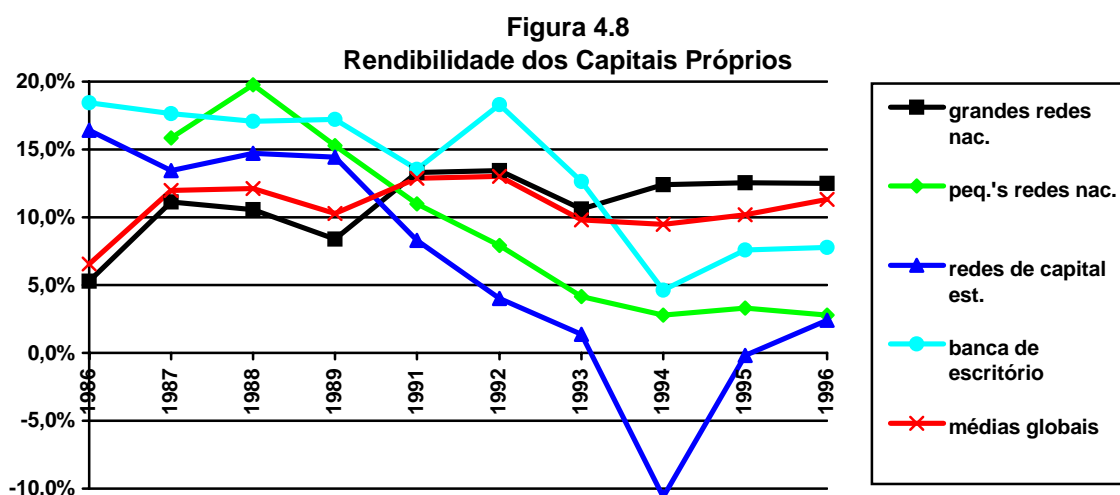
RENDIBILIDADE HISTÓRICA DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

As taxas nominais de rendibilidade dos capitais próprios dos bancos portugueses desde 1987, têm-se mantido entre cerca de 10% e 13%, embora com uma evolução irregular ao longo dos anos (ver quadro 4.23).

Quadro 4.23
Taxas de Rendibilidade dos Capitais Próprios (em %)

Segmentos de Instituições	anos									
	1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996
grandes redes nac.	5,3	11,1	10,6	8,4	13,3	13,4	10,6	12,4	12,6	12,5
peq.'s redes nac.		15,8	19,8	15,3	11,0	7,9	4,2	2,8	3,3	2,8
redes de capital est.	16,4	13,4	14,7	14,4	8,3	4,0	1,3	-10,6	-0,2	2,4
banca de escritório	18,4	17,7	17,1	17,2	13,6	18,3	12,6	4,6	7,6	7,8
médias globais	6,5	12,0	12,1	10,3	12,9	13,0	9,8	9,5	10,2	11,3

Nas comparações entre os segmentos de bancos verifica-se uma forte recuperação dos de grandes redes de retalho que passam da posição de menor rendibilidade, em 1986, com 5,3%, para a de mais rentáveis a partir de 1994, ano em que obtiveram cerca de três pontos percentuais acima da média, situando-se desde então numa taxa de cerca de 12,5%, (ver gráfico da figura 4.8). Passa-se uma evolução praticamente inversa com os bancos estrangeiros de redes de retalho que saíram de uma muito boa situação em 1986, com 16,4%, para apresentarem resultados negativos em 1994 e 1995, 10,6% e 0,2% respectivamente.



Rendibilidade Histórica dos Activos Totais

A rendibilidade dos activos totais cresceu também bastante na primeira fase, passando de 0,27%, em 1986, para atingir 1,13%, em 1991, decrescendo a partir de então para atingir 0,54% em 1996 (ver quadro 4.24).

Comparações entre os vários segmentos de bancos mostram uma evolução análoga à da rendibilidade dos capitais próprios, com as grandes redes de retalho a melhorarem o nível de desempenho e com os outros segmentos a piorarem, em particular os bancos estrangeiros com redes de retalho.

Quadro 4.24
Taxas de Rendibilidade dos Activos Totais (em %)

Segmentos de Instituições	anos									
	1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996
grandes redes nac.	0,20	0,49	0,57	0,55	1,04	0,89	0,71	0,75	0,69	0,56
peq.'s redes nac.		2,01	2,72	2,25	1,63	0,86	0,45	0,28	0,28	0,29
redes de capital est.	1,73	1,29	1,31	1,52	1,03	0,39	0,13	-0,97	-0,01	0,17
banca de escritório	3,31	3,32	3,93	4,00	2,95	1,88	0,85	0,45	0,71	0,56
médias globais	0,27	0,59	0,76	0,79	1,13	0,92	0,68	0,63	0,62	0,54

Comparações Internacionais

Estas taxas de rendibilidade afastam-se, em termos nominais, das obtidas pelos bancos de outros países, por exemplo, a média simples das taxas de rendibilidade dos activos totais, relativas aos anos de 1991 a 1995, dos cinco maiores grupos bancários de cada um de oito

países com sistemas financeiros desenvolvidos (EUA, Reino Unido, Alemanha, França, Japão, Espanha, Itália e Suíça) foi de 0,49%¹ enquanto que, em Portugal, no mesmo período, foi de 0,8% e a de rendibilidade dos capitais próprios foi de 8,8%¹ em média naqueles países e de 11,18% nos bancos portugueses.

Essas diferenças são, porém, influenciadas pelas diferentes taxas de inflação em Portugal e na média desses países.

Uma outra forma de comparação das diferentes rendibilidades poderá ser pela subtração das taxas de juros sem risco (dívida dos Estados) àquelas taxas nominais, obtendo-se uma aproximação dos prémios de risco implícitos na média das rendibilidades verificadas em cada um desses países.

Pode assim verificar-se que tal diferencial relativamente a Portugal não se afasta da média desses países, no ano de 1995, ficando mesmo abaixo, (ver quadro 4.25).

Quadro 4.25
Taxas de Rendibilidade dos Cap. Próprios - comparações internacionais (em %)

Países	1995		
	tx de rendibilidade dos capitais próprios	taxas de juros sem risco	diferenciais
EUA	15,0	6,3	8,7
Reino Unido	19,3	8,3	11,0
Alemanha	8,2	6,8	1,4
França	4,0	7,5	-3,5
Japão	-4,8	2,9	-7,7
Espanha	11,3	11,3	0,0
Itália	2,9	11,8	-8,9
Suíça	7,8	4,5	3,3
Média	8,0	7,4	0,5
Média (sem Japão)	8,6	7,1	1,5
Portugal	10,2	10,1	0,1

Fonte: Commission Bancaire, Analyses Comparative, (1995: 52 e 64), excepto Portugal, e adaptação do autor

¹ Fonte: Commission Bancaire, Analyses Comparatives, (1995: 64)

Conclusões

A taxa de rentabilidade média dos capitais próprios dos bancos portugueses tem vindo, nos últimos anos, a dar sinais de estabilizar entre 10% e 12%, depois de, em 1991 e 1992, ter sido de cerca de 13%. A média global de 1986/96 foi de 10,76%.

Nos bancos com grandes redes de retalho, a tendência é para cerca de 12,5%, mostrando os outros segmentos uma redução da rentabilidade que se situa já a níveis bastante mais baixos, em particular nas pequenas redes de retalho.

O rácio dos capitais próprios pelos activos totais também tem vindo a baixar, situando-se, em 1996, em cerca de 4,75%, com os grandes bancos de retalho a ficarem em 4,45%, apresentando os outros segmentos de retalho valores mais elevados.

Esse rácio médio de 4,75%, conjugado com aquela taxa de rentabilidade dos capitais próprios de 10% a 12%, implica uma taxa de rentabilidade dos activos totais de cerca de 0,475% a 0,57%, valores semelhantes aos da média dos países com sistemas financeiros mais desenvolvidos.

Após deduzidas as taxas de juros sem risco às taxas de rentabilidade em Portugal e naqueles países, conclui-se que o prémio de risco implícito nos bancos portugueses é semelhante à média desses países, indiciando tendência para estabilizar.

Caso as taxas de juros sem risco continuem em descida, pode concluir-se que as taxas nominais de remuneração dos capitais próprios tendem a baixar.

Subsecção 4.6.4

A RENDIBILIDADE EXIGIDA PELOS ACCIONISTAS

O risco incorrido pelos titulares dos capitais próprios de uma empresa é superior ao da generalidade das aplicações financeiras, o que implica a exigência de uma rentabilidade que compense essa diferença de risco.

Damodaran (1996: 47), ao abrir a discussão sobre os métodos de determinar o custo do capital próprio afirma “O custo do capital é a taxa de retorno que os investidores exigem para investirem no capital próprio de uma sociedade”.

As taxas de rentabilidade proporcionadas aos accionistas dos bancos portugueses medidas pelos quocientes “lucros líquidos/capitais próprios”, diferem muito entre os vários bancos, quer de segmentos diferentes, quer pertencentes aos mesmos segmentos (ver quadro 4.26).

Quadro 4.26
Indicadores dos Resultados Líquidos em % dos Capitais Próprios Médios (1996)

Segmentos de I. de Crédito	máximos	médias ponderadas	mínimos
grandes redes de retalho	16,72	12,51	-11,09
pequenas redes nacionais	3,20	2,82	2,41
redes de capital estrangeiro	13,79	2,44	-25,02
banca de escritório	22,98	7,84	-11,66
total da amostra		11,28	

A grande dispersão que se verifica indicia transformações no sector, dada a existência de capitais altamente remunerados, até 22,98% em 1996, e outros com baixas remunerações e até perdas significativas.

Alguns dos resultados menos favoráveis podem ser consequência de políticas de crescimento acentuado em curso no ano a que os indicadores respeitam (1996), políticas essas que, se bem sucedidas, são igualmente criadoras de valor para os accionistas, casos em que a cotação das respectivas acções reflectirá esse aumento do valor dos emitentes.

Quanto aos bancos cotados, pode estimar-se o rendimento para o investidor, já tendo implícita essa valorização, pela aplicação do CAPM "capital asset pricing model", que consiste em:

$$R_i = R_f + \text{Beta} (R_m - R_f)$$

em que:

R_i = Taxa de rendibilidade exigida pelos accionistas de um dado emitente ou sector

R_f = Taxa de juros sem risco

R_m = Taxa de rendibilidade exigida pelo mercado de acções

Matten (1996), conclui pela existência de diferentes betas conforme o tipo de actividade dos bancos, tendo determinado médias que vão desde 0,97, para os bancos universais, a 1,51, para os bancos de investimento global, obtendo uma média geral de 1,11.

Através de uma regressão linear simples com base nos valores diários dos índices geral (IG) e sectorial de intermediação financeira (IF), ambos da Bolsa de Valores de Lisboa (BVL), relativos ao período de 3.01.96 e 3.07.97, estimou-se o beta para o sector da intermediação financeira em Portugal, a partir da seguinte equação:

$$(IF - R_f^1) = a + \text{beta} (IG - R_f)$$

A regressão apresenta bons parâmetros (ver quadro 4.27) e um beta de 0,89.

Quadro 4.27

¹ taxa média de rendimento da dívida pública portuguesa no período.

Parâmetros da Regressão entre os Índices Geral e de Intermediação Financeira da BVL

(03.01.96 a 03.07.97)

Parâmetros	valores
Coefficiente da variável independente (Beta)	0,89
Estatística t/nível de confiança	27,93/99,99%
Estatística F/nível de confiança	780,03/99,99%
R quadrado	0,68

Damodaran (1996) estuda o prémio de risco para vários países, baseado em dados relativos ao período 1970-1990 e conclui por um intervalo de 4,5% a 5,5% para os mercados da Europa Ocidental, excepto Alemanha e Suíça.

Matten (1996: 96), afirma existirem prémios de risco diferentes para os mercados da Europa continental relativamente aos dos E.U.A. e do Reino Unido “O prémio de risco do capital próprio situa-se tipicamente em redor de 5%, sendo este número uma boa regra de chumbo para os E.U.A. e Reino Unido, situando-se ligeiramente mais abaixo, à volta dos 4%, o típico para a Europa continental.”

A aplicação desses prémios de risco aos bancos portugueses, tendo presente uma taxa de juros sem risco de 6%¹ Copland, (1996) e o beta de 0,89, implicam taxas de rendimento para o accionista entre 9,56% e 10,90% e uma média de 10,16% (ver quadro 4.28), o que está ao nível da verificada, de facto, nos últimos anos, dado que, embora tendo sido um pouco superior, também a taxa de juros sem risco era mais elevada.

Quadro 4.28

Taxas de Rendibilidade do Accionista do Sector de Intermediação Financeira para Diferentes Prémios de Risco (taxa de juros sem risco de 6% e beta = 0,89)

prémios de risco ($R_m - R_f$)	rendibilidade para o accionista (R_i)
4%	9,56%
4,5%	10,01%
5,5%	10,9%
média	10,16%

Uma estimativa que se julga razoável para o prémio de risco é a média entre o valor de 4% indicado por Matten e o do ponto médio do intervalo do Damodaran (4,5% a 5,5%), o que dará 4,5%, correspondendo-lhe uma taxa de rendibilidade para o accionista do sector de

¹taxa de rendimento da dívida pública portuguesa de longo prazo.

intermediação financeira de 10,01%, na presença de uma taxa de juros sem risco de 6% e de um beta de 0,89.

Conclusões

Os investidores nos mercados europeus pretendem, em média, uma remuneração de cerca de 4,5% como prémio de risco a adicionar à taxa de juros sem risco, o que também se assume ser aplicável a Portugal.

O beta para o sector de intermediação financeira estima-se em 0,89.

Ao actual nível das taxas de juros sem risco, cerca de 6%, o rendimento exigido pelo accionista será 10% aproximadamente.

Embora a média das rendibilidades verificadas nos bancos portugueses nos últimos anos se aproxime desses valores supra referidos, há uma grande dispersão entre os diversos bancos, o que poderá ser um factor originador de disputas tendentes a alterar o volume de negócios de cada Instituição e a mais fusões e aquisições, do que resultarão efeitos de redução do nível da margem financeira.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÕES

A análise desenvolvida nos capítulos anteriores permitiu tirar várias ilações relativamente à margem financeira e a diversos factores que a condicionam.

Neste capítulo faz-se uma síntese conclusiva de todo o trabalho, mesmo com certas repetições relativamente a cada uma das secções.

Evolução Histórica dos Juros e da Margem Financeira

Os juros médios pagos pelos bancos, no período de 1986 a 1996, são diferentes entre os diversos bancos, notando-se uma tendência de redução dessas diferenças ao longo dos anos.

O grau de transformação dos depósitos em crédito é muito diferente entre os vários segmentos de bancos devido aos efeitos da limitação quantitativa do crédito ter afectado mais os bancos nacionais de grandes redes de retalho do que os dos outros segmentos e tais efeitos não terem ainda sido totalmente eliminados.

Depois de um período de grande crescimento da margem financeira média, de 1986 (3,19%) a 1991 (5,26%), iniciou-se uma tendência de redução que em 1996 (2,91%) ainda se mantinha.

O segmento dos bancos de escritório é o que tem registado maior quebra na margem e os dos nacionais com redes de retalho os que mais têm amortecido a tendência.

Têm significância estatística as diferenças entre os segmentos de bancos em que foi dividida a amostra (bancos nacionais com grandes redes de retalho, bancos nacionais de pequenas redes, bancos de capital estrangeiro com redes e bancos de escritório), em qualquer dos anos, pelo menos num dos agregados: custos financeiros, proveitos financeiros ou margem financeira.

Os Determinantes da Margem Financeira

Da aplicação de um modelo de regressão linear entre a margem financeira (variável dependente) e indicadores relativos à natureza dos recursos (variáveis independentes - capitais próprios disponíveis, depósitos à ordem e recursos de clientes não à ordem) concluiu-se que as variações destes indicadores explicam uma parte importante das variações da

margem financeira, especialmente depois de 1992 (ver quadro 5.1) sendo a equação do modelo:

$$MF = a + b.CPD + c.DO + d.RNO$$

em que:

MF = Margem Financeira a dividir pelos Activos Financeiros

CPD = Capitais Próprios Disponíveis (isto é, capitais próprios mais provisões diversas menos Imobilizações) a dividir pelos Activos Financeiros

DO = Depósitos à Ordem de Clientes a dividir pelos Activos Financeiros

RNO = Recursos de Clientes não à Ordem a dividir pelos Activos Financeiros

a, b, c, e d = constantes

Quadro 5.1

Proporções das Variações da Margem Financeira Explicadas pelo Modelo

anos	1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996
R quadrados	0,82	0,48	0,68	0,79	0,58	0,76	0,72	0,77	0,87	0,86

A capacidade explicativa do modelo aumenta ao longo do tempo, o que sugere ter relação directa com o grau de liberalização do sistema financeiro (1986 também apresenta um dos mais altos níveis de explicação mas só uma das variáveis - a CPD - é relevante).

O número de balcões e a respectiva antiguidade, contrariamente às expectativas, não revelaram significativo grau de explicação das variações da margem financeira.

A natureza das aplicações financeiras (crédito a clientes, imobilizado e relação entre o activo total e as aplicações financeiras) revelaram razoável capacidade explicativa da margem financeira, mas muito irregular ao longo dos anos e a inclusão de qualquer dessas variáveis no modelo relativo à natureza dos recursos não produz qualquer melhoria com carácter de permanência.

A melhor explicação obtida pela natureza dos recursos resulta das supra referidas diferenças nos juros que os bancos pagam pelos seus recursos financeiros, muito maiores que as relativas às dos juros das aplicações.

Também as diferentes estruturas de recursos próprios dos bancos (especialmente os disponíveis) influenciam a capacidade explicativa da margem financeira pela natureza dos recursos.

A Sustentabilidade da Margem Financeira

O nível de sustentabilidade da margem financeira pode ser diferente de uns para outros bancos, uma vez que as respectivas estruturas de custos e de proveitos não juros são também diferentes.

Os outros proveitos financeiros líquidos (OPFL) têm aumentado, situando-se próximo da média dos bancos europeus, os quais também estão em crescimento nesses proveitos.

O produto bancário acompanhou a descida da margem financeira até 1995 e em 1996 teve um pequeno crescimento devido ao mencionado comportamento dos OPFL ter sido suficiente para compensar o efeito de redução da margem. Porém, parte do crescimento dos OPFL é resultante da conjuntura excepcionalmente favorável do mercado de capitais, não sendo recorrente.

Os custos operacionais tiveram uma tendência de redução e situam-se próximo dos bancos europeus, tanto em termos globais como relativamente aos com o pessoal. Esta componente, a principal dos custos operacionais, tem baixado bastante a sua dimensão relativa, passando de 71% dos custos operacionais totais, em 1986, para 55%, em 1996.

Essa menor proporção dos custos com pessoal nos operacionais globais deve-se ao próprio efeito de redução desses custos e ao aumento dos relativos aos investimentos e aos fornecimentos e serviços de terceiros. Embora não tenha sido ainda demonstrado, a origem destes efeitos estará essencialmente na crescente informatização das tarefas dos bancos.

Aqueles três componentes dos custos operacionais apresentam diferenças estatisticamente significativas entre os quatro segmentos de bancos em vários dos anos, mas com compensações, isto é, os bancos com mais elevados custos numa rubrica têm menores noutra, sendo raros os anos em que tais diferenças nos custos operacionais globais sejam estatisticamente significativas.

As provisões para incobráveis, muito elevadas no final da década de oitenta e início da de noventa, seguiram uma tendência de baixa nos últimos anos, sendo, porém, ainda superiores à média europeia, que também apresenta uma evolução de descida.

Os resultados extraordinários representaram uma importante fonte de proveitos dos bancos portugueses no início dos anos noventa (0,38% dos activos financeiros em 1991), mas têm vindo a baixar significativamente pelo escoamento dos activos que, por alienação, dão origem à maior parte desses ganhos, prevendo-se que num futuro próximo se situem entre 0,02% e 0,05% dos activos financeiros.

A média da proporção dos capitais próprios nos activos totais, depois de um período de crescimento até 1991 (8,72%), tem vindo a baixar bastante em consequência das concentrações de bancos, sendo de 4,76% em 1996, média muito influenciada pelo segmento dos bancos com grandes redes de retalho cuja média é de 4,45% (as dos restantes segmentos variam entre 7,12% e 10,37%).

A fiscalidade média incidente sobre os lucros globais dos bancos tende a ser inferior às taxas previstas na legislação fiscal portuguesa por os resultados globais dos bancos incluírem ganhos originados em territórios com fiscalidade mais reduzida, sendo de prever que a taxa média de tributação dos lucros continue a situar-se no intervalo de 20% a 25%.

A taxa de rendibilidade média dos bancos portugueses, nos anos de 1986 a 1996, foi de 10,76%, o que, considerando as altas taxas de inflação verificadas no período e consequentes altas taxas de juros sem risco, é insuficiente para a adequada remuneração dos capitais próprios.

Nos últimos anos essa taxa de rendibilidade tem variado entre 10% e 12%, valores semelhantes aos dos bancos dos outros países europeus, isto se corrigidos pelas diferentes taxas de juros sem risco.

Esse nível de remuneração média dos capitais próprios dos bancos é coerente com o encontrado através do CAPM aplicado ao sector de intermediação financeira em Portugal, no período de Janeiro de 1996 a Julho de 1997. Para o efeito foi determinado o beta (0,89) e assumiu-se um prémio de risco do mercado de 4,5% e a taxa de juros sem risco da dívida pública portuguesa de longo prazo (6%).

A rentabilidade dos diversos bancos é muito diferente, variando entre 22,98% e -25,02% no ano de 1996.

A sustentabilidade do nível da margem financeira é determinada por uma adequada remuneração dos factores produtivos, incluindo dos capitais próprios investidos, ou seja:

$$MF = CO + INC - OPFL - REXT + ((tea/(1-t))*CP$$

Analisando as margens financeiras históricas dos bancos portugueses nos últimos seis anos (de 1991 a 1996), pela aplicação deste modelo, conclui-se serem poucos os de margem suficiente para cobrir a soma dos determinantes da sustentabilidade, se considerada como taxa de rentabilidade exigida pelos accionistas a resultante do prémio de risco e do beta supramencionados e assumindo a taxa de juros sem risco (dívida pública¹) em cada um dos anos (ver quadro 5.2 e gráfico da figura 5.1)

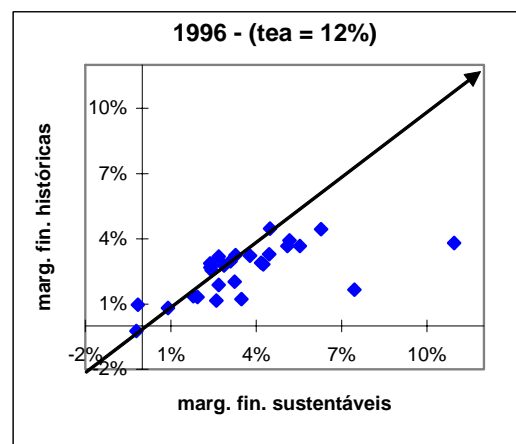
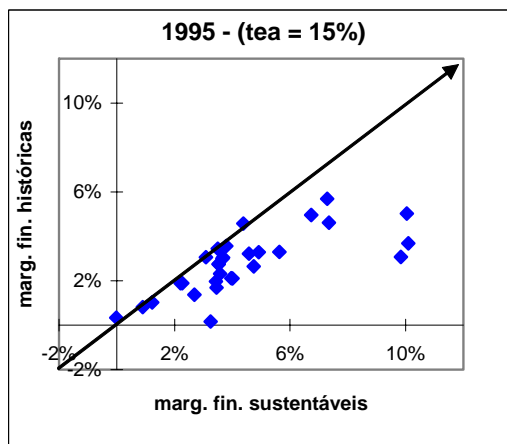
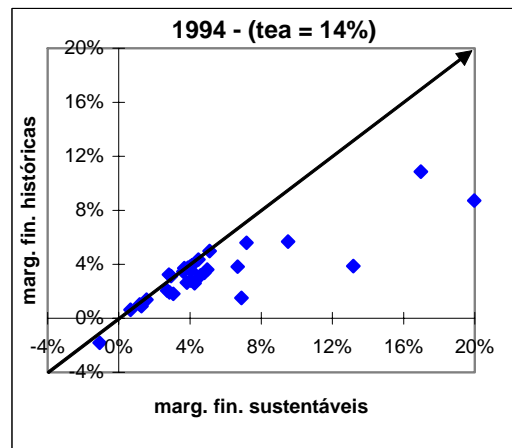
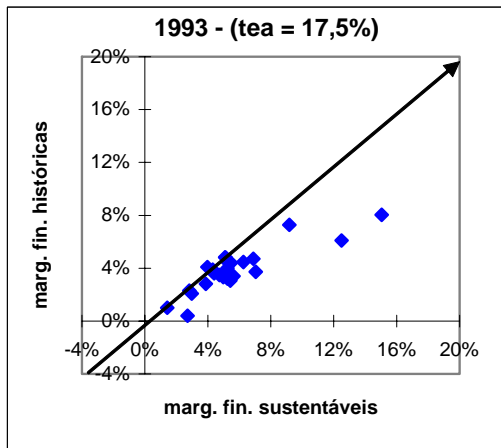
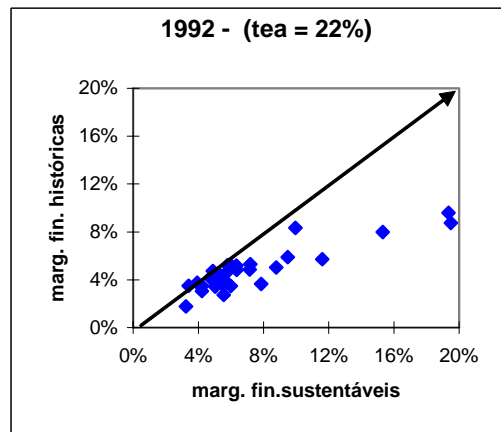
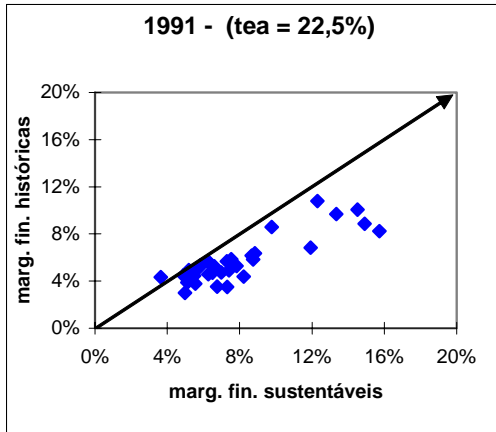
Quadro 5.2

Número de Bancos por Escalões de Posicionamento dos Desvios Relativamente às Margens Financeiras Sustentáveis

Escalões	1991	1992	1993	1994	1995	1996
positivos	1	1	1	4	2	12
negativos a):						
.até 10%	4	2	2	7	3	0
.até 25%	10	11	8	10	9	4
.até 50%	23	19	17	19	15	12
.em mais de 50%	8	12	10	10	14	4
a) percentagens dos desvios em relação às margens financeiras sustentáveis						

¹ Dada a inexistência de dívida de longo prazo no início do período, considerou-se a taxa dos bilhetes do Tesouro a um ano (1991 - 18,5%; 1992 - 18%; 1993 - 13,5%; 1994 - 10%; 1995 - 11% e 1996 - 8%)

Figura 5.1
Margens Financeiras Históricas e Margens Financeiras Sustentáveis



tea = taxa de rendibilidade exigida pelos accionistas

O ano de 1996 apresenta uma muito grande melhoria comparativamente aos anteriores, o que se deve aos resultados excepcionais realizados nos OPFL, já comentados, e à descida da taxa de juros sem risco.

Existem, contudo, ainda muitos bancos distanciados do nível de sustentabilidade da margem financeira, mesmo em 1996, o melhor ano, com 12 bancos desviados mais de 25% relativamente ao nível de sustentabilidade.

Assumindo que os determinantes da sustentabilidade da margem mantenham no futuro os valores de 1996, excepto o relativo à taxa de rendibilidade exigida pelos accionistas, a redução da taxa de juros sem risco provocará uma baixa nos níveis de sustentabilidade e mais alguns bancos apresentam posições de suficiência da margem financeira (ver quadro 5.3 e gráfico da figura 5.2)

Quadro 5.3

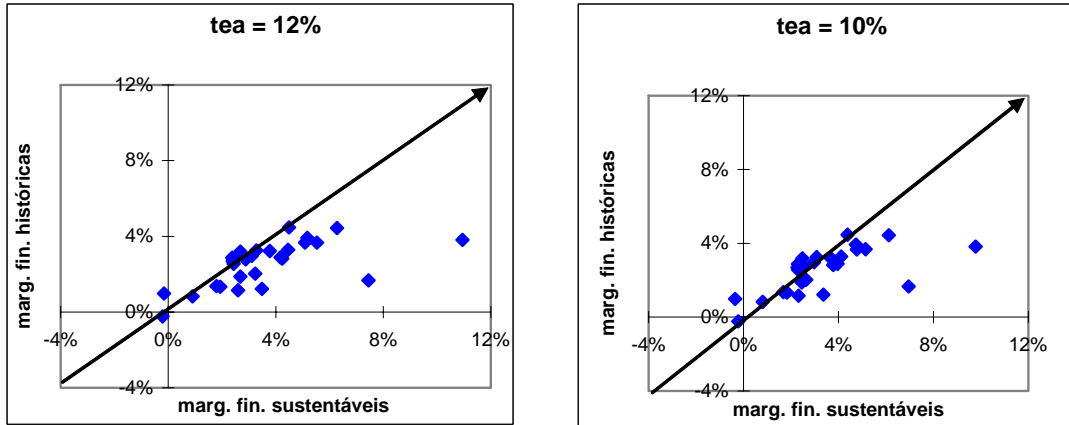
Número de Bancos Situados Acima ou Sobre a Linha de Sustentabilidade em Função da Taxa de Rendibilidade Exigida pelos Accionistas (tea) e da Taxa de Tributação dos Lucros (t)

tea (%)	taxas de tributação dos lucros (t)		
	a implícita nas contas de cada banco em 1996	25%	20%
12	12		
10	14	15	16
8		16	17

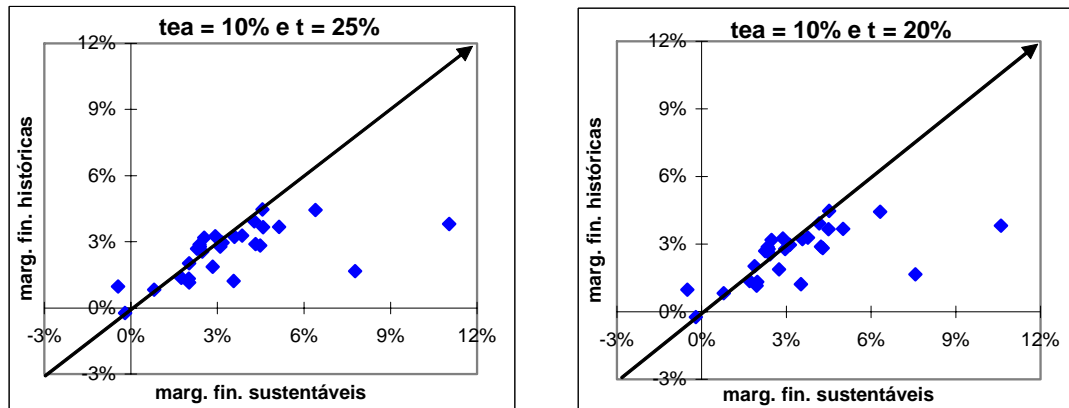
As variações entre 25% e 20% da fiscalidade incidente sobre os lucros dos bancos têm pouca influência no seu posicionamento relativamente à sustentabilidade da margem financeira (ver quadro 5.3).

Figura 5.2
Simulações entre as Margens Financeiras Históricas e as Sustentáveis em 1996
 (com diferentes taxas de rentabilidade exigidas pelos accionistas e diferentes taxas de imposto)

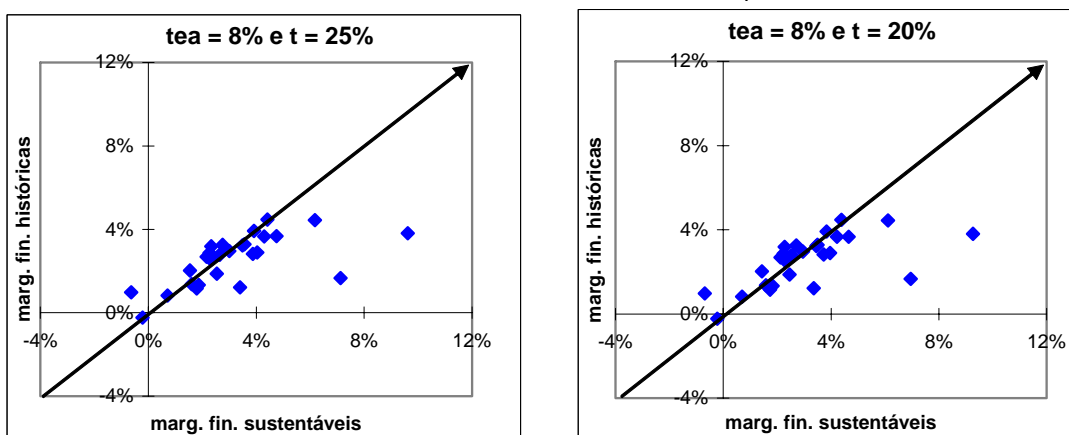
A - Com as taxas de imposto sobre os lucros implícitas nas contas de 1996



B - Com taxas de rentabilidade de 10% e diferentes taxas de imposto sobre os lucros



C - Com taxas de rentabilidade de 8% e diferentes taxas de imposto sobre os lucros



tea = taxa de rentabilidade exigida pelos accionistas
 t = taxa de imposto sobre os lucros

A evolução dos factores determinantes da margem financeira nos termos estimados em cada uma das secções do capítulo 4, ou seja,

$$\text{OPFL/AF} = 1,1\%$$

$$\text{REXT/AF} = 0,04\%$$

$$\text{CO/AF} = 2,75\%$$

$$\text{INC/AF} = 0,38\%$$

$$\text{CP/AF} = 5\%$$

$$\text{tea} = 10\%$$

$$t = 22,5\%$$

aplicados ao modelo de sustentabilidade implicariam uma margem financeira média sustentável de 2,64%, valor situado um pouco abaixo dos 2,91% verificados em 1996, levando a concluir que, em média, a margem financeira esteja muito próxima do nível de sustentabilidade com as estruturas de custos e proveitos médios previstas.

O grande número de bancos posicionados ainda abaixo do nível de sustentabilidade da margem financeira e a significativa distância a que alguns deles estão situados, chegando a apresentar margens inferiores a metade do respectivo nível de sustentabilidade, indicia fortes mudanças nessas instituições no que se refere às suas estruturas de custos ou capacidades de angariação de proveitos, ou ambas.

Essa situação é também reveladora de condições para o aparecimento de mais acções de concentração no sector, a menos que os accionistas dos bancos com margens financeiras inferiores ao nível de sustentabilidade tenham um menor grau de exigência de rendibilidade dos capitais investidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Allen, Linda, (1988), The Determinants of bank interest margins: A Note, *Journal of Financial and Quantitative Analysis*, 23, pp. 231-235

Alpalhão, Rui M. e Pinho, Paulo S., *Análise Financeira das Instituições de Crédito Portuguesas, 1980-1989: Rentabilidade e Risco.*

Associação Portuguesa de Bancos, *Boletins Informativos de 1986 a 1997.*

Banco de Portugal, *Relatórios Anuais de 1986 a 1995.*

Barata, J. Martins, (1981, *Analyse de la Rentabilité Bancaire au Portugal*, Lisboa, Associação de Estudantes do ISE.

Barry, Lynn M., (1988), District Bank Performance in 1987: Bigger is not necessarily better, *Federal Reserve Bank of St. Louis*, pp. 39-48

Beattie, Viven A., Casson, Peter D., Dale, Richard S., McKenzie, George W., Sutcliffe, Charles M.S. e Turner, Michael J., (1994), *Banks and Bad Debts: Accounting for loan losses in International Banking*, Chichester: John Wiley and Sons

Bolsa de Valores de Lisboa; (1996), *Análise do Mercado de Valores Mobiliários*, (4º trimestre)

Commission Bancaire, (1995), Les Résultats des Établissements de Crédit, *Analyses Comparatives*

Copeland, Tom, Koller, Tim e Murrin, Jack, (1996), *Valuation: Measuring and Managing the Value of Companies*, New York: John Wiley and Sons

Damodaran, Aswath, (1996), *Investment Valuation: Tools and techniques for determining the value of any asset*, New York: John Wiley and Sons

Dermine, Jean, (1993), *European Banking in the 1990s*, Oxford: Blackwell Publishers

Ford, William F., and Dennis, A. Olson, (1978), *How 1,000 High-Performance Banks Weathered the Recent Recession*, Banking (April), pp. 36-48

Goudreau, Robert E., (1992), FYI: Commercial Bank Profitability Rises as Interest Margins and Securities Sales Increase, *Economic Review*, May/June, pp. 33-52

Griffiths, William E., Hill, R. Carter e Judge, George G., (1993), *Learning and Practicing Econometrics*, New York: John Wiley & Sons, Inc.

Guimarães, R. Campos e Cabral, J.A. Sarsfield (1997), *Estatística*: Lisboa, McGraw Hill de Portugal Ida.

Heffernan, Shelagh, (1996), *Modern Banking in Theory and Practice*, Chichester: John Wiley and Sons

Hempel, George H., Simonson, Donald G. e Coleman, Alan B., (1994), *Bank Management: Text and Cases*, New York: John Wiley and Sons, Inc.

Ho, T.S.Y. e Saunders, A., (1981), The Determinants of Bank Interest Margins: Theory and Empirical Evidence, *Journal of Financial and Quantitative Analysis*, Volume 16, pp. 581-600.

Marques, Carlos R., (1991), Determinantes da Componente “Anormal” do Saldo da Rubrica “Cheques e Vales de Correio” das Estatísticas Monetárias e Financeiras, *Boletim Trimestral do Banco de Portugal*, 13, pp. XIII-XVIII.

Matten, Chris, (1996), *Managing Bank Capital: capital Allocation and Performance Measurement*, Chichester: John Wiley and Sons

Molineux, Philip, Altunbas, Yener e Gardener, Edward, (1996), *Efficiency in European Banking*, Chichester: John Wiley and Sons

OCDE, (1996), *Bank Profitability - Financial Statements of Banks 1985-1994*, OCDE Publications, Paris.

Pinho, Manuel Correia, (1994), *Margem Financeira*, Revista da Associação Portuguesa de Bancos, pp: 5-15

Sinkey, Jr., Joseph F., (1992), *Commercial Bank Financial Management in the Financial Services-Industry*, New York: Macmillan Publishing Company

The Banker, (1991 a 1996), *The World's Top 1000 Banks*, Financial Times Publications,

Thygerson, Kenneth J.,(1995), *Management of Financial Institutions*, New York: Harper Collins College Publishers

Walter, Ingo and Smith, Roy C. (1993), *European Banking in the 1990's*, publicado por Dermin, Jean, (1993), Osford: Blackwell Publishers

Wong, K. Pong, (1997), On the determinants of bank interest margins under credit and interest rate risks, *Journal of Banking and Finance*, 21 ,pp. 251-271.

ANEXOS

BANCOS INCLUÍDOS NA AMOSTRA - Sub-Período I

	1986	1987	1988	1989	1990
grandes redes nacionais					
Banco Borges & Irmão	*	*	*	*	*
Banco Comercial dos Açores	*	*	*	*	*
Banco Espírito Santo	*	*	*	*	*
Banco Fonseca Burnay	*	*	*	*	*
Banco de Fomento e Exterior	*	*	*	*	*
Banco Nacional Ultramarino	*	*	*	*	*
Banco Português do Atlântico	*	*	*	*	*
Banco Pinto & Sotto Mayor	*	*	*	*	*
Banco Totta & Açores	*	*	*	*	*
Caixa Geral de Depósitos	*	*	*	*	*
Crédito Predial Português	*	*	*	*	*
Motepio Geral	*	*	*	*	*
União de Bancos Portugueses	*	*	*	*	*
pequenas redes nacionais					
Banco Internacional do Funchal				*	*
Banco de Comércio e Indústria		*	*	*	*
Banco Comercial Português		*	*	*	*
Banco Internacional de Crédito		*	*	*	*
redes de capital estrangeiro					
Barclays Bank	*	*	*	*	*
Banco de Bilbao & Viscaya	*	*	*	*	n/d
Banque National de Paris	*	*	*	*	n/d
Crédit Lyonnais	*	*	*	*	*
banca de escritório					
Banco do Brasil	*	*	*	*	*
Banco Português de Investimento	*	*	*	*	*
Chase Manhattan Bank	*	*	*	*	*
Banco Chemical	*	*	*	*	*
Citibank	*	*	*	*	*
Generale Bank	*	*	*	*	*

NOTA: No ano de 1990 não se consideraram os valores relativos aos BBV e BNP por terem taxas de intermediação implícitas irrealistas (37% e 55% respectivamente)

BANCOS INCLUÍDOS NA AMOSTRA - Sub-Período II

ANEXO A2

	1991	1992	1993	1994	1995	1996
grandes redes nacionais						
Banco Internacional do Funchal	*	*	*	*	*	n/d
Banco Borges & Irmão	*	*	n/d	n/d	n/d	n/d
Banco Comercial dos Açores	*	*	*	*	*	*
Banco Comercial Português	*	*	*	*	n/d	*
Banco Espírito Santo	*	*	*	*	n/d	*
Banco Fonsecas & Burnay	*	*	*	*	*	*
Banco de Fomento e Exterior	*	n/d	*	*	*	*
Banco Português do Atlântico	*	*	n/d	*	n/d	n/d
Banco Pinto & Sotto Mayor	*	*	*	*	n/d	*
Banco Totta & Açores	*	*	n/d	*	*	n/d
Caixa Geral de Depósitos	*	*	*	*	*	*
Crédito Predial Português	*	*	*	n/d	n/d	n/d
Montepio Geral	*	*	*	*	*	*
União de Bancos Portugueses	*	*	*	n/d	*	*
pequenas redes nacionais						
Banco Comercial de Macau	*	*	n/d	n/d	n/d	n/d
Banco Internacional de Crédito	*	*	*	*	*	n/d
BNC-Banco Nacional de Crédito Im		*	*	*	*	*
FINIBANCO				*	*	*
Banco Mello de Investimentos	*	*	*	*	*	n/d
redes de capital estrangeiro						
Barclays Bank	*	*	*	*	*	*
Banco de Bilbao & Viscaya	*	*	*	*	*	*
Banco de Comércio e Indústria	*	*	*	*	*	*
Banco Exterior de Espanha	*	*	*	*	*	*
Banque National de Paris	*	*	*	*	*	*
Crédit Lyonnais	*	*	*	*	*	*
banca de escritório						
ABN - AMRO	*	*	*	*	*	*
Banco do Brasil	*	*	*	*	*	*
Banco Essi			n/d	*	*	n/d
Bank of Tokyo	*	*	*	*	*	*
Banco Português de Investimento	*	*	*	*	n/d	n/d
Banco Português de Negócios				*	*	*
Banco Santander de Negócios				*	*	*
Chase Manhattan Bank	*	*				
Banco Chemical	*	*	*	*	*	n/d
Citibank	*	*	*	*	*	*
Deutsche Bank de Investimento	*	*	*	*	*	*
Banco Finantia				*	*	*
Generale Bank	*	*	*	*	*	*
Banco Itaú					*	*
Banco Sabadell					*	*

Em 1995 o BCP não foi considerado por falta de dados que permitissem encontrar o balanço médio consolidado, já que, embora existam os dados consolidados do final de 1995, não existem os do final de 1994

Idem relativamente ao BCM no ano de 1993, 1º ano de consolidação da UBP

Idem relativamente ao BTA no ano de 1993, 1º ano de consolidação do CPP

Idem relativamente ao BESCL no ano de 1995, 1º ano de consolidação do BIC

Idem relativamente ao BFE no ano de 1992, 1º ano de consolidação do BBI

Idem relativamente ao BPA no ano de 1993, 1º ano de consolidação da UBP (via BCM) e 1995 1º ano sem essa consolidação

Idem relativamente ao BPSM no ano de 1995, 1º ano de consolidação do BTA

Não se considerou a CCCAM por só se dispor de dados de 1995 e 1996

Não se considerou o BPI consolidado (a partir de 1992) por as taxas médias de intermediação encontradas serem incoerentes com as da instituição que consolida, o BFB,

por isso considerou-se só este e manteve-se o BPI individual até 1994 e, em 1995 e 1996,

não se dispõe de informação do BPI (banco) dada a transformação em SGPS

Relativamente ao BANIF não existem dados de 1995 comparáveis aos de 1996 por este ser o primeiro ano de consolidação do BCA

112